

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

GUILHERME ABRAÃO SILVA

**PERCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PESQUISADORES E
PESQUISADORAS DA EDUCAÇÃO SOBRE AS JORNADAS DE 2013
NO BRASIL**

Alfenas/MG

2024

GUILHERME ABRAÃO SILVA

**PERCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PESQUISADORES E
PESQUISADORAS DA EDUCAÇÃO SOBRE AS JORNADAS DE 2013
NO BRASIL**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Educação e Sociedade: sujeitos, ideias e políticas

Orientador: Prof. Dr. Luís Antonio Groppo

Alfenas/MG

2024

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

Silva, Guilherme Abraão .
PERCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PESQUISADORES E
PESQUISADORAS DA EDUCAÇÃO SOBRE AS JORNADAS DE 2013 NO
BRASIL / Guilherme Abraão Silva. - Alfenas, MG, 2024.
119 f. -

Orientador(a): Luis Antonio Groppo.
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas,
Alfenas, MG, 2024.
Bibliografia.

1. Jornadas de 2013. 2. Pautas Educacionais. 3. Formação política. 4.
Políticas Educacionais. I. Groppo, Luis Antonio , orient. II. Título.

Ficha gerada automaticamente com dados fornecidos pelo autor.

GUILHERME ABRAÃO SILVA

PERCEPÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PESQUISADORES E PESQUISADORAS DA EDUCAÇÃO SOBRE AS JORNADAS DE
2013 NO BRASIL

A Banca examinadora
abaixo-assinada
aprova a
Dissertação apresentada
como parte dos
requisitos para a
obtenção do título de
Mestre em
Educação pela
Universidade Federal
de Alfenas. Área de
concentração:
Fundamentos da
Educação e Práticas
Eduacionais.

Aprovado em: 23 de abril de 2024.

Prof. Dr. Luís Antonio Groppo
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Prof. Dr. André Luiz Sena Mariano
Instituição: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)

Profa. Dra. Josefa Alexandrina da Silva
Instituição: Universidade de São Paulo (USP-SP)



Documento assinado eletronicamente por **Luis Antônio Groppo, Professor do Magistério Superior**, em
02/05/2024, às 09:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº
8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unifal-
mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando
o código verificador **1227486** e o código CRC **2DC0B31E**.

Para minha avó Angelina (in memoriam), que infelizmente não está presente em mais esta conquista. Para minha mãe Maria de Lourdes, meu maior exemplo de força. Para Thayná, minha namorada, apoio fundamental nesta árdua caminhada.

AGRADECIMENTOS

O sonho de fazer mestrado em educação, percurso árduo e desafiador dos últimos anos, foi mais leve graças a muitas pessoas e instituições e devo agradecê-los por tamanha acolhida e apoio. Foram leituras, debates, viagens, transcrições, estudos, madrugadas, orientações. Este é o momento oportuno de reconhecer e agradecer de coração quentinho, através de palavras sinceras e carregadas de afeto e gratidão por tanto apoio.

Começo pelo Professor Dr. Luís Antônio Groppo, meu orientador, fonte de inspiração constante, atencioso e cuidadoso, pela compreensão, aconselhamento assertivo e pelo estímulo permanente ao longo desta e de tantas caminhadas que já percorremos e de outras que poderão vir. Sua ajuda, mais que orientações foram fundamentais para tornar o fardo mais leve, sua leitura atenta e ponderações certeiras me motivaram quando faltou alento, em resumo obrigado pela amizade e acolhida neste percurso tão desafiador que atravessamos. A jornada foi mais leve ao tê-lo na condução do leme.

Aos colegas docentes e discentes do Programa de Mestrado em Educação da UNIFAL-MG, levarei boas recordações dos momentos e das discussões e sonhos que compartilhamos. Aos colegas pesquisadores e pesquisadoras da pesquisa nacional *“Dimensões Educacionais das Jornadas de Junho de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”*. Importante reconhecer que esta dissertação é fruto da pesquisa nacional e que uma vasta equipe tem trabalhado nela, muito do que foi produzido pelos colegas me serviu para construir esse singelo trabalho.

Deste modo cito nominalmente os colegas como forma de agradecimento pelo trabalho coletivo: docentes da UNIFAL-MG: Luís Antonio Groppo, Marcelo Rodrigues Conceição, Sandro Amadeu Cerveira, André Luiz Sena Mariano, Paulo Romualdo Hernandez. Docente da UEMG: Luiz Carlos Felizardo Junior (Campus Campanha/MG). Pós-doutorando: Vinicius Oliveira Seabra Guimarães. Pesquisadoras contratadas como bolsistas: Nikole Mendonça de Almeida (UNIFAL-MG) e Josefa Alexandrina da Silva (USP). Mestres pela UNIFAL-MG: Douglas Franco Bortone, Isabella Batista Silveira, Mara Aline de Oliveira e Junior Trevisan. Demais membros da equipe: Mestrandos pela UNIFAL-MG, com bolsa CAPES: Gislene da Silva. Bolsistas de Iniciação Científica pela UNIFAL-MG: Alice Campos Claudino, Ana Flávia Custódio Silva, Emanuely Ladeira Sigiani, Emerson Costa Souza, Isabela Aparecida Silva Reis, Nelson Lemes Quintino, Vitória Neres Soares. Da iniciação científica voluntária pela UNIFAL-MG: Leandro Oliveira Domingos. Estudantes colaboradores da

UNIFAL-MG: Eduarda Rocha e Lucas Costa Vieira. Colaboradores de outras instituições: Adriana de Almeida (UERJ), Andréa Marques Benetti (USP), Carusa Bilato (UFPR), Crisolita Costa (UFPA), Flávia Alves de Sousa (UERJ), Isaurora Freitas (UVA, Ceará), Monika Dowbor (UFPEL), Rodrigo Crivelaro (USP), Ronaldo Araujo (UFPA), Valentina Wehmüller (UFRJ) e Victor Hugo Nedel Oliveira (UFRGS). Registro novamente meus sinceros agradecimentos por me ajudarem a construir este trabalho. Nossos debates, análises coletivas foram fundamentais na construção deste trabalho, imensa gratidão por vocês, esse trabalho tem um pouquinho de cada um.

Em nome do amigo e Reitor Sandro Amadeu Cerveira, muito obrigado à Universidade Federal de Alfenas-MG pelo ensino de excelência tanto na graduação como no programa de mestrado. Este apoio me deu segurança para mergulhar na pesquisa. Aproveito ainda para agradecer aos professores/as Dr. André Sena e Dra. Josefa Alexandrina da Silva, membros da Banca de Qualificação e Defesa da Dissertação deste Mestrado pelo carinho, conselhos, orientações, sugestões e interesse pela pesquisa e pelas dicas para melhorar o percurso e apontamento de correções valiosas e intensa contribuição para o desenvolvimento deste singelo trabalho. Ainda agradeço aos pesquisadores e pesquisadoras que aceitaram participar da pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Estímulo fundamental e privilegiado para desenvolver este trabalho.

Agradeço à minha namorada Thayná por todo apoio, leituras, e discussões sobre a escrita e sugestões, sua compreensão e incentivo foram fundamentais para chegar até aqui. Mesmo de longe minha família sempre esteve ao meu lado, minha mãe Maria de Lourdes Silva sempre será meu porto seguro e fonte de inspiração, seu coração enorme e apoio incalculável foram imprescindíveis para seguir com passos firmes e destemidos. Em memória de Leonardo Morelli, ambientalista que me apresentou os movimentos sociais e me ajudou a canalizar minha rebeldia para lutas socioambientais.

Por fim, devo agradecer aos ativistas e militantes progressistas que foram às ruas em 2013. A luta pelo transporte público, pelo passe livre, a defesa ao direito à cidade, a luta pela educação, contra remoções e tantas violações por parte do Estado brasileiro, em especial para aqueles/as que foram vítimas da brutalidade desmedida das forças de segurança. A jornada de lutas de milhões de brasileiros/as não foi em vão, ela é inspiradora e segue transformando o

Brasil. Este trabalho é fruto da luta de todos/as vocês. Muito obrigado pela coragem de tomarem as ruas e lutarem bravamente!

“O novo na arte, ciências ou política causa sempre
incômodo aos espíritos vulgares”

PORTINARI, 1946

RESUMO

A pesquisa sobre as Percepções e Interpretações de Pesquisadores e Pesquisadoras sobre as Jornadas de 2013 do Brasil buscou compreender e analisar inicialmente o movimento antiglobalização, descrevendo uma série de eventos. Ela ainda analisou os movimentos das “revoltas das praças” e o chamado cidadanismo. Neste contexto mundial percebemos várias conexões com as Jornadas de 2013 no Brasil dentro destas revoltas populares. Antes de entrar no tema central da pesquisa, foram analisados alguns movimentos envolvidos nas Jornadas, como os Comitês Populares da Copa do Mundo, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre e o Movimento Passe Livre, destacando deste último a sua ascensão e liderança nacional em vários atos das jornadas em 2013, principalmente em São Paulo. Foram realizadas 18 entrevistas com pesquisadores e pesquisadoras de várias partes do país. Nas entrevistas foram utilizados roteiros semiestruturados criados pela equipe da pesquisa nacional intitulada “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto”. Fizemos um recorte e focamos em 7 pesquisadores/as que estão diretamente ligados à pauta educacional. Esta pesquisa centrou sua análise em quatro questões do roteiro, sendo elas: a presença de professores e jovens estudantes; a formação política dos militantes e ativistas; os impactos nas políticas públicas educacionais brasileiras; e os legados das Jornadas. Obtivemos alguns resultados no decorrer dessa pesquisa, sendo: havia pautas educacionais nas Jornadas de 2013; notamos o direito ao acesso à cidade como uma forma de educar e ampliar o capital cultural dos indivíduos; concluímos que para os pesquisadores havia uma forte presença de jovens e estudantes, em especial do ensino médio e superior, eles porém, reconhecem que não houve uma grande presença de profissionais da educação entre os participantes dos atos e tampouco de sindicatos da categoria educacional. Ademais, reconhecem que o ambiente das Jornadas foi fértil para formação política dos participantes e surgimento de novos formatos de organizações políticas. Os pesquisadores em sua grande maioria apontam como sendo pequeno o grau de importância de temas e pautas educacionais nas Jornadas de 2013. Todavia, eles acreditam que houve impacto das Jornadas nas políticas educacionais de forma direta. Por fim, eles não são claros e não apresentam uma unanimidade entre eles sobre os legados das Jornadas de 2013 no Brasil.

Palavras-chave: Jornadas de 2013; Pautas Educacionais; Formação Política; Políticas educacionais.

ABSTRACT

The research on the Perceptions and Interpretations of Researchers on the 2013 Journeys in Brazil sought to initially understand and analyze the anti-globalization movement, describing a series of events. She also analyzed the movements of the “square revolts” and the so-called citizenship. In this global context, we see several connections with the 2013 Days in Brazil within these popular uprisings. Before entering the central theme of the research, some movements involved in the Journeys were analyzed, such as the Popular Committees of the World Cup, the Block of Struggles for Public Transport of Porto Alegre and the Movimento Passe Livre, highlighting the latter's rise and leadership. nationally in several events during the days in 2013, mainly in São Paulo. 18 interviews were carried out with researchers from various parts of the country. In the interviews, semi-structured scripts created by the national research team entitled “Educational Dimensions of the 2013 Journeys: educational agendas, school experiences and political formation of young people in protest” were used. We made a selection and focused on 7 researchers who are directly linked to the educational agenda. This research focused its analysis on four issues in the script, namely: the presence of teachers and young students; the political training of militants and activists; the impacts on Brazilian public educational policies; and the legacies of the Days. We obtained some results from this research: there were educational agendas in the 2013 Conferences; we note the right to access the city as a way of educating and expanding individuals’ cultural capital; We concluded that for the researchers there was a strong presence of young people and students, especially from high school and higher education, however, they recognize that there was not a large presence of education professionals among those participating in the events, nor of unions in the educational category. Furthermore, they recognize that the environment of the Journeys was fertile for the political training of participants and the emergence of new formats of political organizations. The vast majority of researchers point out that the degree of importance of educational themes and agendas in the 2013 Conferences was small. However, they believe that the Conferences had a direct impact on educational policies. Finally, they are not clear and do not present unanimity among them on the legacies of the 2013 Days in Brazil.

Keywords: 2013 Journeys; Educational Guidelines; Political Training; Educational Policies.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Pesquisadoras e pesquisadores que concederam entrevistas77-79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisadoras e pesquisadores que concederam entrevistas	79
Tabela 2 - Grau de importância das pautas e temas educacionais nas Jornadas de 2013 segundo pesquisadoras e pesquisadores da área de educação	87-88
Tabela 3 - Formação política de militantes e ativistas antes das Jornadas de 2013, segundo pesquisadoras e pesquisadores.....	97-98
Tabela 4 - Reconhecimento de impacto das Jornadas de 2013 nas políticas educacionais por pesquisadoras e pesquisadores	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANCOP	Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COPAC BH	Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
UNIFAL-MG	Universidade Federal de Alfenas
MPL	Movimento Passe Livre
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSM	Fórum Social Mundial
PM	Polícia Militar
SP	São Paulo
BH	Belo Horizonte
RJ	Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
SESSÃO PRIMÁRIA - DA ANTIGLOBALIZAÇÃO AO CIDADANISMO	23
2. Movimentos antiglobalização	24
2.1. Batalha de Seattle	26
2.2. Guerra da Água em Cochabamba	28
2.3. O Fórum Social Mundial no ciclo antiglobalização	31
3. O ciclo da "revolta das praças"	34
3.1. A Primavera Árabe	35
3.2. Os Indignados da Espanha	38
3.3. O Occupy Wall Street nos EUA	40
SESSÃO SECUNDÁRIA - PROTAGONISTAS DAS JORNADAS DE 2013 NO BRASIL	43
2.1 Para além de junho e de São Paulo	44
2.2. O contexto de Porto Alegre até o Bloco de Lutas pelo Transporte Público	46
2.2 Comitês Populares da Copa do Mundo no Brasil	48
2.3. A década do Movimento Passe Livre	52
2.4. Ruas em transe: atos de junho em São Paulo	55
2.5. Da Assembleia Horizontal ao Tarifa Zero em Belo Horizonte	60
2.6. Rio de Janeiro: Da Revolta dos Vintém para os levantes populares de 2013	62
SESSÃO TERCIÁRIA - INTERPRETAÇÕES SOBRE AS JORNADAS DE 2013 PELO OLHAR DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES	69
3.1 O pesquisador em formação e a pesquisa nacional sobre as Jornadas de 2013	71
3.2 - Quem são os pesquisadores e pesquisadoras	83
3.3 Qual a interpretação das Jornadas pelos pesquisadores e pesquisadoras da área da educação	88
3.4. Como se deu a presença de docentes e jovens estudantes nas Jornadas	94
3.5. As Jornadas impulsionam a formação política dos militantes e ativistas	97
3.6. Impactos nas políticas públicas educacionais brasileiras	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

Em 2006, fui morar em Itu/SP. Acabei sendo eleito presidente do Grêmio Estudantil da tradicional Escola Estadual Regente Feijó. Certa vez um grupo de alunos me procurou para apresentar o Movimento Passe Livre (MPL), encabeçado por Josué Rodrigues (que se tornaria um grande amigo). Nos anos anteriores o movimento havia feito atos na cidade, assim como em outras da região, sendo bastante ativo em Sorocaba e Campinas, duas das maiores cidades do interior do estado. Comecei a ler sobre o movimento, conhecer outros membros, ver os vídeos (em especial os vídeos sobre a Revolta do Buzu de 2003 e a Revolta da Catraca de 2004 e 2005) e logo passei a andar com uma mochila grafitada com os símbolos do MPL, convidando mais colegas para conhecer e se unir ao movimento.

Já em 2008, cursava Direito na Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP, e novamente tive contato com membros do MPL. Participei de algumas atividades, mas o curso me tomava tempo e não me envolvi profundamente nas ações. Em 2013, já formado e morando no interior de Minas, comecei a ver o MPL “puxar” grandes atos em São Paulo. O mote central dos protestos era antigo, mas, para o momento, super atual: o reajuste das tarifas na capital paulista e o direito ao acesso à cidade¹.

Os atos em São Paulo cresceram rapidamente e a repressão policial também. E foram surgindo mais atos em outras cidades². Tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades, a população começou a ir às ruas. Tive a dimensão quando soube que a população da pequena Cambuí/MG havia fechado e travado por algumas horas a rodovia federal Fernão Dias, algo inédito³. De fato, estávamos vivenciando uma grande e forte onda de protestos. Antes de São Paulo, em Porto Alegre, em março, grandes atos já haviam acontecido e conquistado a revogação do reajuste das tarifas.

¹ Sigo o conceito da arquiteta e urbanista Joice Berth para entender este conceito que entrou na ordem do dia durante as Jornadas de 2013. Para ela há vários caminhos, como pensar na diversidade e na pluralidade humana que ocupam o espaço urbano, pensar na qualidade de vida, nas construções, nas relações humanas, no patrimônio material e imaterial, na limpeza, na divisão administrativa e nos acessos metropolitanos etc. E todos esses caminhos fazem parte de um mesmo ponto: o direito à cidade (2022).

² Vemos acontecer atos em cidades que não possuíam transporte coletivo, ou seja, não haveria redução da tarifa como pleiteado em SP pelo MPL, nestas cidades as pautas eram difusas e com reivindicações locais;

³ **Manifestantes fecham a Fernão Dias nos dois sentidos em Cambuí, MG.** G1, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-fernao-dias-nos-dois-sentidos-em-cambui-mg.html>. Acesso em 5 jan. 2022.

Estes atos, ocorridos em centenas de cidades, e que levaram milhões para as ruas, foram chamadas de “Jornadas de 2013”. Para Paulo Arantes foi o maior protesto de massa da história brasileira, tendo reunido, a depender das avaliações, “entre 10 e 15 milhões de manifestantes em mais de 500 cidades (Groppo, 2022).

Os atos se interiorizam e ganharam outras pautas, e mudaram radicalmente os perfis de quem protestava e ocupava as ruas, deste emaranhado de pautas, lidas como “cacofonia” por Fernando Haddad (prefeito de São Paulo em 2013), inclusive porque começam a ficar difíceis de serem classificadas na tradicional oposição esquerda e direita, temos, portanto, revoltas ambíguas. (Pinheiro-Machado, 2019).

São inegáveis a força e as consequências das jornadas de 2013, mas, quais eram as pautas educacionais? Quais impactos e mudanças as jornadas causaram na educação? Essas e outras questões serão analisadas, estudadas e quiçá respondidas ao longo desta pesquisa.

Desde os atos da redemocratização, as Jornadas de 2013 foram, sem dúvida, as maiores manifestações populares registradas no Brasil. Ocorreram em centenas de cidades, em todas as regiões do país, mobilizando milhões de pessoas: apenas com esta singela síntese os eventos ocorridos naquele período são dignos de serem estudados e analisados à exaustão.

Temos uma linha cronológica dos acontecimentos, a começar por Porto Alegre com atos no início do ano. Depois vieram os atos em São Paulo, convocados e organizados pelo MPL, até a invasão do Congresso Nacional⁴. Muitos atos foram registrados pela mídia tradicional e pelos movimentos de comunicadores livres e amplamente divulgados, este é um dos fatores que ajudaram na mobilização dos grandes atos, sobretudo o uso das redes sociais como forma e ferramenta de comunicação e mobilização dos participantes.

A transmissão dos atos em tempo real via redes sociais foi uma grande novidade. Grupo de comunicadores livres conectados fizeram o trabalho de capturar e distribuir para o mundo o que se passava nas ruas brasileiras, sem cortes, ficando evidentes os excessos das polícias. Os grandes meios de comunicação foram surpreendidos por esse novo estilo, em paralelo, profissionais deles foram vítimas também da violência policial.

A questão central que move esta pesquisa é justamente as pautas educacionais presentes nos atos das Jornadas de 2013 no Brasil. Todavia, nos interessa observar quais foram as

⁴ **Manifestantes invadem a cobertura do Congresso Nacional.** G1, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestantes-invadem-cobertura-do-congresso-nacional.html>. Acesso em 5 jan. 2022.

interpretações e percepções dos pesquisadores e pesquisadoras do campo da educação que foram ouvidos na pesquisa nacional⁵.

Armando Boito (2013) em uma análise a quente dos acontecimentos nacionais daquele período, fez a seguinte afirmação sobre a composição dos atos:

As manifestações não foram obra do “povo” ou da “juventude”, e nem esse processo político pode ser caracterizado com uma referência genérica ao “governo” e à “oposição”. As manifestações tiveram como base majoritária uma fração da classe média e o processo político no qual se inseriram encontra-se polarizado entre os programas burgueses neodesenvolvimentista, representado pelo governo, e o neoliberal ortodoxo, representado pela oposição burguesa aglutinada no declinante PSDB (Boito, 2013).

Passados os anos, diante de outras pesquisas e análises sobre a composição, sobre a divisão e as fases dos atos que constituíram Jornadas de 2013, e as pautas apresentadas a afirmação do professor Boito provocam um profundo debate, de forma mais ampliada, e até mesmo uma outra asserção dele nesta mesma entrevista em que assegura que o movimento reivindicativo e progressista saiu vitorioso.

Ademais, Singer (2013), irá afirmar que a composição das manifestações foi basicamente dos personagens que formam o novo proletariado, um termo cunhado por ele com seguinte definição: “trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista, mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho” (Singer, 2013, p. 6). Para Ruy Braga quem estava nas ruas eram jovens do novo “precariado” (Braga, 2017).

Tanto a composição quanto os sentidos de vitórias ainda causam e provocam profundos debates e análises. Esta pesquisa não se furtará de adentrar nestes pontos, entretanto, se concentrará no estudo das pautas educacionais presentes nas jornadas de 2013: este é o objetivo central desta pesquisa. Este será o grande e necessário esforço da presente pesquisa, analisar e compreender melhor as pautas educacionais deste período que marcou a história recente do

⁵ As análises e os resultados da pesquisa nacional “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto” estão presentes e concentrados na última sessão desta dissertação. Os elementos apresentados pelos pesquisadores e pesquisadoras que participaram das entrevistas foram condensados nesta seção.

Brasil, tudo isso analisando o que pesquisadores e pesquisadoras passados 10 anos interpretam aquele momento histórico do país.

Importante registrar que essa dissertação faz parte do projeto de pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de Junho de 2013: repertórios de contestação e subjetivação política”. Sua equipe reúne pesquisadores e pesquisadoras de oito universidades públicas. Já avançamos nas três primeiras fases, sendo elas: levantamento bibliográfico, entrevistas com pesquisadores/as e agora as entrevistas com ativistas e militantes que foram às ruas.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar e compreender as interpretações e percepções dos pesquisadores e pesquisadoras do campo da educação que foram entrevistados em nossa pesquisa nacional. A análise desta dissertação se deu basicamente a respeito das respostas a 4 questões presentes no roteiro da pesquisa nacional (que continha ao todo 17 questões), sendo elas: a presença da educação entre as pautas; a presença de jovens, estudantes e profissionais da educação entre ativistas, militantes e manifestantes; a formação política de ativistas e militantes; a formação política propiciada pela participação nas manifestações e por fim a influências das Jornadas nas políticas educacionais.

Quais teriam sido as causas que levaram as pessoas às ruas? Foram várias, impossível precisar apenas uma, conseguimos apenas apontar as pautas dos primeiros protestos em São Paulo, organizados pelo MPL, concentradas no questionamento do reajuste das tarifas e o direito à cidade. Ao longo dos dias e dos atos, que foram crescendo, inúmeras pautas e reivindicações foram aparecendo, sem um controle, sem uma centralidade ou aparentemente sem movimento organizado que definisse as temáticas, porém, ao final notamos uma forte presença de grupo de direita que em parte capturaram o protagonismo e a direção das ondas de protesto. Antes de falar da capital paulista, a pesquisa apresenta outras cidades que tiveram atos, como: Porto Alegre, Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Para Ermínia Maricato, é impossível dissociar, no Brasil, as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades, mesmo em tempo de melhorias no emprego e salários (Maricato, 2013). Para Maricato:

As cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. Nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. Boas condições de vida dependem, frequentemente, de políticas públicas urbanas – transporte, moradia,

saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança (Maricato, 2013, p. 20).

E assim, passada quase uma década das Jornadas de 2013, durante a qual nosso país viveu uma série de outros acontecimentos sociais e políticos marcantes, esta pesquisa terá ainda a missão de analisar se as pautas educacionais apresentadas foram de algum modo incorporadas e concretizadas ao longo destes anos, em algum espaço ou através de políticas públicas estatais efetivas.

A pesquisa irá construir novos conhecimentos ao analisar um dos maiores acontecimentos sociais ocorridos na história do país recentemente, destacando a presença das pautas educacionais e sua relação com os sujeitos e movimentos sociais que estavam presentes nos atos que construíram as Jornadas de 2013.

A despeito do tamanho das Jornadas, tanto no número de manifestantes quanto no de municípios envolvidos, existem poucas pesquisas e trabalhos acadêmicos que abordam as Jornadas de 2013 pelo viés das pautas educacionais. Ressalto que, na primeira fase da pesquisa nacional que norteia essa dissertação, foram localizados e fichados 142 trabalhos, que podemos chamar de produtos, e nenhum deles tratava especificamente das pautas nas jornadas de 2013.

Nesse sentido, e com este foco, a pesquisa poderá trazer alguns apontamentos acerca de influências ou impactos das Jornadas nas políticas educacionais brasileiras, nas expectativas dos sujeitos em relação à educação escolar e nas práticas formativas das organizações políticas e movimentos sociais.

Um outro esforço da pesquisa é analisar e tentar compreender a relação das Jornadas de 2013 no Brasil com o ciclo global de protestos iniciados e ocorridos a partir de 2011, realizados em dezenas de países, onde novamente, especialmente jovens ocuparam as ruas, as praças e foram capazes de derrubar ditadores, como no caso da Primavera Árabe. Ciclo que Paolo Gerbaudo (2017) define como “revolta das praças” e orientado pelo repertório de contestação que ele chama de “cidadanismo”⁶.

E ainda, caberá a esta pesquisa levantar e analisar os impactos causados em algumas cidades, em especial, as menores, que nunca haviam presenciado atos como os ocorridos nas

⁶ Este conceito cunhado por Paolo Gerbaudo, sociólogo e teórico político italiano, seria basicamente uma cidadania auto-organizada, buscada pelos cidadãos indignados, se colocaria em oposição às oligarquias econômicas e políticas e procuraria reivindicar e expandir a cidadania (2020).

Jornadas de 2013. Certamente, de alguma maneira eles causaram impactos sociais nas dinâmicas locais e até hoje, passados quase uma década, rememorar os fatos e registrar através desta pesquisa será uma forma de preservar a memória destes acontecimentos.

Passados quase uma década das Jornadas de 2013, é possível encontrar um grande número de produções acadêmicas que fazem menção ao tema Jornadas de 2013, entretanto temos poucos estudos com recorte nas pautas educacionais dos atos.

Como vimos, os atos iniciais das Jornadas de 2013 tiveram origem em Porto Alegre, depois ocorreram em São Paulo, organizados pelo Movimento Passe Livre, que questionava o reajuste na tarifa de transporte público na maior capital do país; esta era pauta central, a educação neste início não apareceu com tanta evidência.

Temos um segundo momento das manifestações, sobretudo com o aumento da repressão policial. As grandes redes de comunicação passam a dar destaque aos atos, e mais cidades e pessoas, muitas delas com perfil diferente da dos ativistas do MPL, engrossam os atos. É neste momento que vemos a mudança dos sujeitos participantes e das pautas, aí sim, a educação aparece, mas de forma vaga ou genérica, normalmente em cartazes improvisados de cartolina ao lado de tantos outros que traziam palavras-chave como saúde, trabalho, segurança, combate à corrupção entre outros (Groppo, 2021). Importante registrar que no Rio de Janeiro ocorria uma greve dos professores, que durou mais de 100 dias, por lá a pauta da educação deve destaque.

O educador Sérgio Haddad (2016), chama a atenção para a necessidade de estudar e analisar as diversas interpretações a respeito das manifestações, natureza, composição da Jornadas de 2013, afinal, muito pouco se produziu sobre os processos educativos e organizativos dos grupos envolvidos, em especial o MPL, vejamos:

[...] entre as diversas interpretações a respeito das manifestações, natureza, composição e sentido político, muito pouco se escreveu sobre processos educativos e organizativos dos grupos envolvidos que pudessem servir como elementos de análises sobre as motivações e as estratégias utilizadas pelos diversos coletivos e indivíduos que se envolveram com elas (Haddad, 2016, p. 8).

Como vemos acima, o próprio Sérgio Haddad (2016) reconhece a ausência de publicações a respeito da temática da educação. Esta pesquisa assumiu este desafio de analisar,

pesquisar e elencar como e quais eram as pautas educacionais que foram sendo criadas ao longo da Jornada de 2013, tomando corpo e forma nesta onda de protesto que tomou e sacudiu o país.

O presente trabalho, mesmo passado este hiato temporal, terá ainda a missão de se debruçar para pesquisar e levantar novas fontes bibliográficas que façam o recorte da temática das pautas educacionais presentes nas Jornadas de 2013.

E como já sabemos, parte dos movimentos progressistas perderam seu espaço nos atos, e em alguns casos foram literalmente expulsos das ruas. Desta perda de liderança e de espaço, vemos surgir novos atores e movimentos, sobretudo alinhados com pensamentos e práticas do campo conservador. Desta mudança radical ficam marcas profundas na história recente do Brasil. Está tomada das ruas pode ajudar a explicar os outros fatos históricos desencadeados após as Jornadas de 2013. Afinal, o mês de “Junho de 2013 é um mês que não terminou” como avalia a socióloga Ângela Alonso⁷. Vivemos até o presente momentos muitos dos seus efeitos.

A metodologia a ser utilizada na presente pesquisa será qualitativa. Foram realizadas 18 entrevistas com pesquisadoras e pesquisadores que fizeram trabalhos importantes sobre as Jornadas de 2013, utilizando a técnica de entrevistas semiestruturadas. Para focar a análise será utilizado as 7 entrevistas realizadas com pesquisadores e pesquisadoras que atuam no campo de educação, um recorte necessário para apurar melhor as percepções e interpretações deles/as sobre as Jornadas de 2013 no Brasil.

Esta pesquisa centrou sua análise em quatro questões do roteiro, sendo elas: a presença de professores e jovens estudantes; a formação política dos militantes e ativistas; os impactos nas políticas públicas educacionais brasileiras; e os legados das Jornadas.

Antes farei uma breve análise sobre movimentos antiglobalização e sua importância para o acúmulo que levou à Primavera Árabe e tantos outros movimentos reivindicatórios que ocuparam as ruas nos anos seguintes, fazendo emergir um forte caldo de protestos em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, com as jornadas de 2013.

⁷ MENDES, V. **Junho de 2013 é um mês que não terminou**. São Paulo: BBC, 2018. Disponível em bbc.com/portuguese/brasil-44310600. Acesso em 5 jan. 2022

SESSÃO PRIMÁRIA - DA ANTIGLOBALIZAÇÃO AO CIDADANISMO

Neste primeiro capítulo apresento um pouco dos movimentos de antiglobalização até chegar aos movimentos do ciclo do cidadanismo, chamados por Paolo Gerbaudo (2017) como “movimentos das praças”. Destaco dois importantes movimentos na forte onda de questionamentos dos impactos da globalização: a Batalha de Seattle, em 1999, e a Guerra da Água em Cochabamba, na Bolívia em 2000. O primeiro reuniu dezenas de milhares de pessoas que conseguiram adiar uma das reuniões de negociações da Organização Mundial do Comércio. O segundo, um forte movimento popular que conseguiu reverter o processo de privatização da água.

Ressalto que escrever sobre Cochabamba é primordial para compreender os processos de mercantilização de recursos naturais essenciais às populações, neste caso a água, que até mesmo que estavam em reservatório subterrâneo milenares foram taxados por um grupo de empresas estrangeiras. O forte e intenso movimento popular literalmente travou a Bolívia. Dentro do processo de estudo sobre os movimentos antiglobalização reservamos pouco espaço para levantes como este no país andino. Nosso olhar eurocêntrico precisa se modificar, ampliar os horizontes e reconhecer o papel de movimentos populares como o citado acima que tem pouco destaque na literatura, porém, é carregado de grande importância não apenas no sul global.

Ainda passo e apresento um pouco do processo do Fórum Social Mundial (FSM), que teve início no Brasil, em Porto Alegre no ano de 2001. Nascido para ser um contraponto ao Fórum Econômico Mundial, que ocorria ao mesmo tempo em Davos, na Suíça, onde grande parte dos representantes do capital internacional ocupavam os assentos. As primeiras edições do FSM foram em Porto Alegre (2001, 2002, 2003 e 2005), em seguida o evento percorreu o mundo tendo encontros em Mumbai, Caracas, Karachi, Bamako, Nairobi, Belém, Dacar, Túnis e Montreal. Também teve edições temáticas, regionais e continentais.

Vale destacar que no Norte da África, a construção de duas edições mundiais foi parte dos acontecimentos da chamada Primavera Árabe. No Canadá foi a primeira vez que o FSM teve realização em um país do Norte, com forte protagonismo da juventude. É inegável o papel de aglutinação de forças, de reunir e conectar movimentos que se pautavam na luta

antiglobalização. E mais, o FSM foi um espaço riquíssimo de troca de experiências, de encontro de líderes mundiais, de grandes intelectuais que atraíam militantes e ativistas de várias partes do mundo.

Para encerrar o capítulo apresento um pouco do que foi o ciclo da revolta das praças. Ele começa pela Primavera Árabe, passando pela Espanha, com os Indignados, até chegar ao Occupy Wall Street nos Estados Unidos da América.

Este debate sobre os movimentos e seus ciclos é fundamental para compreender como chegamos aos atos das jornadas de 2013 no Brasil, e como eles se conectam e também servem de fonte de inspiração para a maior onda de protestos e levantes populares em nosso país. As táticas e até mesmo algumas pautas estão presentes nestes ciclos globais, como vimos na dimensão do cidadanismo, pois muitos dos que foram às ruas no Brasil pediam mais direitos ou questionavam os megaeventos esportivos que seriam realizados aqui.

Por fim, é inegável a conexão entre os ciclos. E merece destaque como o Brasil, ao sediar o FSM, serviu de espaço de aglutinação de trocas de experiências que, de alguma maneira, impulsionaram levantes populares em várias partes do planeta dentro dessa onda mundial. Fica nítido como existia uma conexão, uma sinergia entre os movimentos, é claro, guardado seus limites e conjunturas locais. Apresento ainda algumas hipóteses de como o FSM ajudou a aprofundar os movimentos antiglobalização no contexto do cidadanismo de Gerbaudo (2017).

2. Movimentos antiglobalização

Ao final do século XX e início do século XXI, a impressão que fica é o domínio completo do capitalismo no mundo. Nesse contexto, o termo “*globalização*” ganha força e se populariza, desde o final dos anos 1980. A globalização é um dos marcos do fim do que o historiador britânico Eric Hobsbawm (1995) denominou de “*breve século XX*”, em que um capitalismo em fase de crescimento ainda convivia com o socialismo “realmente existente”.

Uma das maiores características da globalização é o surgimento das empresas transnacionais, justamente por estarem presentes em várias partes do mundo, notamos esse processo na década de 1990, antes vimos as multinacionais com o processo de globalização elas se expandem para várias partes do planeta. São empresas que possuem matrizes em um país desenvolvido e atuam com várias filiais em países em desenvolvimento ou "subdesenvolvidos".

Elas buscam expandir seus negócios e mercados consumidores, se beneficiando de mão de obra barata, isenção de impostos, até mesmo doação de grandes áreas para construção de plantas industriais, além de outros incentivos e benefícios oferecidos pelos governos dos países que disputavam a atração dessas empresas globais.

Outro aspecto importante nesse processo é a interferência nos costumes e hábitos culturais das comunidades e sociedades que recebem estas empresas. Certos hábitos incomuns para um determinado país passam a ser normais, pois são apreendidos pela televisão, pela internet e pelos comerciais dos produtos que invadiram os países e mudam seus hábitos. Dois bons exemplos destas mudanças: as redes de “*fast food*” (comida rápida) globais invadem os países e provocam mudanças nos padrões alimentares dos habitantes locais e o consumo de moda também sofre alterações.

Com o processo de globalização também surgiram os movimentos antiglobalização, formados por Organizações Não Governamentais (ONGs), sindicatos de trabalhadores/as, movimentos ambientalistas, grupos em defesa de povos indígenas, entre outros. Em vários movimentos, jovens estudantes conduziram processos que questionavam os processos de globalização e seus impactos nas vidas das pessoas.

Afinal, o processo de globalização desencadeou vários problemas socioeconômicos em diversas partes do planeta, inclusive em países tidos como ricos ou desenvolvidos, pois, apesar de toda riqueza, eles também sentiam esses efeitos negativos. Mas, nos países do sul global (antes chamados de países pobres ou subdesenvolvidos), a pressão dos interesses econômicos das grandes empresas, as multinacionais que se tornam transnacionais. Elas se aglutinavam para obter mais poder em detrimento dos governos locais, era ainda maior que nos países do norte que sediavam as matrizes, as sedes das grandes corporações.

A globalização acentuou as disparidades sociais, a começar pela maior exploração das populações locais; as leis trabalhistas foram revogadas ou simplesmente eram deixadas de lado nos processos de vindas de grandes empresas; esse processo se deu em vários países, afinal era uma forma de atrair investimentos; por outro lado os sindicatos ganham força ao questionar e reivindicar mais direito aos trabalhadores/as. Ademais, os crimes ambientais e a degradação da natureza neste processo intenso de exploração dos recursos minerais e exportação para outros países causaram revoltas populares que causaram levantes populares. E neste caldo nascem, se fortalecem e se multiplicam os chamados movimentos antiglobalização.

2.1. Batalha de Seattle

O marco da luta antiglobalização ocorreu em 1999, na cidade de Seattle, localizada no estado de Washington, nos Estados Unidos da América, embora já houvesse ocorrido outros movimentos e atos espalhados pelo mundo para questionar os avanços dessa economia global e seus impactos. A cidade estadunidense havia sido escolhida para receber a terceira Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio.

Já prevendo os atos, um esquema de segurança grandioso foi montado. Mas, aos poucos foram chegando manifestantes contrários à realização da conferência. O que estava calmo terminou com um enfrentamento violento entre policiais e ativistas, vindos de várias partes dos Estados Unidos e de outros países. O choque entre eles levou à prisão de centenas de pessoas. A resistência dos manifestantes e sua forma de se organizar com pautas que questionavam a globalização é tido como o marco do movimento antiglobalização.

Para Carvalho (2019), mesmo Seattle sendo uma cidade acostumada a ver grandes protestos urbanos, o que estava acontecendo era inédito na história. Calcula-se que cerca de 50 mil pessoas estivessem nas ruas naqueles dias em Seattle, nunca um movimento antiglobalização havia atraído tanta gente. Muitas pessoas chegaram à cidade por meio de ônibus, carros e até mesmo de avião, e vieram de várias partes do mundo. Ativistas de vários movimentos se uniram e unificaram suas pautas; a principal era forçar o adiamento e causar o cancelamento da conferência.

À medida que os dias avançavam, novos grupos se juntavam àqueles que já estavam nas ruas do centro de Seattle, entre eles, os chamados os “*black blocs*” (iremos vê-los nos atos das jornadas de 2013 no Brasil), identificados, em parte, com a doutrina anarquista. Sua forma de protesto era diferente: mais violentos, queimavam latas de lixo, quebravam vidraças de lojas multinacionais, bancos, quiosques de venda de jornal, semáforos de trânsito e desafiavam os policiais. Vestiam-se de preto e agiam em grupos, afirma Carvalho (2019), notem e descrição:

As autoridades de Seattle, embora soubessem há meses da movimentação de diferentes grupos antiglobalização, não haviam se preparado corretamente. Os policiais simplesmente não sabiam o que fazer. O número de manifestantes era cinco vezes maior do que o esperado por eles e empregavam técnicas pouco convencionais de protesto. Com eventos simultâneos ocorrendo pela cidade, a polícia perdeu rapidamente o controle da situação. Foi em meio a essa falta de preparo e planejamento que os policiais começaram, bastante

indiscriminadamente, a agir com extrema violência, não só contra os black blocs, mas contra todos os manifestantes. (Café História, 2019)

A cidade que já era um polo tecnológico se tornou uma grande praça de guerra. Houve uso ostensivo de armas brancas, principalmente gás de pimenta, bombas de efeito moral, balas de borracha e gás lacrimogêneo. Bombas explodiam a cada quarteirão do centro da cidade. O chão de Seattle ficou marcado com uma mistura de sangue, cacos de vidro e lixo, lembra o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho.

Carvalho (2019) lembra também que “centenas de manifestantes foram presos e encaminhados à delegacia em ônibus lotados da polícia. Mesmo assim, o descontrole continuou. O prefeito de Seattle teve que convocar a guarda nacional e decretar toque de recolher. A mídia transmitiu tudo ao vivo”. Uma das táticas dos presos foi não desembarcar dos ônibus, ficando por horas dentro dos veículos, e tudo isso foi transmitido ao vivo em vários canais de notícias dentro e fora dos EUA.

Ao longo dos dias os ativistas antiglobalização conseguiram importantes vitórias. Não só a cerimônia de abertura do evento foi cancelada por causa dos protestos, pela primeira vez na história, como a própria rodada de negociações foi absolutamente fracassada. As delegações presentes em Seattle não conseguiram chegar em peso ao Paramount, local do encontro. E aqueles que chegaram, tinham agora um outro tipo de pressão, oriunda dos movimentos sociais, pois milhares de pessoas estavam nas ruas.

A mídia, além disso, cobriu muito mais os distúrbios nas ruas do que a conferência em si. Os atos serviram de processos formativo, de ensino e aprendizado, afinal pela primeira vez milhares de pessoas além dos moradores de Seattle outras localidades dos EUA ouviram falar, pesquisaram e foram informados sobre o que eram as siglas: OMC (Organização Mundial do Comércio), FMI (Fundo Monetário Internacional), G-7 (Grupo dos 7 países mais ricos do mundo) e Banco Mundial, apesar da criminalização, os atos dos ativistas antiglobalização pautaram a mídia mundial. Importante registrar que algo similar vemos acontecer nas jornadas de 2013 no Brasil, dentro de processo “quase pedagógico” de participação em atos de ruas para milhares de jovens.

Outra vitória, para além de ser simbólica: os manifestantes que haviam sido detidos pela polícia foram liberados e sem que eles fossem responsabilizados criminalmente pelos atos. Apesar do rastro da violência da forte e desequilibrada repressão que amargou as vitórias dos

ativistas, todavia, o fato deu força e energia para o movimento crescer, se fortalecer e aumentar em várias partes do planeta.

No rastro das críticas à globalização, o geógrafo Milton Santos (2000), publicou o que viria a se tornar um clássico, sua última obra intitulada “Por uma outra globalização - Do pensamento único à consciência universal”. No prefácio da obra, a economista Maria da Conceição Tavares resume bem as dimensões da obra “Milton Santos trata da globalização como fábula, como perversidade e como possibilidade aberta ao futuro de uma nova civilização planetária”. (*apud* Santos, 2000, p. 3). O geógrafo brasileiro adverte que parte da obra poderia parecer pessimista e o final dela poderia ter contornos de esperança. Santos afirmou “podemos pensar na construção de um outro mundo, mediante uma globalização mais humana” (Santos, 2000, p. 10). Mas, como tornar a globalização mais humana?

O que vemos é algo cada vez mais violento e desproporcional na repressão aos vários levantes populares que têm ocorrido em diversas partes do mundo, como em 2013 no Brasil, quando vimos em centenas de cidades suas ruas serem tomadas pela população, reivindicando o direito à cidade, ao transporte, o questionamento dos gastos com megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) e outras pautas que fizeram o país parar. Essa dimensão de uma globalização mais humana não veio, mas o movimento contrário a ela se fortaleceu e em várias partes do mundo, não apenas nos países ricos, pois o sul global também viveu muitos levantes, um deles é justamente em Cochabamba, na Bolívia.

2.2. Guerra da Água em Cochabamba

Após Seattle, vemos ocorrer levantes populares que questionam o sistema capitalista e seu processo de globalização, a começar pela “*guerra da água em Cochabamba*”, terceira maior cidade da Bolívia. Movimento pouco publicizado, mas de grande importância nos levantes populares contra transnacionais que representam e traduzem os impactos da globalização nas populações. Merece destaque ainda por ser um movimento ao sul global, tão invisibilizado a ponto de até mesmo ter seus movimentos negados.

Sob pressão do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo de Cochabamba, com apoio da administração federal, decidiu privatizar a empresa local de água e saneamento. Para assegurar o monopólio aos interesses privatistas, aprovou uma Nova Lei de Águas que, entre outras coisas, determinava a exploração da água como um direito privado.

Ainda em 1999, é assinado o contrato entre o Governo de Cochabamba e a Empresa Águas do Tunari. O projeto previa um investimento de 300 milhões de dólares para resolver os problemas de abastecimento da cidade. No início de novembro, nos dias 04 e 05 os “regantes” (irrigadores) iniciam bloqueios de ruas e estradas em Cochabamba. Em novembro é criada a “Coordenadora da Água e da Vida”, reunindo diversas lideranças locais que começam a planejar os atos contra a privatização das águas.

Os cochabambinos sofriam com a escassez d'água há muitas décadas, oriunda da sua própria geografia e do descaso dos gestores públicos. Por anos, não houve investimento adequado para ampliação da infraestrutura e nem para captação alternativa de água. Dessa forma, a população acostumou-se a buscar autonomamente soluções para a escassez. Por exemplo, na zona rural, pequenos agricultores desenvolveram um engenhoso esquema de irrigação comunitária (Drumond, 2015)

Após o anúncio de reajuste de 100% nas tarifas, a "Coordenadora" organiza um grande bloqueio contra o aumento, o governo se compromete a rever as tarifas e a lei. A multinacional norte-americana Bechtel passa a fazer parte do "consórcio" com a “Empresa Aguas del Tunari”, somando-se ainda a empresa Edison (EUA) e Abengoa (Espanha). Com a lei em vigor, elas poderiam cobrar pela água que os moradores obtivessem dos rios, ou até de seus próprios poços artesianos, e caso não pagassem, havia o risco de perder suas casas. Com um território majoritariamente habitado por indígenas, começa uma forte mobilização e surge um grande levante popular contra a privatização.

Em fevereiro de 2000, a população vai às ruas e toma toda cidade de Cochabamba. O Exército também vai às ruas para reprimir, ocorrendo conflitos com muitos feridos. O Governo, sentindo a força do movimento que já paralisava o país, assina documentos, se comprometendo a retomar as tarifas anteriores. Em março ocorre um referendo com mais de 50 mil votantes a favor da expulsão da empresa Aguas del Tunari. Em 4 de abril é convocado bloqueio indefinido de todas as estradas que ligam Cochabamba a outros departamentos, como são chamados os Estados no país andino.

Diante do impasse e do caos que tomam as ruas e se estendem para outras regiões, e temendo uma paralisação geral da Bolívia, o governo abre negociação, mas logo recua. A Prefeitura de Cochabamba declara presos os líderes do movimento. O presidente da Bolívia,

Hugo Banzer, declara Estado de Sítio e coloca novamente o Exército nas ruas para tentar conter a revolta popular que dia-a-dia ganha mais adeptos, inclusive vindos de outras partes do país.

Um grupo de algumas dezenas de pessoas tomaram a Plaza de las Armas, e cercaram o prédio da Prefeitura. O Estado de Sítio é revogado. O contato com o consórcio capitaneado pela Aguas de Tunari é revogado e ela deixa a cidade. Em 7 de abril, uma reviravolta acontece. O Governo Central do Presidente Hugo Banzer nega o rompimento contratual, o Prefeito renúncia e um novo Estado de Sítio é declarado, e 22 dirigentes líderes da “Coordenadoria” são presos.

Milhares vão às ruas protestar novamente e o jovem Victor Hugo Daza é morto nos confrontos. A revolta só aumenta, autoridades políticas ligadas ao Presidente Hugo Banzer e ao MNR (partido da Revolução) comparecem ao enterro e são agredidos e hostilizados pelos manifestantes. As estradas de todo o Altiplano da Bolívia são bloqueadas, o Exército e a polícia se retiram aos quartéis e a cidade fica nas mãos dos manifestantes.

Sentindo o poder da mobilização que tomava o país, o Governo central anunciou a saída de Aguas del Tunari. Manifestantes iniciam marcha massiva e governo realiza a rescisão do contrato. Em 11 de abril de 2000 o Parlamento Boliviano aprova a lei com as modificações propostas pelo movimento.

Oscar Olivera⁸, sindicalista e um dos líderes do levante popular de Cochabamba, afirmou que “a privatização da água na Bolívia significou, antes de tudo, que o neoliberalismo, o capitalismo, essa política absolutamente cega e criminosa das transnacionais e o Banco Mundial chegam a afetar de maneira muito grave à vida cotidiana da gente”.

Trazer os detalhes da “Guerra da Água de Cochabamba” tem dupla importância, a primeira é que ela sacudiu a Bolívia, um país andino pobre e excluído do cenário político mundial, e que não teve tanta cobertura como teve em Seattle. Soma-se a importância que comunicação teve no levante, basicamente através das rádios, ao contrário da cobertura televisiva que ocorreu em Seattle; ainda vale o registro que as redes sociais tão atuais e presentes no mundo e que tem cumprido papel fundamental nos levantes atuais, naquela época não

⁸ MANSUR, V. **Cochabamba. Guerra da Água completa 10 anos**. Ecodebate, 2010. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/03/01/cochabamba-guerra-da-agua-completa-10-anos/>. Acesso em 25 mar. 2023

existiam, não contribuindo para enfrentar o desafio de mobilização, fundamental para qualquer protesto.

Por fim, um outro feito inédito: os movimentos sociais da Bolívia passaram a influir fortemente na formulação e execução das políticas públicas de água e esgoto a partir da vitoriosa guerra pela água travada em Cochabamba. E em poucos anos após a “guerra da água”, em 2006 a Bolívia elegeu Evo Morales, seu primeiro presidente indígena.

2.3. O Fórum Social Mundial no ciclo antiglobalização

Em 2000, o estado do Rio Grande do Sul e sua capital Porto Alegre eram governadas por petistas, em que a experiência do “orçamento participativo” ganhava destaque nas gestões. Longe dali, na fria Davos, cidade dos alpes Suíços, ocorria o Fórum Econômico Mundial, que reunia líderes mundiais, grandes empresários e políticos. O encontro foi criado em 1971 pelo economista e professor suíço-alemão Klaus Schwab, com objetivo de promover o debate e integração de empresários e grandes empresas multinacionais, cujo foco central era o aspecto econômico. Nas décadas seguintes o evento se consolidou e tornou-se o principal encontro mundial de lideranças políticas e empresariais de várias partes do mundo.

Da necessidade de contrapor Davos, nasceu o Fórum Social Mundial em 2001. Porto Alegre é escolhida para sediar. Em janeiro daquele ano ocorreu a primeira edição. A primeira edição reuniu mais de 20 mil pessoas, entre 25 e 30 de janeiro de 2001. Eram 117 países representados, 4.702 delegados de diversas entidades e 69 painelistas internacionais, somavam vozes por um outro mundo possível, como resumia o slogan do evento. Com diferentes cores e sotaques, militantes de diferentes organizações levantavam bandeiras contra a globalização, o neoliberalismo e a miséria global.

Após a realização da primeira edição foi constituído um Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, que se reuniu em São Paulo/SP, em 9 de abril de 2001. As entidades que compunham o comitê de organização do FSM aprovaram 14 princípios que iriam nortear as próximas edições. O documento ficou conhecido como a Carta de Princípios do Fórum Social Mundial, nela fica claro a contraposição à globalização. O documento central do evento trouxe a tarefa para as entidades que construíam o FSM de se contrapor ao processo de globalização conduzido pelas grandes corporações mundiais e governos.

Algo que é inegável é a riqueza da experiência do FSM, sem grandes financiadores, basicamente organizado por movimentos sociais e sindicais, ao reunir e construir debates e unificar pautas globais na intenção de ser uma antítese do Fórum Econômico de Davos. Consegue chamar a atenção do mundo para estes debates do sul global que vinham carregados de simbolismo, além de construir debates e diálogos de luta para além dos trópicos, sem a tutela dos países ricos e de grandes empresas que só atuavam em defesa de seus privilégios. Isso, por si só, já era uma grande vitória na luta antiglobalização.

O FSM ainda serviu como uma espécie de “*incubadora social*” para dar vida a novos movimentos sociais; um deles foi justamente o Movimento Passe Livre (MPL), que foi fundado em uma plenária nacional ocorrida em 2005 na quinta edição do Fórum Social Mundial em Porto Alegre/RS.

Mumbai, maior e mais importante cidade da Índia, em 2004, recebeu o FSM. A decisão de deixar Porto Alegre foi tomada pelo Conselho Internacional como parte do processo de construção da internacionalização do evento. Na Índia houve novamente um bom público, foram mais de 74 mil participantes, representando 117 países. O desafio de “retirar” o FSM de Porto Alegre e levá-lo para outras partes do planeta ao sul global foi conseguido com sucesso.

O continente africano recebe pela primeira vez uma edição do FSM em 2007; a escolhida é Nairóbi, capital do Quênia. Nesta edição, o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial definiu que, em janeiro de 2008, não haveria um evento centralizado, uma cidade sede. Um novo formato é apresentado, em que o desafio era organizar uma semana de mobilização e ação global, marcado por um dia de visibilidade mundial, sendo escolhido o dia 26 de janeiro de 2008, em que se planejava que em várias partes do mundo os movimentos e ativistas que participavam do FSM realizassem atividades em suas localidades.

Em 2009, diante do debate e clamor pela preservação da região amazônica, pela primeira vez uma edição do FSM é realizada em Belém, capital do Pará. A importância da região Pan-amazônica, onde a cidade está localizada, a necessidade de chamar a atenção da população mundial para a urgência dos problemas regionais e a comemoração do Dia da Pan-amazônia, em 28 de janeiro, motivaram a escolha do local, além do esforço de levar os ativistas para conhecer a região que vinha pautando as edições anteriores do FSM.

Em 2010, ao completar dez edições, o Fórum Social Mundial descentraliza-se em pelo menos 27 eventos espalhados pelo mundo e no Brasil. Em 2011, o FSM é realizado no Dakar, capital do Senegal, com mais de 75 mil participantes. No ano seguinte, em 2012, ele volta para

o Brasil, novamente Porto Alegre sedia o evento. O FSM de 2013 ocorreu em março, na cidade de Tunes, capital da Tunísia, norte da África. Mais de 50 mil pessoas participaram, vindas principalmente de países vizinhos. Em 2014, na ressaca das “Jornadas de Junho” de 2013, o FSM volta para a capital gaúcha. Foi uma edição temática, mais reduzida, com aproximadamente 5 mil participantes.

No ano de 2015, o Fórum Social Mundial voltou para Tunísia, na cidade de Túnis, com forte presença de público, foram mais de 45 mil inscritos, oriundos de 120 países. Porto Alegre recebe em 2016 mais uma edição do FSM. No ano seguinte, em 2017, ocorreu um evento preparatório em Porto Alegre, a edição do FSM naquele ano ocorreu em agosto, em Montreal, no Canadá, sendo a primeira edição no hemisfério norte. Salvador, capital da Bahia, recebe em 2018 a edição do FSM, com forte presença de público e representantes de 120 países.

Com a pandemia de covid- 19 o FSM é adiado, e volta apenas em 2023. Lula é novamente Presidente do Brasil, mas não participa do evento que retorna a Porto Alegre, em uma edição mais reduzida e sem a presença forte de público como nas edições anteriores.

Por fim, o empresário Oded Grajew (2016), um dos fundadores do FSM afirma que o "fórum em si não produz nada, quem produz são as organizações", mas acredita que o evento "oferece a oportunidade, um espaço de encontro e de fortalecimento" para inspirar ações de impacto social. Como exemplo de ideias que teriam sido influenciadas pelo FSM, ele cita o “Occupy Wall Street”, em 2011, nos Estados Unidos, e a criação do Partido Podemos, na Espanha, além de maior pressão sobre governos e indústrias poluidoras durante as Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas⁹. O MPL também nasceu no FSM, mas isso será tratado no próximo capítulo.

3. O ciclo da "revolta das praças"

Entre os anos de 2007 e 2008, o capitalismo global sentiu o que muitos economistas definem como sendo a pior crise econômica desde a “Grande Depressão” de 1929. Desta vez a crise financeira ocorreu devido a uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, causada pelo aumento nos valores imobiliários, que não foi acompanhado por um aumento de renda da

⁹ CANOFRE, F. **Depois de 15 anos, Porto Alegre volta ao Fórum Social com edição que debate democracia e educação.** Disponível em <https://www.geledes.org.br/depois-de-15-anos-porto-alegre-volta-ao-forum-social-com-edicao-que-debate-democracia-e-educacao/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

população. Os efeitos deste colapso foram sentidos em toda economia mundial, afinal, tudo estava conectado através da globalização.

Exatamente neste processo de crise financeira mundial vemos surgir uma onda de protestos. Esse novo ciclo de protesto é chamado por Paolo Gerbaudo (2017) como “*movimento das praças*” entre 2010 e 2016. Começa pela Primavera Árabe, que teve início na Tunísia, mas que logo se estendeu para Turquia, França, Espanha e EUA. Se formou uma nova onda mundial de protesto. Algo em comum em todas: a ocupação de locais públicos (em grande parte eram praças centrais que foram literalmente ocupadas). No Brasil, em 2013 também vemos essa onda chegar, por aqui se formou uma jornada de protesto, e vimos também ocupações, como a ocupação em 2014 do Cais Estelita, no centro da capital pernambucana.

Gerbaudo (2017) busca demonstrar que o movimento das praças combinou o neoanarquismo (a recriação do anarquismo e autonomismo pelo movimento antiglobalização) com o “cidadanismo” (a recriação do populismo radical democrático no alvorecer do século XXI). O cidadanismo, trata-se de um populismo que erode a ideia da representação da vontade popular por lideranças personalistas, preferindo o aprofundamento democrático pela participação pessoal e direta nos protestos (Groppo, 2022).

Daí a funcionalidade das táticas neoanarquistas da horizontalidade, assembleísmo, decisões consensuais e ação direta, assumindo não tanto pautas identitárias e anticapitalistas, mas sobretudo denúncias contra os desmandos de elites econômicas e políticas e aspirações por uma recriação democrática do Estado nacional. (Gerbaudo, 2017). Nestas insurreições populares que ocupavam praças e buscavam a retomada do espaço público como símbolo de retomada do poder pelo povo que buscavam reformas sociais e econômicas. No caso dos países árabes o desejo era também de derrubar as ditaduras, boa parte delas militares (Groppo, 2022).

Importante ressaltar que no Brasil, além de praças, vemos ocorrer ocupações de Câmaras de Vereadores, do próprio Congresso Nacional, acampamento perto de casas de autoridades, como no caso do Rio de Janeiro, quando militantes montaram acampamento na frente da Gávea Pequena, residência oficial de Eduardo Paes, prefeito na época¹⁰. Ainda ocorreram centenas de marchas urbanas, as maiores em São Paulo. Este formato foi diferente de muitos movimentos ocorridos na Europa.

¹⁰Agencia Minas. **Ato em frente a casa de Eduardo Paes pode se tornar ocupação**. Estado de Minas, 18 ago. 2013.. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/08/18/interna_politica,436448/ato-em-frente-a-casa-de-eduardo-paes-pode-se-tornar-ocupacao.shtml. Acesso em: 23 mar. 2024.

Por fim, temos até o Fórum Social Mundial um forte movimento antiglobalização, mas a partir da Primavera Árabe vemos nascer um novo ciclo de revoltas populares, não vemos uma ruptura clara entre os dois processos e sim uma continuidade, ou melhor um aprofundamento. Adotam-se novas táticas e uma forma de ação direta de questionar o capital, ao ocupar espaços públicos com grande massa popular. Algo novo são os efeitos crescentes da crise econômica mundial, que, mesmo originada de um país, dada a economia globalizada, veio a atingir a todos, servindo de estopim para muitos protestos em várias partes do mundo.

3.1. A Primavera Árabe

Tudo começou com um vendedor de frutas no interior da Tunísia. Mohamed Bouazizi, de 26 anos, ambulante na pequena cidade de Sidi Bouzid, onde era constantemente intimidado por policiais, hora pela falta de licença, problemas com seus produtos e até mesmo pedidos de propina. No dia 17 de dezembro de 2010, em novo episódio de intimidação, policiais confiscaram seu carrinho de frutas por ele não ter licença para vender no local onde supostamente era necessária. A cena foi gravada e ganhou as redes sociais.

O jovem foi à sede do governo local reclamar e tentar recuperar seus pertences, mas não foi recebido. Sem conseguir mais trabalhar e afetado há anos pelo desemprego, a situação o levou ao desespero. Bouazizi adquiriu um galão de combustível, jogou o líquido sobre o corpo e, diante do prédio do governo, ateou fogo a si mesmo. Houve outros suicídios e tentativas de autoextermínio público que alimentaram ainda mais a ira e estimularam a coragem da juventude para ir às ruas (Castells, 2012, p. 29).

Com a ajuda da internet e das mídias sociais, a notícia de seu gesto espalhou-se como o fogo em seu corpo e rapidamente transformou-se em protestos contra o desemprego e a corrupção na Tunísia. Em 14 de janeiro, após forte onda de protestos nas ruas da Tunísia ocorreu a queda do presidente Zine El-Abidine Ben Ali, que estava no poder há mais de 23 anos.

Logo no início de 2011 às populações dos países árabes começaram a se mobilizar, irem às ruas, protestar e pedir democracia, afinal, muitos eram governados por regimes ditatoriais há décadas. A onda de protesto chega ao Egito ainda em janeiro. Influenciados pela queda do presidente da Tunísia, os egípcios iniciaram um intenso movimento de manifestações e protestos populares contra o presidente ditador Mohammed Hosni Mubarak, que se encontrava há 30 anos no poder do Egito. Estas manifestações ganharam o nome de “*Primavera Árabe*”,

justamente por se concentrar em países do norte do continente africano e em países do Oriente Médio.

Diversos foram os fatores que contribuíram para a insurreição popular no Egito, como o reacendimento das tensões religiosas do país após a morte de 21 cristãos na explosão de uma igreja na cidade de Alexandria. Os egípcios também reivindicavam o fim da ditadura de 30 anos e desejavam a transição do governo para a democracia, ou seja, a abertura política.

Novamente tivemos forte presença de jovens nos protestos e o uso da rede mundial de computadores foi decisivo para mobilizar as pessoas que estavam indo às ruas. O governo egípcio em retaliação bloqueia o sinal de internet de celulares, medida tomada para minar as mobilizações e censurar notícias e imagens de pessoas sendo mortas pelos soldados do governo. O governo chega a decretar um toque de recolher, realizado pelo então Presidente Mubarak no dia 29 de janeiro, quando os soldados invadiram as ruas das cidades. Ruas e praças, especialmente na capital, Cairo, foram rapidamente tomadas pela população pedindo melhorias econômicas e reformas políticas. A praça Tahrir (em português, "Libertação"), no Cairo, tornou-se o centro do movimento pela democracia.

Após duas semanas de conflito, o presidente Hosni Mubarak renunciou ao governo, deixando um saldo de mais de 42 pessoas mortas e cerca de 3000 feridos. Os militares assumiram o poder, anunciando a instalação de uma junta militar provisória no governo egípcio até as eleições para presidente do país, em setembro de 2011. No dia 28 de novembro foi realizada a 1ª etapa das eleições parlamentares. Milhões de pessoas foram às urnas, a grande maioria votando pela primeira vez. Até a divulgação dos resultados, uma junta militar que assumiu o governo provisório, após a renúncia de Mubarak, continuaria no poder. Em 2014, Abdel Fatah al Sisi foi eleito pela primeira vez presidente do Egito, depois de ter liderado um movimento militar, em meio a uma revolta popular, que derrubou o então presidente Mohamed Mursi, de quem era ministro da Defesa. Depois de manobras e mudanças na constituição do país ele poderá ser reeleito até 2030¹¹.

Em outro país árabe, na Síria, foi um grupo de jovens em Daraa que deu o pontapé no confronto, com uma mensagem pintada no muro de uma escola: *"A sua vez chegou, doutor"*. Era um recado a Al-Assad, oftalmologista de formação, a quem desejavam um destino similar

¹¹**Presidente do Egito poderá seguir no cargo até 2030.** Estado de Minas, 16 abr. 2019. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/04/16/interna_internacional,1046755/presidente-do-egito-podera-seguir-no-cargo-ate-2030.shtml. Acesso: 09 mar. 2023;

ao do ditador tunisiano Abidin Ben Ali, forçado a se exilar, ou ao do líbio Muammar Kadhafi, linchado pelos rebeldes¹².

A partir de então, jovens sírios foram detidos e torturados, provocando indignação e incentivando protestos maciços. Em 15 de março de 2011, a mobilização se espalhou por todo o país com manifestações simultâneas, o uso das redes sociais novamente foi decisivo. Ao longo de 2011, a repressão de Assad ficou cada vez mais violenta, com o uso de armamento pesado contra as concentrações de manifestantes. Em Aleppo, segunda maior cidade do país, localizada no norte, estudantes da universidade local passaram a se manifestar e exigir o fim do cerco em outras cidades, num exemplo do envolvimento dos jovens na crescente revolta popular.

O governo, porém, seguiu com suas ações repressivas, cada vez mais violentas, apesar da crescente pressão internacional para que interrompesse a repressão. Com o tempo, os confrontos mudaram a natureza do que ocorria na Síria. Em junho, centenas de homens atacaram forças de segurança na cidade de Jisr al-Shughour, matando cerca de 120 soldados e policiais. Foi o primeiro sinal claro de que a revolução pacífica já incluía confrontos armados. No segundo semestre de 2011, em vez de manifestantes ou estudantes, Bashar al-Assad já enfrentava rebeldes organizados. A Primavera síria se transformava numa sangrenta guerra civil.

Iniciada na esteira da Primavera Árabe, que sepultou ditaduras no poder há várias décadas, o conflito sírio, no primeiro instante, parecia que iria fazer o regime de Bashar al-Assad também desmoronar. Mas, de lá para cá, o ditador, de 55 anos, continua no poder, contra tudo e todos. A revolta pacífica contra o presidente da Síria, com forte presença de jovens, se transformou em uma violenta guerra civil que se arrasta há 12 anos. O conflito deixou mais de 380 mil mortos, devastou cidades e atraiu outros países para a disputa.

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos¹³, um grupo de monitoramento com base no Reino Unido e uma rede de fontes na Síria, registrou a morte de quase meio milhão de pessoas ao longo de mais de uma década. Segundo a ONG, foram 160.681 vítimas civis, entre elas 25 mil crianças ou adolescentes. E se forem consideradas os óbitos não identificados, ou seja, não possíveis de confirmar de maneira independente, o número sobe para 610 mil¹⁴.

¹² SIMÕES, R. **O que foi e como terminou a Primavera Árabe?** BBC, 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>. Acesso: 20 mar. 2023

¹³

¹⁴ **Por que a guerra da Síria continua após 11 anos?** BBC, 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56378202>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Em outros regimes monárquicos, como na Arábia Saudita e no Kuwait, também na região dos levantes populares da *“Primavera Árabe”*, também ocorreram protestos nas ruas, com a mesma receita: jovens revoltados, pedindo mais direitos e democracia, que se mobilizaram pelas redes sociais; mas ao contrário dos outros países, os protestos nas ruas e praças foram de menores consequências e sem grandes mudanças nas estruturas de poder.

3.2. Os Indignados da Espanha

Sob o ritmo da batucada e dos apitos, naquele 15 de maio de 2011 às ruas de Madri foram tomadas por milhares de pessoas que iam cantando, gritando palavras de ordem e empunhando cartazes; todos rumaram para a Praça Puerta del Sol, no centro da capital espanhola. Nesta primeira grande mobilização, impulsionada pelas redes sociais, do número do dia e mês veio o símbolo maior do movimento, o 15M, e depois a definição como *“indignados”*.

A reviravolta produzida pelas manifestações nas ruas e redes sociais que se materializaram em acampamentos e praças públicas se impregnou nas propostas políticas surgidas desde então e seu eco ultrapassou fronteiras. E milhares de outras pessoas se reuniram nesta em outras partes da Espanha, para manifestações convocadas em cerca de 80 cidades do país, além da capital, que concentrou a maior delas.

Um profundo sentimento de injustiça agitava a população em geral e veio a ser expresso pelo movimento. Para Castells (2012, p. 100) “o movimento não tinha um programa. O principal motivo é que nunca houve uma organização formal conhecida como o movimento”. Antes mesmo do 15M, ainda no começo de abril, milhares de jovens haviam protestado em Madri, atendendo ao apelo de “jovens sem futuro”, uma campanha com base na internet que defendia o direito à educação, saúde e moradia (Castells, 2012, p.101). Todo esse caldo de pressão social, principalmente vindos dos jovens ajudou a dar forma e corpo *“aos indignados”*, que se caracterizou por ser um movimento de múltiplos e ricos discursos e pautas.

Após tomarem as ruas e ocuparem Praça Puerta del Sol, no local foi montado um imenso acompanhamento que a cada dia se expandia. O movimento dos *“indignados”* espanhóis cresceu e tomou as ruas das principais cidades do país, em uma época em que ele enfrentava uma taxa de mais de 20% de desemprego e políticas de austeridade. Os protestos foram organizados basicamente pela internet, que serviu também como plataforma de divulgação e propagação do movimento. O 15M não se definia como de esquerda ou direita e não tinha apoio de um partido político específico. A maior parte das reivindicações como dito acima se apoiava

em demandas sociais como habitação, saúde e educação, mas também havia uma cobrança por uma reforma eleitoral e mais transparência do governo. Durante os protestos houve confrontos com a polícia e dezenas de pessoas ficaram feridas.

Apesar das pautas nacionais espanholas serem um chamado global, os movimentos sociais já estavam em redes. Aquela era uma tendência global e sem volta. A manifestação de Madri foi o maior protesto de todos os que aconteceram em cerca de 80 cidades espanholas, ao lado de cerca de outras 500 manifestações convocadas em outros 25 países do mundo, entre elas a da Nuit Debout, em Paris, capital da vizinha França. O 15M também chegou ao coração político da Europa, ocorreram atos em Bruxelas, capital da Bélgica, cidade que abriga o Parlamento Europeu.

Mas, foi na tarde de 17 de maio de 2011 o momento em que os protestos transbordavam¹⁵ em Madri e em outras treze cidades espanholas, transformando as manifestações dos dois dias anteriores (15 e 16 de maio) numa insurreição coletiva e pacífica, que ultrapassou as proibições do Estado, a repressão policial e as tentativas da Justiça Eleitoral de submeter a cidadania indiferente ao calendário das iminentes eleições locais do domingo seguinte, dia 22.

Cerca de 25 mil manifestantes permaneceram acampados na praça central da capital espanhola. Eles desafiaram uma proibição da Comissão Eleitoral da Espanha, que ordenou sua retirada da praça até a meia-noite do dia 20, uma sexta-feira, antevéspera das eleições, quando entrou em vigor a proibição contra manifestações. O país iria às urnas em eleições regionais e locais. Apesar da proibição, a polícia não entrou em ação para desmobilizar o protesto dos indignados que estavam acampados. E na manhã do sábado, mais pessoas se reuniram ao redor da praça para participar de discussões e debates.

O presidente do governo espanhol, José Luis Rodríguez Zapatero, reconheceu a derrota de seu partido, o Socialista, nas eleições regionais realizadas naquele 22 de maio de 2011, em um momento de forte insatisfação popular pelo desemprego e pelas medidas de austeridade que vigoraram no país.

Em 27 de maio, uma ação policial expulsou os manifestantes da Plaza Catalunya, em Barcelona, sob a justificativa de "*motivos de salubridade*" e por causa do jogo do Barcelona, que se realizaria no dia seguinte. A violenta intervenção da polícia deteve duas pessoas, ferindo

¹⁵ MENDÉZ, G. L. **A Democracia na praça**. Folha Uol, 2013. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-democracia-na-praca/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

centenas, a maior parte dos manifestantes foi ferida por golpes de cassetetes desferidos pelos oficiais e pelos tiros de balas de borracha. Esses incidentes foram distorcidos e amplamente divulgados pela mídia, mostrando o movimento como radical e violento, mas isso saiu pela culatra, o movimento se fortaleceu e cresceu (CASTELLS, 2012, p. 112).

Com o passar dos dias, e com a forte repressão policial o movimento se dispersou, aos poucos os acampamentos nas praças em várias cidades foram desmontados. Todavia, as manifestações de 15 de maio de 2011 deram origem aos protestos mundiais do movimento Occupy.

3.3. O Occupy Wall Street nos EUA

Respondendo a um apelo feito por uma revista independente ativista, a *Adbusters*, centenas de jovens tomaram Wall Street em 17 de setembro de 2011. Chegando lá foram recepcionados por uma massiva presença policial, as autoridades estabeleceram um perímetro de segurança de várias quadras ao redor de Wall Street. A data escolhida era simbólica, afinal este dia é o aniversário da assinatura da Constituição americana (Castells, 2014, p. 125)

A ação aparentemente dentro do controle das autoridades atingiu seu objetivo central, que era de sitiar o símbolo do capitalismo, a Bolsa de Valores de Nova York. Até a famosa escultura do touro de Wall Street teve que receber proteção policial de 24 horas durante dois meses. Porém, uma grande parte dos manifestantes foram impedidos de chegar a Wall Street, de modo pacífico os manifestantes foram para o Parque Zuccotti a umas quatro quadras, uma praça ao lado da Broadway, que foi tomada e rebatizada como “*Praça Liberdade*”.

Durante os primeiros dias instalaram uma cozinha popular, uma biblioteca, uma barraca de assistência médica e começaram a organizar fóruns de debates livres. Todos os dias realizavam uma “assembleia-geral” nas quais todas as decisões eram tomadas por consenso em seu experimento de organização horizontal sem líderes. Identificaram como sua inspiração o movimento dos “Indignados na Espanha, da Primavera Árabe”, nas mobilizações de estudantes no Chile e até mesmo as táticas do Subcomandante Marcos, líder do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), uma organização armada mexicana de caráter político-militar de composição de maioria indígena, ao sul do vizinho de fronteira.

Como vimos, o sistema financeiro americano e mundial chegou à beira do colapso em consequência da especulação e quebra do mercado imobiliário. O mundo passou naquele período pela maior crise econômica do sistema capitalista desde a crise de 1929, conhecida como Grande Depressão. O movimento concentrou seu principal questionamento na injustiça econômica, o que ficou evidente em cartazes era o “ 1% da população, os ricos contra os 99% do restante composto por pobres”. Os tais “Somos 99%” conseguiram travar um profundo e sonoro debate sobre a injustiça econômica que ecoou no centro do império americano. Como vimos, foi capaz de reunir a juventude, os grupos de direitos civis, vários sindicatos, acadêmicos e artistas. E novamente as redes sociais foram fundamentais para amplificar os atos.

Dois meses mais tarde, a polícia conseguiu reprimir e desmantelar o acampamento na Praça Liberdade, chegando com gases e equipamento antimotim e jogando no lixo centenas de livros.

Porém, ainda em 2011, agora em outubro, um chamado global pelas redes sociais deu forma a uma gigantesca mobilização que organizou centenas de marchas contra o sistema financeiro, em pelo menos 900 cidades de 82 países pelo mundo. A inspiração era justamente o “ocupe Wall Street”. Em todo o mundo, houve manifestações a começar por Hong Kong, Taiwan, Japão, Austrália, Itália, Bósnia, Romênia, Alemanha, Inglaterra, Canadá, Estados Unidos, Bélgica, Suíça, Holanda, Canadá e Portugal.

Em Roma, na Itália, milhares de manifestantes se reuniram nas ruas, mas alguns colocaram fogo em carros e quebraram vitrines de lojas. Houve confronto com a polícia e ao menos 70 ficaram feridos. Ainda na Europa, cerca de 40 mil pessoas se reuniram, entre Lisboa e Porto, para protestar em Portugal contra novas medidas de austeridade. Alguns conseguiram furar o cerco da polícia e entrar no parlamento¹⁶.

No próximo capítulo serão apresentados alguns “movimentos sociais” brasileiros, como o Movimento Passe Livre, e como ele se formou até chegar nas jornadas de 2013, quando o movimento puxou os atos em São Paulo. Antes das jornadas os Comitês Populares da Copa já se organizaram para denunciar as violações que os grandes eventos iriam causar. Darei ainda uma passada pelo que aconteceu em Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, grandes capitais que sentiram a força das ruas ao longo das jornadas.

¹⁶ **'Indignados' se mobilizam para realizar protestos em 82 países.** G1, 2011. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/indignados-se-mobilizam-para-realizar-protestos-em-82-paises.html>. Acesso em: 02 mar. 2023.

SESSÃO SECUNDÁRIA. PROTAGONISTAS DAS JORNADAS DE 2013 NO BRASIL

O ano de 2013 foi intenso no Brasil, a começar por ter sido o período com mais greves na história do país; foram mais de 2.050 paralisações segundo dados do DIEESE¹⁷. Esses e outros acontecimentos se fundem no que chamamos de Jornadas de 2013. São atos que vão além das grandes manifestações convocadas pelo Movimento Passe Livre em São Paulo (MPL-SP), em junho. De janeiro a dezembro de 2013, houve 696 manifestações em todo país. O setor da educação parou em todos os estados, como no Rio de Janeiro, que viveram 100 dias intensos de greve.

O historiador Nicolau Sevcenko (1952-2014) dizia que a Revolta da Vacina (1904) era o evento mais mal compreendido do Brasil, mas, segundo Roberto Andrés (2023) se fossemos atualizar essa avaliação, o evento seria justamente Junho de 2013. É dessa disputa de sentidos que nasce esse capítulo. O desafio é ir além, apresentar e analisar também alguns eventos fora do eixo Rio-São Paulo e que estão fora de junho, afinal, como dito anteriormente, o ano de 2013 foi extremamente intenso nas ruas de centenas de cidades brasileiras.

Resgato levantes populares como a Revolta do Vintém, no Rio de Janeiro e o quebra-quebra de ônibus e bondes ocorrido na cidade de São Paulo em 1º de agosto de 1947. Dois bons exemplos de levantes populares cuja pauta era justamente o transporte público e o direito à cidade.

Busco analisar neste capítulo os atos ocorridos em Porto Alegre/RS, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ e seus desdobramentos. Trago a importância dos Comitês Populares pela Copa (CPC), que reuniram centenas de movimentos sociais, anos antes de 2013 para questionar os megaeventos e seus impactos no cotidiano de milhões de pessoas.

Faço ainda uma análise do surgimento do Movimento Passe Livre (MPL) até chegar 2013; o movimento “viveu” literalmente uma década de intensa mobilização em dezenas de cidades, realizando um profundo trabalho de base em diversos espaços, a começar pelas escolas secundaristas e em outros espaços de educação não formal. O MPL ganhou destaque e protagonismo ao convocar e conduzir os principais atos na capital paulista, e também por convocar atos nacionais que atingiram centenas de cidades. O movimento trazia a defesa ao

¹⁷ **Balanco das greves em 2013.** DIEESE, 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.html>. Acesso em 2 ago. 2023:

acesso à cidade, através da “tarifa zero” como forma de garantir o acesso a outros direitos.

Em dezenas de cidades houve redução das tarifas do transporte público, atualmente ao menos 70 cidades têm tarifa zero. Mas, as vitórias vão além disso. Assim como o antropólogo David Graeber (2021) também acredito que, mais que gerar mudanças institucionais, ciclos de protestos servem para fomentar mudanças de mentalidade. Vimos isso ocorrer em várias frentes na sociedade brasileira. A começar pelos jovens que foram às ruas pela primeira vez.

2.1 Para além de junho e de São Paulo

O início do século XXI tem sido inegavelmente marcado por um ciclo de protestos, que se atualiza em diversos contextos em várias partes do planeta, em 2013 foi a vez do Brasil. Mas, antes de adentrar nas minúcias do que foram as Jornadas de 2013 é importante fazer breves considerações, tais como: os atos não aconteceram apenas em junho, não ficaram restritos apenas às capitais de São Paulo e Rio de Janeiro. Muitos atos e ações inclusive foram preparados ainda em 2012, como em Porto Alegre/RS. Em centenas de outras cidades, as pessoas também saíram às ruas. Por fim, é necessário registrar que 2013 foi o ano com o maior número de greves na história do país, com mais de 2050¹⁸ greves em várias partes do Brasil.

Indo além, as jornadas fecharam e abriram um novo ciclo na história do Brasil, é o que afirma o filósofo e professor da Universidade de São Paulo, Vladimir Safatle. Para ele as manifestações marcaram o fim da Nova República, período histórico que se iniciou após o fim da ditadura militar brasileira¹⁹. Estas informações dão clareza ao tamanho e dimensão da força que as jornadas tiveram ao longo daquele ano, mas que mesmo após uma década do ocorrido segue tendo seus sentidos disputados diante de várias visões e compreensão do que aconteceu naquele período histórico vivido pela sociedade brasileira.

Entretanto, duas situações ocorridas nas jornadas de 2013 ganharam concordância por parte de pesquisadores e militantes que foram às ruas. Primeiro foi o papel decisivo das redes sociais, e como elas foram fundamentais para convocar e ampliar o alcance dos atos, as redes foram tão fortes que fizeram a mídia tradicional rever suas posições e o modo que conduziram às coberturas dos atos. Foi decisivo o papel das mídias sociais e das transmissões ao vivo nos

¹⁸ **Balanco das greves em 2013.** DIEESE, 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.html>. Acesso em: 05 jun. 2023.

¹⁹ GALHARDI, R. **‘2013 marcou o fim da Nova República’, diz filósofo sobre Jornadas de Junho.** IstoÉ, 2023. Disponível em <https://istoe.com.br/2013-marcou-o-fim-da-nova-republica/>. Acesso em: 27 Jun. 2023.

atos. Era um novo modo de fazer e transmitir as informações que chegavam a milhões de pessoas conectadas por celulares.

A segunda foi exatamente a forma repressiva com que as forças de segurança atuaram. Para além das imagens de São Paulo, em várias outras partes do país as “polícias” perderam o controle e excederam na truculência, algo já vivido pelos movimentos sociais, mas que naquele momento foi sentido por outros atores que estavam nas ruas pela primeira vez. Isso causou comoção e revolta, servindo de combustível para mobilizar mais pessoas que ficaram indignadas diante da tamanha e desmedida violência contra quem estava nas ruas.

E quem estava nas ruas? Armando Boito, em artigo ao *América Latina em Movimento*, em 01 de agosto de 2013, intitulado “O impacto das manifestações de junho na política nacional” em uma análise a quente dos acontecimentos nacionais daquele período, faz a seguinte afirmação sobre a composição dos atos

As manifestações não foram obra do “povo” ou da “juventude”, e nem esse processo político pode ser caracterizado com uma referência genérica ao “governo” e à “oposição”. As manifestações tiveram como base majoritária uma fração da classe média e o processo político no qual se inseriram encontra-se polarizado entre os programas burguês neodesenvolvimentista, representado pelo governo, e o neoliberal ortodoxo, representado pela oposição burguesa aglutinada no declinante PSDB (*América Latina em Movimento*, 2013).”

Em São Paulo, segundo pesquisa do Instituto Datafolha, 53% dos participantes da manifestação do dia 17 de junho tinham entre 12 e 25 anos de idade. (Singer, 2013). Nas demais cidades pesquisadas por outras empresas o perfil etário era semelhante. A juventude se colocava em movimento às centenas de milhares indo para as ruas em mais de trezentos municípios. Todavia, importante registrar que os institutos de pesquisas não eram os mesmos e concentram suas pesquisas nas capitais, tornando difícil determinar categoricamente o perfil das massas. Além da faixa etária, em alguns lugares os institutos aferiram a escolaridade e renda dos participantes. Segundo Breno Altman (2023) houve uma presença mais elitista nas manifestações de São Paulo e mais populares em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro.

Para além da discussão de quem estava nas ruas, é quase impossível quantificar em números exatos o contingente de pessoas envolvidas, justamente por ter ocorrido em várias cidades, e em momentos distintos. É claro que existe uma maior concentração de atos e pessoas nos atos em São Paulo no mês de junho. Certamente por se tratar da capital mais populosa do

país os atos ocorridos na terra da garoa foram os maiores em massa de pessoas nas ruas. E tiveram mais atenção da mídia e dos pesquisadores, uma das razões para denominar como “jornadas de junho”. Mas há também um “efeito contágio” dos atos em São Paulo, estimulando a maioria dos grandes protestos deste ano, incluindo o reinício do movimento em Porto Alegre, após a vitória da luta contra o aumento das tarifas já em março de 2023 na capital gaúcha.

Precisamos ampliar esse olhar, como já dito os atos ocorreram em outros meses e lugares ao longo do ano, o fato de acontecer de modo intenso ao longo de 2013 é o que caracteriza como uma jornada, há ainda quem diga que as jornadas de 2013 não acabaram. O que fica cada vez mais cristalino é que as jornadas de 2013 foram um marco nas mobilizações de ruas desde a redemocratização do Brasil, como um divisor de águas, ou tempos, existindo um antes e um depois delas.

2.2. O contexto de Porto Alegre até o Bloco de Lutas pelo Transporte Público

Em 2000, Olívio Dutra era governador do Rio Grande do Sul e Raul Pont era prefeito de Porto Alegre. Ambos eram petistas e foram procurados pelo empresário Oded Grajew, então presidente do Instituto Ethos. Ele trazia a ideia de organizar um encontro que se opusesse ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, criado em 1971, que se reunia anualmente em janeiro nos Alpes suíços, com empresários globais, economistas e grandes líderes mundiais que se encontravam para pensar a economia mundial. Em 2001, nasceu o Fórum Social Mundial (FSM), em Porto Alegre, com a missão e ambição de ser o contraponto ao Fórum Econômico Mundial da fria Davos.

Ali perto, em Florianópolis, capital de Santa Catarina, estado vizinho ao Rio Grande do Sul, em junho de 2004 aconteceram grandes mobilizações que reuniram milhares de pessoas, ocupando as principais vias da cidade por duas semanas, entre elas, as estratégicas pontes Hercílio Luz, Colombo Salles e Pedro Ivo, que ligam a porção insular ao continente, um feito histórico. Com apoio popular que tomou a capital e literalmente travou a ilha, os jovens conseguiram derrubar o aumento das tarifas de ônibus, o que deu um imenso ânimo nos jovens, que constituem uma frente ampla intitulada “*Campanha pelo Passe Livre de Florianópolis*” (CPL). Esses atos ficaram conhecidos como “*Revoltas das Catracas*” (Pomar, 2013)

Neste ambiente de vitória, é convocado um encontro nacional para articular as lutas em outras cidades contra os aumentos das tarifas de transporte público. Em 2005, jovens de várias partes do país chegam a Porto Alegre para participar novamente de mais uma edição do Fórum

Social Mundial. Naquele 29 de janeiro ocorreu a fundação do Movimento Passe Livre (MPL). Marcelo Pomar, no livro *“Vinte Centavos: a luta contra o aumento”* (2013), narra bem esse momento de fundação do MPL durante o FSM. É nesse encontro nacional que se definem os princípios do movimento, sendo eles: autonomia, independência, horizontalidade e apartidarismo (Pomar, 2013, p. 13)

Anualmente ocorriam atos em Porto Alegre questionando os valores e aumentos das tarifas de transporte público. Após as revoltas em outras partes do mundo, uma unidade começaria a ser formada no final de 2011, quando há uma primeira convergência de entidades que irão formar o Comitê de Luta Contra o Aumento das Passagens. Já no início de 2012, um grupo de pessoas acampou no Largo Glênio Peres e formou o Ocupa Poa.

Segundo Luís Eduardo Gomes, em reportagem especial para o portal Sul 21²⁰, houve um racha no movimento que coloca, de um lado, anarquistas e autonomistas e, de outro, os militantes vinculados às organizações tradicionais. Os primeiros já operam sob o nome de Bloco de Luta pelo Transporte Público.

Gomes ainda lembra que o Comitê de Luta Contra o Aumento das Passagens foi composto inicialmente pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), diretórios acadêmicos universitários, grêmios de escolas estaduais, movimentos sindicais vinculados a partidos, movimentos jovens como o Levante Popular da Juventude, a Assembleia Nacional de Estudantes Livres (Anel-RS), Utopia e Luta e até representações sindicais do Cpers (Sindicato que representa mais de 80 mil professores(as), funcionários(as) de escola e especialistas da rede estadual de todo o Rio Grande do Sul) e do Sindicaixa.

No final de janeiro e começo de fevereiro de 2013 é anunciado um novo reajuste nas tarifas de transporte público da capital gaúcha. Ao invés de atos esporádicos nas datas de reajustes, o movimento decidiu intensificar, dando continuidade às mobilizações. Com a homologação do reajuste no início de março, a coalizão de movimentos promove atos maiores pedindo a sua revogação.

Depois de vários atos, inclusive com feridos pela repressão policial, o Bloco de Lutas tinha ganhado força e cada vez mais pessoas apoiavam e foram para as ruas protestar. Em 04 de abril, após uma ação da bancada de vereadores do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL),

²⁰ GOMES, L. E. **Junho de 2012: Ascensão e queda do Bloco de Luta**. Sul21, s.d. Disponível em <https://junho2013.sul21.com.br/junho-de-2013-ascensao-e-queda-do-bloco-de-luta/>. Acesso em 23 jan. 2022

uma liminar suspendeu o reajuste da passagem, quando milhares tomaram as ruas de Porto Alegre para comemorar o feito histórico. Esta vitória chamou a atenção e serviu de estímulo para outras manifestações contra o reajuste em várias partes do país.

Vale lembrar que diante do temor de que a inflação oficial (IPCA) batesse em 1% em janeiro e alimentasse as expectativas para o ano de 2013, o governo Dilma²¹, ainda em 2012, decidiu procurar os prefeitos das duas maiores capitais do país, no caso São Paulo e Rio de Janeiro, e pediu que adiassem os reajustes das tarifas de ônibus, que costumeiramente ocorrem em janeiro, como em Porto Alegre e tantas outras capitais. Esse movimento é que jogou o reajuste de São Paulo para junho, ápice dos protestos contra o reajuste da passagem.

O Bloco de Lutas volta às ruas em junho, mesmo após a redução da tarifa, eles literalmente disputam as ruas com outros movimentos, algo que não ocorreu em São Paulo, quando o MPL saiu das ruas após a redução. Em Porto Alegre/RS em junho as ruas foram tomadas por milhares de pessoas ligadas ou não ao Bloco de Lutas, e com diversas pautas, um fenômeno visto e ocorrido também em várias outras cidades do Brasil naquele período; mas vale ressaltar a coragem do Bloco de Lutas de voltar e disputar as ruas naquele momento. (Marcelo Kunrath Silva, entrevista, 2023).

2.2 Comitês Populares da Copa do Mundo no Brasil

Em 2003, a Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) definiu que a Copa do Mundo de 2014 seria na América do Sul. Além do Brasil, Argentina e Colômbia chegaram a se manifestar para sediar o evento, mas depois desistiram e, em 2006, o Brasil foi escolhido pela Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) como o único candidato do continente. O anúncio do Brasil como país-sede da Copa de 2014 foi feito em 2007 pela FIFA. Motivo de grande comemoração pelo Presidente Lula, que estava em seu segundo mandato, e assistiu pessoalmente na Suíça o anúncio da escolha do Brasil para sediar o mundial de seleções.

Os olhos da imprensa mundial voltaram para o Brasil. Para o governo Lula seria a grande chance de mostrar seus feitos e atrair milhares de turistas. Nos anos seguintes várias capitais se candidataram para receber os jogos, era a oportunidade de receber também grandes

²¹ **Dilma pede, e SP e Rio congelam a tarifa de ônibus para conter inflação** Portal G1, 15 de jan. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/dilma-pede-sao-paulo-rio-que-adiem-alta-de-onibus-7304357>. Acesso em: 10 abr. 2023.

investimentos públicos e privados. Ao todo, 18 cidades candidataram-se a receber os jogos do mundial, mas apenas 12 foram escolhidas. A FIFA, organizadora do mundial, afirmou que a escolha pautou-se na estrutura da cidade e na capacidade de receber turistas, mas a imprensa apontou que a política também foi um dos fatores. As cidades foram conhecidas em 2009.

Antes da Copa do Mundo em 2014, ainda havia um evento teste, a Copa das Confederações, também organizada pela FIFA, marcado para 15 a 30 de junho de 2013. Ainda em 2009, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para sediar as Olimpíadas de 2016. Seria a primeira vez que um país da América do Sul sediaría o maior evento esportivo do mundo. A vinda das Olimpíadas para o Rio de Janeiro era vista por muitos como grande oportunidade para modernizar e construir importantes legados para a população após o término do evento mundial; para outros, entretanto, era certeza de remoções forçadas, crimes trabalhistas, corrupção e tantos outros crimes envoltos em megaeventos.

Desde o anúncio da escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014, Copa das Confederações e Olimpíadas e definição das cidades sedes, movimentos sociais começaram a se organizar, pois sabiam que haveria grandes remoções para dar lugar às obras de transporte, aos estádios e hotéis para abrir esses megaeventos. Nas várias capitais que foram escolhidas para sediar os megas eventos esportivos, movimentos sociais se uniram criando os “Comitês Populares Contra Copa do Mundo”.

O Museu do Futebol²² trouxe o seguinte verbete para apresentar e definir o que eram os tais comitês, em especial o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, vejamos:

Tem como missão mobilizar uma ampla rede de organizações sociais, movimentos populares, sindicatos, órgãos de defesa de direitos e controle do orçamento público, universidade, com protagonismo das comunidades direta e indiretamente afetadas, para monitorar as intervenções públicas e privadas e articular ações integradas contra os impactos adversos da realização dos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro (Museu do Futebol, s.d).

Em 2010, é criada a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas (ANCOP). A ANCOP foi formada por Comitês Populares nas 12 cidades-sede da Copa: Belo Horizonte, Brasília, Cuiabá, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Natal, Porto Alegre,

²² **Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro.** Museu do futebol, s.d. Disponível em <https://museudofutebol.org.br/crfb/instituicoes/722620/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Segundo a Justiça Global²³, organização de direitos humanos que trabalha com a proteção e promoção dos direitos humanos e o fortalecimento da democracia, e que também compõe a ANCOP, foram produzidos documentos que sistematizaram as violações de direitos humanos relacionados aos grandes eventos. Tais como:

[...] o Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil, que está em sua segunda edição e foi lançado pela primeira vez em dezembro de 2011, e dossiês locais, como o Dossiê Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Rio de Janeiro, também em sua segunda edição.

Tais dossiês reuniram milhares de relatos de violações, abrangendo áreas como: meio ambiente; moradia; participação e representação populares; leis trabalhistas; acessos à informação, serviços e bens públicos; mobilidade; e segurança pública. O documento inclui relatos, análises e dados levantados nas cidades-sede sobre os desdobramentos da Copa e Olimpíadas 2016, de que esses megaeventos causaram impactos negativos nas vidas cotidianas de milhares de pessoas, nas comunidades e suas representações.

Neste contexto de organização dos megaeventos e da construção de grandes empreendimentos nas cidades sedes, os Comitês cada vez mais ganhavam força e a adesão de vários movimentos sociais, em especial os de moradia, além do apoio de acadêmicos e pesquisadores. Uma dezena de atos contra os megaeventos ocorreram nas cidades sedes nos anos que antecederam os eventos esportivos, já debaixo de muita repressão por parte das forças de segurança e dos governos locais e federal, que tinham medo que a imagem dos eventos e a popularidade de suas gestões fossem atingidos pelas cobranças dos Comitês.

A abertura da Copa das Confederações em São Paulo, em junho de 2013, demonstrou a força dos movimentos que questionavam a realização dos grandes eventos no Brasil. A final no dia 30 de junho no Maracanã também foi fortemente reprimida. Um dado que assusta e dá o tamanho dos atos foi o gasto da Secretaria Extraordinária de Segurança de Grandes Eventos (SESGE)²⁴ em equipamentos para contenção dos protestos. Segundo a própria SESGE, antes

²³ **Nota de esclarecimento da Justiça Global.** Justiça Global, s.d. Disponível <http://www.global.org.br/blog/nota-de-esclarecimento-da-justica-global/>. Acesso em: 20 Mar. 2023.

²⁴ **Protestos na Copa das Confederações reuniram 864 mil pessoas.** Portal Uol. Disponível em: <https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/02/protestos-na-copa-das-confederacoes-reuniram-864-mil-manifestantes.htm>. Acesso em: 18 abr. 2023.

do início da Copa, havia sido gasto R\$ 50 milhões com balas de borracha, gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. Durante o evento, houve necessidade de complemento de cerca de R\$ 8 milhões em mais apetrechos para conter os atos.

O medo dos governos e autoridades e a imposição da FIFA fez que o governo federal criasse a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE), que ficou diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, com a atribuição de coordenar o esforço conjunto de segurança necessário para a realização dos grandes eventos que o Brasil sediou entre 2013 e 2016. A criação dessa Secretaria foi muito criticada pelos movimentos que faziam parte dos Comitês. O Exército Brasileiro ainda ficou de prontidão caso a SESGE necessitasse.

Os integrantes da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e das Olimpíadas afirmam que os governos federal e estadual gastaram mais de R\$ 1 bilhão com a segurança do mundial de futebol, mesmo assim a polícia continua despreparada para lidar de forma pacífica com as manifestações²⁵. Apenas no Rio de Janeiro foram removidos mais de 77 mil moradores, entre 2009 e 2015, basicamente para construir o BRT Transoeste. O mapeamento da ANCOP afirma que ao todo foram mais de 250 mil pessoas removidas pelos megaeventos. Estes são apenas alguns exemplos dos dados que constam nos dossiês feitos pelos Comitês Populares. Os gastos com os megaeventos foram questionados pela população, e ganharam destaque em vários atos nas jornadas de 2013, quando era comum ver cartazes pedindo *“hospitais e escolas com padrão FIFA”*.

O fato concreto é que os megaeventos causaram centenas de violações, com gastos escandalosos e pouco retorno para as populações das cidades-sede. No fim, até mesmo cidades que não tiveram obras saíram às ruas para questionar os efeitos perversos da vinda dos eventos. É inegável que a repulsa aos eventos foram canalizados e ajudou a engrossar os atos e manifestações que levaram milhões às ruas em 2013.

Trazer para esta pesquisa um pouco do que foram os Comitês Populares é fundamental, infelizmente esta importante organização social e popular tem pouco espaço nas discussões e pesquisas sobre as jornadas de 2013, entretanto, elas foram cruciais. Seja por se organizarem bem antes de 2013, o que ajudou a aglutinar organizações e movimentos, seja pela coragem de se opor aos megaeventos. Seja por ir às ruas e enfrentar o poderio da FIFA e do Governo

²⁵ **Comitê Popular da Copa e Mobilização Nacional Indígena denunciam violência policial.** CIMI, 2014. Disponível em: <https://cimi.org.br/2014/05/36122/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

Federal, e sem dúvida por jogar luz em uma temática tão cara a milhões de brasileiras e brasileiros, a ocupação de espaços públicos e o direito à cidade, que foram retomados pelo Movimento Passe Livre e outros movimentos nas Jornadas de 2013.

2.3. A década do Movimento Passe Livre

Salvador, Bahia, agosto de 2003. Milhares de pessoas ocuparam as principais vias da cidade durante mais de três semanas. Os atos ficaram conhecidos como “*Revolta do Buzu*”. Uma revolta popular, massivamente juvenil. Uma luta para derrubar mais um aumento de tarifas de ônibus na capital baiana que impactaria centenas de milhares de pessoas, em especial os jovens e estudantes. Curiosamente, o reajuste foi de vinte centavos, assim como na capital paulista em 2013. Na reta final, movimentos tradicionais do movimento estudantil tomam a dianteira de um amplo processo coletivo e que eles não iniciaram, sentaram e negociaram junto à prefeitura, mas não conseguiram a principal, a redução das tarifas.

É verdade, as lutas por transporte público em grandes cidades tiveram início muitas décadas antes. Registros contam que em 1930 já ocorriam lutas pelo “meio-passe” em cidades brasileiras (Pomar, 2013). Mas a Revolta do Buzu parece inaugurar uma outra era das lutas em torno do transporte público.

Um ano após a “Revolta do Buzu” em Salvador, foi a vez de Florianópolis, capital de Santa Catarina sentir o peso e força das mobilizações contra o reajuste das passagens de transporte público coletivo. Durante duas semanas, milhares de pessoas foram às ruas e conquistaram o que parecia improvável: derrubar o aumento das tarifas de ônibus. Em 2005, novo reajuste e mais pessoas foram às ruas, foram quatro semanas de atos, a ilha literalmente travou. Centenas foram presos e feridos. A novidade era a composição dos atos, não eram apenas jovens estudantes, pois boa parte da população apoiou e foi para ruas. Os atos ficaram conhecidos como “*Revoltas da Catraca*” após a derrubada dos ajustes.

No ambiente fértil da capital catarinense, ainda em 2004, militantes de outras cidades e regiões do país se reúnem em junho; se o encontro não funda o Movimento Passe Livre, lança o seu embrião. Um dos encaminhamentos é justamente a criação da “Campanha Nacional pelo Passe Livre”, com um calendário nacional e unificado. A resolução final do encontro é uma profecia: “*Todos demos o sangue pela vitória dessa atividade, pois ela vai desencadear um processo de revoltas simultâneas jamais visto no Brasil*”.

Marcelo Pomar, historiador e co-fundador do MPL, afirma que “O MPL não veio do nada. O MPL é um movimento de esquerda que ao longo de sua existência relaciona-se com seus pares, como o Movimento Sem Terra e os movimentos urbanos de moradia” (POMAR, 2013). No site do Movimento Passe Livre (MPL) que segue hospedado na rede mundial de computadores o movimento se apresenta da seguinte forma:

O Movimento Passe Livre (MPL) é um movimento social autônomo, apartidário, horizontal e independente, que luta por um transporte público de verdade, gratuito para o conjunto da população e fora da iniciativa privada. O MPL é um grupo de pessoas comuns que se juntam há quase uma década para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade. Estamos presentes em várias cidades do Brasil e lutamos pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços a partir da Tarifa Zero! O MPL foi batizado na Plenária Nacional pelo Passe Livre, em janeiro de 2005, em Porto Alegre, mas antes disso, há seis anos, já existia a Campanha pelo Passe Livre em Florianópolis. Fatos históricos importantes na origem e na atuação do MPL são a Revolta do Buzu (Salvador, 2003) e as Revoltas da Catraca (Florianópolis, 2004 e 2005) (Movimento Passe Livre, s.d).

No mesmo portal, na sequência o MPL apresenta suas “*Perspectivas Estratégicas*” e traz também como se dará a “Organização e constituição” do movimento. Apresenta também a “Semana Nacional de Luta pelo Passe Livre”. Ao final apresentam a “carta de princípios”. E para finalizar exibe imagens de cartazes e de atos ocorridos em várias partes do Brasil ao longo dos anos. Como forma de estimular os adeptos ao movimento, o MPL cita uma série de outros “movimentos, grupos e sites que lutam por um transporte realmente público em várias partes do mundo, uma espécie de movimentos amigos e que são referência para o movimento brasileiro. Fica claro a simplicidade do portal, e como ele desejava ser direto e com informações claras e objetivas para conquistar novos ativistas do MPL.

Antes de avançarmos mais sobre o MPL, é necessário registrar que foi somente na segunda metade do século XX que o Brasil se tornou um país urbano, ou seja, mais de 50% de sua população passou a residir nas cidades. A partir da década de 1950, o processo de urbanização no Brasil tornou-se cada vez mais acelerado. Isso se deve, sobretudo, à intensificação do processo de industrialização brasileiro ocorrido a partir de 1956, sendo esta a principal consequência da “política desenvolvimentista” do governo Juscelino Kubitschek. Mas foi apenas em 1970 que o número de pessoas vivendo nas cidades ultrapassou o número de moradores do campo em escala nacional, e a população brasileira passou a ser majoritariamente urbana.

Com essa mudança profunda na localização das famílias, se ampliam os desafios das cidades. A demanda por transporte público é uma delas. As grandes massas precisam se deslocar, os bairros periféricos ganham multidões de trabalhadores que precisam se locomover, especialmente para irem aos postos de trabalho. Diante dessa demanda que cresce de modo exponencial, as cidades não conseguem assegurar transporte público de qualidade com eficiência. Do acúmulo de décadas de transporte ineficiente e caro, explodem os protestos de por transporte público de qualidade e até iniciativas pela tarifa zero no início do século XXI, em várias cidades brasileiras.

Importante registrar o peso na economia das famílias brasileiras com gastos mensais para garantir o transporte público nas cidades. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2013, para a parcela das famílias que corresponde aos 10% mais pobres do país, os gastos com transporte público correspondiam a 13,5% da renda domiciliar. Ou seja, os mais pobres, aqueles que moram geralmente em locais mais afastados, tinham parte considerável da já pequena renda mensal consumida pelas tarifas²⁶.

Voltando ao debate do passe livre para a década de 1990, foi no Governo de Luiza Erundina (à época no PT), prefeita de São Paulo entre 1988 e 1992, que seu Secretário de Transportes, Lúcio Gregori, formulou um projeto com propostas de tarifa zero no transporte coletivo da maior cidade do país. O projeto chegou a ser enviado para Câmara de Vereadores, mas não foi aprovado.

Após Salvador, Florianópolis e do lançamento nacional em 2005, durante o Fórum Social Mundial em Porto Alegre, o Movimento Passe Livre se organizou em centenas de cidades brasileiras. Em especial nas capitais e cidades maiores. Começou a mobilizar jovens, muitos deles estudantes que não tinham acesso ao passe livre ou vale transporte.

O MPL fez um importante trabalho de base em escolas de ensino médio, sobretudo nas periferias, locais fortemente afetados pelos altos custos das passagens, ausência de linhas e falta de lazer, ou seja, territórios completamente cerceados do direito à cidade, impedidos por uma catraca (a catraca, chutada por um ativista, se torna símbolo do MPL). Os militantes percorreram centenas de escolas para conversar e mobilizar estudantes, sobretudo do ensino médio. Muitos destes jovens foram às ruas pela primeira vez, justamente, nos atos do MPL.

Um outro método de formação bastante utilizado e replicado eram as aulas públicas,

²⁶ **Tarifação e financiamento do transporte público urbano.** IPEA, 2013. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1365>. Acesso em: 25 Mar. 2023.

com leituras prévias de textos e convites para convidados externos debaterem assuntos relacionados ao transporte e ao direito à cidade (POMAR, 2013). E a cada anúncio de reajuste, o MPL se mobiliza e vai para as ruas questionar os aumentos e mobilizar a população, tentando ganhar cada vez mais a simpatia daqueles que diariamente sofrem no aperto dos coletivos. É desse processo que culminam os grandes atos de junho de 2013, em São Paulo, grande vitrine do MPL nas jornadas de 2013, no sentido de visibilidade e quantidade de pessoas nas ruas.

2.4. Ruas em transe: atos de junho em São Paulo

A maior cidade brasileira viu e sentiu suas ruas serem tomadas em junho, em especial em seis grandes atos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL), entre os dias 06 e 18 daquele mês. Além da tradicional Avenida Paulista, coração financeiro da metrópole, ao caminhar e fechar vias importantes, todo trânsito da cidade era atingido, gigantescos engarrafamentos se formavam e toda população era tocada pela força do movimento, era o sinal de que as ruas da cidade iriam entrar em ebulição.

Mas, bem antes de 2013, ainda no começo e no meio do século passado, para ser mais exato em 1929 e 1947, ocorreram protestos em que o alvo era o transporte na cidade²⁷. Em 1947 as tarifas de bonde e trólebus subiram 150% após a criação da Companhia Municipal de Transporte Coletivo. O aumento desencadeou um quebra-quebra nas ruas de São Paulo, o alvo preferencial da população foram os próprios meios de transporte. O saldo foi mais de duas centenas de bondes destruídos e as autoridades ativaram as forças de segurança para reprimir e conter o distúrbio coletivo. Segundo Lucas Monteiro (2023), no dia seguinte à destruição houve uma gigantesca operação coordenada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) para que todos os veículos saíssem acompanhados por agentes das forças de segurança, um esforço para inibir novas tentativas de revolta e mobilização.

A arquiteta e professora Raquel Rolnik lembra que existe um longo ciclo de revoltas populares por conta do transporte no Brasil. Ela ressalta:

[...] são mais de cem anos de quebradeira, em uma sequência intercalada por temporadas de calmaria. Elas tiveram início ainda no período imperial, em janeiro de 1880. O Rio de Janeiro assistiu a três dias de fúria popular indômita e destrutiva, que pegou a sociedade de surpresa e abalou a popularidade do governo. A polícia a reprimiu com força. Alguns morreram, centenas ficaram feridos. O motivo? O aumento de um vintém no valor da passagem dos bondes

²⁷ Para detalhes sobre esses eventos, ler Roberto Andrés (2023) e Raquel Rolnik (2022).

puxados por animais. Revoltas súbitas e inesperadas envolvendo o transporte urbano, então se repetiram ao longo da história brasileira, em especial nas cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo (Rolnik, 2023, p. 17)

Como vimos, o preço das tarifas do transporte coletivo de massa nas cidades sempre foi uma pauta marcante na urbanização brasileira. Em 2013, além do tradicional reajuste adiado de janeiro para junho (uma tentativa de diminuir a pressão na inflação econômica), o debate sobre o direito à cidade ganhou corpo e milhares de defensores. Soma-se ainda o efeito das lutas autônomas que tiveram grande destaque internacional em várias partes do mundo no final do século passado e início deste, e também estava presente no ambiente político da capital paulista.

O MPL, ao mesmo tempo que demandava uma política pública concreta, qual seja, a implementação da tarifa zero, algo que inclusive já havia sido pensado e apresentado nos anos 1990 no governo da prefeita Luiza Erundina, trazia entre seus militantes por outro lado a distância da institucionalidade. E ao contrário do que pensam e defendem alguns pesquisadores e jornalistas, as manifestações de 2013 não foram espontâneas e sem direção. O MPL chamou e conduziu os primeiros atos e sua pauta central era bem definida. O movimento estava há oito anos promovendo e organizando atividades em mais de uma centena de escolas, cursinhos populares, universidades, centros culturais e comunitários, ocupações no centro e na periferia de São Paulo, um forte e silencioso trabalho de base (MONTEIRO, 2023).

E, deste trabalho, sobretudo em ambientes predominantemente jovens, ou melhor, em que alunos e alunas secundaristas estavam presentes, o MPL formou e multiplicou militantes. Muitos deles foram às ruas pela primeira vez em 2013; aqui temos dimensão do papel formativo que o MPL conseguiu moldar em milhares de jovens em várias partes da cidade. Esses jovens oriundos do ensino médio, por não terem renda própria ou estarem inseridos de maneira precária nas relações de trabalho, sentiam mais forte e concretamente a exclusão gerada pelas catracas dos ônibus e metrô, pois eram impedidos de circular por conta da tarifa do transporte público. Aqui temos uma boa hipótese para o perfil das manifestações terem aglutinado boa parte dessa juventude que tem o direito ao acesso a cidade negado diariamente. Monteiro (2023) levanta essa mesma hipótese ao afirmar que:

[...] parte dos secundaristas que participaram das atividades estava agora na faculdade, no mercado de trabalho, e sentia no dia-a-dia a precariedade dos meios de transporte percebia a barreira que a tarifa impunha no acesso à cidade (Monteiro, 2023, p. 30).

O MPL acreditava que uma intensa mobilização em São Paulo, maior capital do país, tenderia a desencadear manifestações em todo o país, deixando em aberto uma possibilidade de transbordar e transformar o panorama de lutas em outras localidades. E eles estavam certos. Apesar de Porto Alegre, em março, ter conseguido derrubar o aumento da tarifa, a vitória dos gaúchos e gaúchas não incendiou o país. O chamado para atos em junho em São Paulo, período de aulas nas escolas e universidades era uma novidade (nos anos anteriores as manifestações ocorreram em janeiro, período de férias escolares). Outra novidade era o uso das redes sociais: as convocatórias dos atos eram publicadas e compartilhadas pela rede social Facebook, a página do movimento concentrava essa tarefa. As redes sociais eram uma forma concreta de furar a bolha dos principais jornais impressos e televisivos que atacavam o movimento inicialmente.

Apesar do inverno em São Paulo, o frio das noites deu lugar ao calor das massas. O primeiro ato convocado pelo MPL foi no dia 06 de junho de 2013. O movimento também chamou atos no Rio de Janeiro, em Goiânia e em Natal. Pouco mais de 4 mil pessoas atenderam o pedido em São Paulo. No dia seguinte há um novo ato, manifestantes foram presos e a imprensa começou a condenar o movimento. O Prefeito Fernando Haddad (PT) e o Governador Geraldo Alckmin (à época no PSDB) estavam em Paris, capital francesa, apresentando a candidatura de São Paulo à Expo 2020. O MPL tentou estabelecer diálogo e negociar. Em Goiana o movimento conseguiu a revogação do aumento das passagens.

No dia 11 ocorre o terceiro ato do MPL. O número de manifestantes aumentou e de prisões também. A sede do PT é depredada. No dia seguinte, as capas e editoriais dos principais jornais atacam o MPL e cobram uma postura mais rigorosa do governo e das forças de segurança. Governador e Prefeito se manifestam contra a violência dos protestos. O quarto ato se deu no dia 13. Uma noite de violência policial com transmissão ao vivo nas redes sociais por canais livres.

É neste dia que o apresentador Luiz Datena, no canal BAND ao vivo, mudou de opinião ao ver o apoio da população aos atos. O Ministro da Justiça oferece apoio federal à repressão. No dia seguinte, após repressão violenta e atos de covardia da Polícia Militar, o instituto de pesquisa Datafolha mostra amplo apoio da população aos protestos. O Prefeito começa a ceder, convocando o Conselho da Cidade para se reunir com o MPL.

No dia 17, o MPL realizou o quinto ato, reunindo 100 mil pessoas. Nesta mesma noite no programa Roda Vida da TV Cultura, em transmissão nacional, por quase 2 horas dois porta-

vozes do MPL, a estudante Nina Cappello e o professor Lucas Monteiro de Oliveira, falam sobre a onda de protestos em São Paulo contra o aumento da tarifa de ônibus e a situação do transporte público no Brasil, dando uma verdadeira aula em rede nacional, isso ajudou amplificar o movimento para outras localidades. Neste dia em Brasília, no Distrito Federal milhares de manifestantes vão às ruas do Plano Piloto, uma parte fura o bloqueio da Polícia e sobe literalmente no teto do Congresso Nacional.

No sexto ato, no dia 18, mais gente na rua, a Prefeitura é depredada e lojas são saqueadas. A omissão da Polícia Militar gera suspeita. O prefeito Fernando Haddad inicia negociação com o MPL, admitindo pela primeira vez a possibilidade de reduzir a tarifa; o movimento ganha mais força e apoio nas ruas. A essa altura, todo noticiário é pautado pelos atos em São Paulo, e começam a explodir protestos em diversas capitais brasileiras e sete prefeituras anunciam a revogação do aumento. As pautas difusas começam a ganhar os meios de comunicação.

No dia 19, o Prefeito Fernando Haddad vai até o Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo do Estado e ao lado do Governador Geraldo Alckmin anunciam a revogação do aumento das tarifas. No dia 20, mais de um milhão de pessoas vão às ruas em São Paulo e em centenas de outras cidades. Na capital paulista foi um misto de festa e comemorações pela vitória da revogação. Além do ato convocado pelo MPL na Avenida Paulista, outras manifestações foram realizadas por diferentes grupos que ocuparam ruas em bairros e chegaram a interditar também as rodovias Castello Branco, Anhanguera, Anchieta e Rodoanel durante a noite. Nas outras cidades as pautas diversas e locais ganham corpo. Na madrugada do dia seguinte, o MPL-SP publicou uma nota em sua página oficial no Facebook; nela o movimento informou que não iria convocar mais atos pela cidade. A mídia tradicional pautou fortemente, veja:

[...] a gente conquistou uma vitória popular na cidade, que foi a revogação do aumento. A gente acha que isso é importante, e está claro que essa revogação foi fruto da mobilização chamada pelo Movimento Passe Livre. Não foi só o MPL que participou, se tornou uma revolta popular, uma coisa muito mais ampla que a gente. Mas uma vez que se revogou o aumento, o objetivo inicial das manifestações foi cumprido. E não tem sentido a gente continuar chamando as manifestações contra o aumento", disse Lucas Monteiro, um dos líderes do movimento, em entrevista ao vivo SPTV da Rede Globo. (Monteiro, 2013. Dados da entrevista)

Com a saída do MPL-SP das ruas, uma série de outros atos seguiram acontecendo.

Sempre atraindo grandes multidões. Nas vozes e nos cartazes os pedidos dividem espaço com pautas diversas. Multiplicam-se demandas por saúde, educação, segurança, combate à corrupção e um sistema político mais acessível à sociedade. Em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, o estudante Marcos Delefrate, de 18 anos, morreu atropelado.

Andres (2023), que analisou mais de 6 mil cartazes expostos nas ruas em 2013, constata que a temática anticorrupção, embora tenha crescido ao longo do mês de junho, não prevaleceu em qualquer momento, mas foi inflada nos telejornais, ganhando destaque na cobertura e contagiando os sentimentos da população.

Por fim, importante registrar que em São Paulo, em especial, quando ocorreram os atos de junho, convocados pelo MPL, uma série de outros atos em bairros periféricos, nas bordas das cidades, distantes do coração da manifestação, que se concentraram na região da Avenida Paulista, também aconteceram, muitos liderados por movimento de moradia e coletivos de negros e negras, que por sua vez reivindicavam outras pautas além da redução da tarifa dos transportes.

2.5. Da Assembleia Horizontal ao Tarifa Zero em Belo Horizonte

O Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte (Copac BH), foi organizado ainda em 2011, assim como os demais comitês formados nas cidades sede dos jogos. O Copac BH se articulou a diversos movimentos sociais na cidade, que seria uma sede tanto do evento teste - a Copa das Confederações, em junho de 2013 - quanto da Copa do Mundo em 2014. O Copac BH organizou ações, atos e resistências numa perspectiva de apoio aos atingidos pelo megaevento.

Em paralelo ao Copac BH, lideranças de movimentos e pessoas voluntárias organizam a Assembleia Popular Horizontal na qual, coletivamente, eram debatidos as pautas e o caráter das manifestações. Inicialmente convocados para denunciar os preços abusivos das tarifas de ônibus nas cidades brasileiras, os atos foram incorporando uma série de outras demandas das classes populares, como o acesso à moradia, educação, cultura, mobilidade e saúde de qualidade. Para se ter uma ideia, no dia 26 de junho daquele ano, mais de 100 mil pessoas saíram às ruas da capital mineira. Dentro do movimento existem grupos de trabalho, que se reuniam para estudar os temas e preparar os atos.

Também foi a partir das manifestações que se consolidou um dos principais movimentos

que lutam pelo direito à mobilidade e à cidade de Belo Horizonte, o Tarifa Zero BH; o movimento surgiu de um dos grupos de trabalho que ajudavam na organização da Assembleia Popular Horizontal. Em Belo Horizonte, o Viaduto Santa Tereza, na região central da capital mineira, foi o local que a Assembleia Popular Horizontal BH escolheu para se reunir. O movimento usava as redes sociais para mobilizar e convocar seus atos, o Facebook era o canal central de comunicação. O Tarifa Zero BH²⁸ afirmava que era necessário “retomar e reinventar a cidade, por meio de um transporte justo, de qualidade, com gestão democrática e tarifa zero”. Esse era o propósito central do Tarifa Zero BH.

Além dos grandes atos pelas ruas e avenidas de Belo Horizonte, no dia 29 de junho, após os vereadores/as aprovarem a redução de apenas R\$ 0,10 nas passagens, um grupo de ativistas que acompanhavam a votação resolveu ocupar o prédio; no local foi montado um acampamento e se exigia a presença do Prefeito Márcio Lacerda (à época no PSB) como condição para desocupar o espaço. Tantos manifestantes da Assembleia Popular Horizontal BH e o movimento Tarifa Zero BH esperavam ao menos uma redução de R\$0,25. Os ativistas deixaram a Câmara no dia 07 de julho, após um incidente ocorrido dentro do próprio movimento.

Assim como em São Paulo e em outras localidades em Belo Horizonte houve confronto violento com as forças de segurança. Na capital mineira, dois casos trágicos que resultaram na morte de dois jovens que estavam nas manifestações. Ambos, caíram do Viaduto José Alencar, em dias diferentes; outros jovens também sofreram lesões ao cair do local.

Aos poucos as principais pautas tanto do Tarifa Zero BH e da Assembleia Popular Horizontal BH foram perdendo espaço para outras pautas que se somaram aos atos, ocorre uma dispersão de sentidos e pautas, processo que também ocorre fortemente em outras localidades.

Em setembro ativistas que iniciaram as manifestações tentam aglutinar forças, convocar e puxar novos atos em BH. No dia 21, um sábado, eles organizam uma aula pública na porta da Prefeitura de Belo Horizonte, na Avenida Afonso Pena, no centro da cidade, para discutir a mobilidade urbana. O ato também coletou assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular que propõe a tarifa zero para o transporte público na capital. Na aula pública, Lúcio Gregori, criador do projeto de tarifa zero durante o mandato de Luiza Erundina na cidade de São Paulo, falou com os presentes, em um número bem pequeno em comparação aos grandes

²⁸O que é tarifa zero? Tarifa Zero BH, s.d. Disponível em <https://tarifazerobh.org/> . Acesso em: 10 jun. 2023.

atos de junho.

Em outubro, o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, o vereador Léo Burguês, apresentou o projeto de lei 717/2013, que pretendia alterar o Código de Posturas, criando regras severas sobre passeatas e manifestações públicas na cidade²⁹. Dentre as alterações, o projeto previa que, além de comunicar, com 24 horas de antecedência, o Executivo e o Batalhão da Polícia Militar, como é atualmente, os organizadores deveriam comunicar também a Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte, a Secretaria Regional local e a Guarda Municipal. O projeto era uma nítida ação para burocratizar os atos.

O comunicado ainda deveria conter os nomes dos organizadores, o trajeto e os pontos de parada, o horário, a finalidade e a expectativa de público. O projeto de lei também restringe o espaço ocupado pela manifestação, que só poderá ser de, no máximo, 1/3 da largura da via destinada à circulação de veículos. A largura poderia, aliás, ser reduzida pelo Executivo, a fim de evitar o impedimento da circulação de veículos. Este foi, na verdade, apenas um de vários projetos que visavam reduzir, limitar ou criminalizar o direito de protestos, em flexo das jornadas na capital mineira, um rescaldo após os atos que pararam Belo Horizonte e colocaram vários temas na ordem do dia da cidade. O projeto não prosperou, e em 2023, o autor renunciou após pedido de cassação, segundo a denúncia ele liderava um esquema de corrupção na Câmara de Vereadores.

Projetos como esse de Belo Horizonte e outros que criminalizam os ativistas e seus movimentos se espalharam pelo país. Segundo Monteiro (2023), inclusive o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que foi um porta voz constante de críticas aos “vândalos”, chegou a oferecer a Força Nacional de Segurança para conter as manifestações em São Paulo e outras localidades, em especial onde haveria jogos da Copa, e por fim, articulou a lei antiterrorismo. Em paralelo, em diferentes estados da federação, centenas de pessoas foram processadas criminalmente por conta de participarem dos atos de 2013. Enfim, sentiam a maneira como o Estado lida com os divergentes. Ele arremata afirmando:

[...] a esquerda institucional preferiu continuar criminalizando as manifestações, negando a potencialidade de transformação delas, e foi incapaz sequer de colocar em prática a cooptação dos manifestantes e reacomodá-los dentro do Estado, como é costume em algumas democracias. (Monteiro, 2023,

²⁹ **Homem sai de penitenciária e é preso um dia depois com R\$ 6 mil.** Hoje em Dia, 2021. Disponível em: www.hojeemdia.com.br/politica/projeto-do-vereador-leo-burgues-cria-novos-limites-para-manifestac-es-1.21167 Acesso em: 04 ago. 2023

Dados da Entrevista).

Por sua vez, o filósofo Vladimir Safatle (2023) acredita que houve em 2013 um colapso da esquerda nacional, e esse seria um dos elementos que explicaria inclusive a ascensão da extrema direita nos anos seguintes. Estes e outros elementos e análises ajudam a compor a densa e complexa análise do que foram as Jornadas de 2013 no Brasil. Todavia, o saldo positivo de Belo Horizonte, assim como em outras localidades, foi o surgimento de novas lideranças, jovens que estavam nas ruas e posteriormente foram eleitos para cargos, em especial do Legislativo, nos vários níveis de representação. Por fim, o movimento Tarifa Zero segue em luta pelo transporte gratuito em Belo Horizonte.

2.6. Rio de Janeiro: Da Revolta dos Vintém para os levantes populares de 2013

Em 1763 a capital do Brasil foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro. Em 1808 a Família Real veio morar na nova capital, a cidade passou a ser o centro político do país, e em poucos anos viu sua população aumentar e uma série de problemas se agravarem. Havia poucos alojamentos disponíveis para acomodar a comitiva palaciana e muitas residências foram solicitadas para recebê-los. De quartéis a conventos também foram usados para acomodar a corte. A cidade ao longo dos anos seguintes passou por uma série de transformações urbanísticas e sociais. Entretanto, se a modernização significava o embelezamento da cidade, na prática ela proporcionou a expulsão de boa parte da população pobre e trabalhadora da região central da capital do Brasil.

Já no final do século XIX é possível identificar registros de reivindicações por melhorias no transporte coletivo no Rio de Janeiro, ainda capital do Brasil. De acordo com Gohn (2011, p. 51), em 1879 “representantes dos setores populares tentaram entregar ao Imperador um memorial protestando contra o preço das tarifas dos bondes”, porém, sem sucesso, uma vez que não foram recebidos por ele. A partir daí, ocorreram, por diversas vezes na história do Brasil, mobilizações pelo transporte. Em 1880, no Rio de Janeiro, aconteceu a Revolta do Vintém, que, nas palavras da Gohn (2011, p. 54), foi uma

revolta popular contra a cobrança de impostos que incidiam sobre o sistema de transporte coletivo [...]. Os bondes, ou carris como eram denominados, eram explorados por várias companhias, entre elas uma norte-americana: a Garden Railroad Co. Esta companhia havia se comprometido a pagar o novo

imposto, calculado na base do número de usuários que se utilizavam de seus serviços, e parcelado. Mas as demais companhias que operavam não concordaram e o novo imposto foi transferido para o valor da passagem do usuário.

Ainda segundo Gohn (2011), cerca de 4.000 pessoas foram às ruas para reclamar ao Imperador. Ao serem reprimidas, em ato de revolta, arrancaram trilhos e arremessaram pedras contra a guarda para se defender. Tal quebra-quebra fez com que o comércio em algumas regiões ficasse fechado por alguns dias, houve mortes, prisão de manifestantes, feridos e muito quebra-quebra generalizado nas ruas do centro da capital. Em 1902, há registro de reivindicações populares pela ampliação do número de veículos nos horários de maior movimento. Em 1909, os protestos são contra os péssimos serviços dos bondes (Gohn, 2011; Santos, 2008).

Nas palavras de Neusa Fernandes (2009, p. 01), a revolta na capital do imperial inaugurou o exercício da cidadania, vejamos

Revolta do Vintém foi o maior movimento popular ocorrido no Rio de Janeiro, marcou um novo estilo político na cidade. O aumento de 20 réis, foi o motivo desencadeante da violenta revolta, que reuniu conflitos distintos e expôs as tensões populares. Passeatas, comícios, reuniões públicas fizeram parte do movimento. Parlamentares, advogados, líderes do motim e a imprensa militante protagonizaram a Revolta do Vintém que significou uma transformação da cultura política da cidade e firmou o exercício da cidadania no Rio de Janeiro. (Fernandes, 2009, p. 01)

Em 2013 o Rio de Janeiro ferveu novamente, suas ruas e avenidas, praças foram palco de grandes protestos. Uma verdadeira “onda” de protestos tomou a cidade, foram mais de 100 dias de intensas manifestações, ocupações e greves. Neste período, foram mais de 50 protestos e três ocupações: na casa do governador Sérgio Cabral, na Câmara Municipal e no antigo Museu do Índio. Ainda em 2012, havia ocorrido a greve dos Bombeiros, após ocupação do quartel central da corporação, onde 439 militares foram presos.

Os atos foram impulsionados por uma série de fatores, um deles foi justamente a cidade ser uma das sedes da Copa das Confederações, com a final da competição marcada para acontecer no Estádio do Maracanã; o mundo do futebol e boa parte da mídia mundial estava no Rio de Janeiro, e a competição servia de teste para Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas

(2016). A cidade recebeu grande contingente de policiais, para o governo federal e estadual o evento era uma grande oportunidade de mostrar que a cidade e o país estavam preparados para receber nos anos seguintes os maiores eventos esportivos do planeta.

Outro fator, a truculência da Polícia Militar de São Paulo contra manifestantes insuflou protestos em diversas cidades do país. No dia 3 de junho estudantes tomaram a Avenida Rio Branco, no Centro, para protestar contra o aumento da passagem de ônibus, dali em diante a cidade passou a conviver com a rotina de mobilização popular. Tremendo a força das ruas e o medo de atrapalhar a competição de futebol, o prefeito Eduardo Paes (estava na época no PMDB), no dia 19 de junho, anunciou a revogação do aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus. Mas isso não foi o bastante para a população, que exigiu nas ruas a abertura da "caixa preta" das empresas de ônibus do Rio. Uma CPI foi criada na Câmara Municipal para investigar os contratos com as concessionárias de transporte. A Comissão, no entanto, tem somente vereadores da base do governo. Por isso, a Casa foi ocupada por manifestantes durante 12 dias.

Dois acontecimentos brutais ganham a comoção dos cariocas, e entram nas pautas dos atos. No dia 20 de junho, um dia após o anúncio da revogação da tarifa, milhares de pessoas foram às ruas. O jovem Rafael Braga, que não estava no centro da cidade para participar do ato, era catador de materiais recicláveis e também lavava carros, em sua mochila leva um frasco de produtos de limpeza: ele foi parado, abordado e preso pela Polícia Civil carioca. Por não ter como pagar a passagem de ônibus, ele vinha há algumas noites dormindo nas ruas do centro, mas era morador da comunidade de Vila Cruzeiro.

Durante a dispersão do protesto, Rafael foi abordado por dois policiais civis na Rua do Lavradio, no bairro da Lapa. Segundo os agentes, o jovem carregava dois frascos em suas mãos, "aparentemente semelhante ao coquetel molotov" e "com odor semelhante ao de álcool e o outro preenchido com substância de odor muito forte, embora não identificado". Posteriormente, o laudo do esquadrão antibomba da Polícia Civil atestou que os frascos de Pinho Sol e Água Sanitária tinham uma ínfima capacidade explosiva e seria pouco efetivo para funcionar como coquetel molotov. Rafael Braga ficou preso por cinco meses no Complexo Penitenciário de Japeri, até dezembro de 2013, quando foi condenado em primeira instância. A sentença do jovem foi de cinco anos em regime fechado por porte de material explosivo. Apenas em 2017 ele seria solto definitivamente, doente (ele contraiu tuberculose na cadeia enquanto cumpria pena) e seguia proibido de sair de casa.

O segundo foi o desaparecimento do pedreiro Amarildo, que sumiu após ser levado por Policiais Militares para ser interrogado na sede da Unidade de Polícia Pacificadora da Rocinha durante a Operação Paz Armada, que pretendia combater o tráfico de drogas na comunidade, isso no dia 13 de julho de 2013. A Justiça concluiu que Amarildo foi torturado até a morte. O corpo dele não foi encontrado até hoje. Em meios aos atos, vários cartazes com dizeres “Onde está Amarildo” ganham destaque, as redes sociais também são ocupadas pelos questionamentos da morte do pedreiro.

A violência policial no Rio de Janeiro, vivenciada diariamente pelos moradores de comunidades vulnerabilizadas e marginalizadas pelo próprio Estado, também tomou as ruas em protestos. Em vários dias e locais diferentes as populações destas áreas protestaram, não apenas para saber onde estava Amarildo ou pela soltura de Rafael Braga, mas pelas centenas de outras vítimas fatais e também por mais infraestrutura nas comunidades, afinal a cidade estava sendo “transformada” para receber os grandes eventos. Aqui temos mais uma vez claramente o sentido popular dos atos das jornadas de 2013 na capital carioca. Literalmente o morro desceu para o asfalto para protestar pelos seus.

Assim como nos outros Estados os/as professores/as da rede municipal e estadual do Rio de Janeiro entram em greve, o movimento durou 77 dias. Na pauta a defesa da educação, melhores salários e mais investimento no setor. Vale ressaltar que em 2013 todos os Estados do país tiveram greves e paralisações de professores em suas redes estaduais³⁰. Uma pauta unificada foi defendida nos movimentos, que basicamente pediam: aumento de salários, melhores condições de trabalho e aprimoramento dos planos de carreira.

Segundo dados da Rede Vozes da Educação e do Observatório da Educação que consultou 27 sindicatos estaduais que afirmaram entre janeiro e outubro de 2013 ao menos uma paralisação naquele período havia ocorrido em todos os entes federados. O aquecimento para as paralisações, além das paralisações localizadas, foi a adesão de 22 estados à greve nacional convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE) nos dias 23, 24 e 25 de abril daquele ano, intitulada Semana Nacional em Defesa e Promoção da Educação Pública. A pauta central era a aprovação e pagamento do Piso Nacional do Magistério.

³⁰ TOKARNIA, M. **Professores fazem greve por melhores condições de trabalho**. EBC, 2013. Disponível em <https://memoria.ebc.com.br/educacao/2013/04/professores-fazem-greve-por-melhores-condicoes-de-trabalho>. Acesso em: 02 mai. 2023.

Além das greves nas redes estaduais, o levantamento ainda apontou que os professores paralisaram as atividades também em 118 municípios de 12 estados. O caso de maior repercussão, devido à violência na repressão ao movimento, foi justamente no Rio de Janeiro, e também foi a que mais durou no país, ao todo como dito acima foram 77 dias de paralisações e atos nas ruas da capital.

É no Rio de Janeiro que vemos com clareza a pauta da educação nos atos das jornadas de 2013. Embora tenha ocorrido greve em todos os Estados e centenas de cidades, os/as professores/as cariocas resistiram e pautaram a sociedade com suas reivindicações, até mesmo durante os protestos que reivindicam a redução da tarifa eles/as estavam presentes e empunham cartazes, gritos e pedidos em defesa da educação. No ano seguinte, foi a vez dos garis entrarem em greve, era uma reflexão ainda de 2013, afinal aquele foi um ano que não terminou. A categoria ganhou apoio popular e provocou imenso desgaste para o prefeito Eduardo Paes, as ruas acumularam montanhas de resíduos, afinal houve um acordo e eles conquistam reajuste de 37% e encerram greve.

O Rio de Janeiro fervia, e antes mesmo de 2013 a realização dos megaeventos esportivos na cidade preocupava, e literalmente tirava o sossego de milhares de moradores de comunidades. Ainda em 2011, foi criado o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, que mais tarde faria parte da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. O medo tomou conta das comunidades onde as obras dos megaeventos iriam passar.

Segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro de 2013, o total de famílias que haviam sido removidas já tinha passado de 3.099 e o número de famílias ameaçadas estava em 7.843. A Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa publicou um documento que listou diversos casos de violência policial, desrespeito à legislação trabalhista e até remoções forçadas de famílias de suas casas causadas pelo Mundial de futebol e Olimpíadas. De acordo com o dossiê, a Copa, junto com a Olimpíada de 2016, retirou pelo menos 250 mil pessoas de suas moradias na capital carioca.

Ao final, temos um panorama geral do que aconteceu no Rio de Janeiro ao longo das jornadas de 2013, como vimos foram mais de 100 dias ininterruptos de greves e atos na cidade, torna-se difícil inclusive descrever e analisar todos os outros acontecimentos. Mas, é importante ressaltar que para além da intensidade dos atos, dos envolvimento de várias categorias, algo

que não vimos nessa proporção em outras localidades do Brasil, um outro dado marcante é justamente a perseguição policial e judicial ocorrida no Rio.

Milhares de pessoas foram “fichadas” pelas forças de segurança, outras tantas foram presas e perseguidas. Muitas ainda respondem processos, mesmo passados 10 anos das Jornadas de 2013. No Brasil, de janeiro a dezembro de 2013, houve 696 manifestações em todo país. Em 170 delas, constataram-se situações de violência, em menor ou maior grau, dados do relatório “Protestos no Brasil 2013”, produzido pela ONG internacional de direitos humanos Artigo 19.

Importante registrar que muitos manifestantes foram fichados usando a Lei de Segurança Nacional (Lei 7170/1983), legislação também muito utilizada no período da Ditadura Civil Militar brasileira. Vejamos o que diz o artigo 15, utilizado pelas forças de segurança nos atos das Jornadas de 2013:

Praticar sabotagem contra instalações militares, meios de comunicações, meios e vias de transporte, estaleiros, portos, aeroportos, fábricas, usinas, barragem, depósitos e outras instalações congêneres. Pena: reclusão, de 3 a 10 anos (Brasil, 1983).

A Lei de Segurança Nacional enfoca apenas atos lesivos à integridade territorial, à soberania nacional, ao regime político vigente e aos chefes dos Poderes da União, segundo o professor de Direito Penal da Universidade de São Paulo (USP), Pierpaolo Cruz Bottini³¹. Uma lei, portanto, contra crimes que atentem contra a existência do Estado ou das estruturas democráticas. O artigo foi utilizado pela polícia como uma tentativa de impor penas mais altas aos manifestantes presos nos protestos. A utilização de artigos totalmente inadequados aos protestos sociais e às suas particularidades demonstra uma tentativa de, através de “malabarismos jurídicos”, criminalizar o ato de protestar, representando grave afronta aos direitos de liberdade de expressão e de liberdade de reunião e associação pacíficas. A lei citada veio a ser revogada em 2021 pelo Congresso Nacional.

A ARTIGO 19, como dito acima, apresentou o relatório “*Protestos no Brasil 2013*”; nele a ONG faz uma análise minuciosa sobre as principais violações flagradas durante a onda

³¹ **Pierpaolo Cruz Bottini em entrevista para o Jornal Folha de S. Paulo.** Folha de São Paulo, 10 set. 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/10/1357740-pierpaolo-cruz-bottini-excessos-paratodos-os-lados.shtml> Acesso em: 02 mai. 2023.

de manifestações que tomaram o país em 2013³². Entre outras coisas, o documento aborda o direito de protesto no sistema internacional e no Brasil, a atuação do Poder Judiciário nas manifestações, os excessos cometidos pelas forças policiais, os projetos de lei que visam controlar protestos de rua e ainda os tipos penais utilizados para enquadrar manifestantes detidos. Ao final, o relatório contabilizou quase 900 pessoas feridas, 2.608 manifestantes presos e 117 profissionais da imprensa agredidos ou feridos nas jornadas de 2013.

Como vimos, o Rio de Janeiro já havia sido sacudido em 1879, quando explodiu a Revolta do Vintém e isso se repetiu de forma ampliada em 2013. Mas, como dito, foi na capital carioca que vimos a repressão ser ainda mais brutal, a criminalização dos movimentos sociais e seus militantes; quanto aos ativistas que não estavam ligados à institucionalidade de sindicatos, o Estado os esmagou com mais força, sem esquecer da morte de Amarildo e a prisão de Rafael Braga, que viram símbolos. Outras dezenas de manifestantes foram perseguidos, processos e alguns até hoje sentem os efeitos de 2013.

Por outro lado, é justamente no Rio de Janeiro que vemos com mais clareza a pauta da educação, de forma ampliada sendo defendida nas ruas, a começar pelos 100 dias de greve dos/as professores/as da rede municipal carioca. É claro, assim como em São Paulo/SP e tantas outras localidades, as pautas se abriram para reivindicações diversas, inclusive liberais e até conservadoras, algo que também ocorreu no Rio. Todavia, é importante ressaltar e registrar a dinâmica carioca e como ela foi mais popular e como as pautas da educação ganharam destaque durante as Jornadas do Rio de Janeiro, tema principal desta dissertação e que será mais bem tratado a partir do próximo capítulo.

No próximo capítulo farei uma análise das entrevistas com 18 pesquisadores/as que produziram textos, artigos, livros e reflexões sobre as jornadas de 2013. Eles/as foram ouvidos dentro da pesquisa nacional “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto”. Será um momento riquíssimo para cruzar informações e comparar pensamentos dos/as pesquisadores/as, em especial sobre as pautas educacionais, que é um dos temas centrais deste trabalho.

SESSÃO TERCIÁRIA. INTERPRETAÇÕES SOBRE AS JORNADAS DE 2013 PELO OLHAR DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES

³² NASCIMENTO, S. *As diferenças do terrorismo em Brasília com protestos de 2013 e 2017; entenda*. O Tempo, 2023. Disponível em <https://www.otempo.com.br/brasil/as-diferencas-do-terrorismo-em-brasilia-com-protestos-de-2013-e-2017-entenda-1.2794755> Acesso em: 02 mai. 2023.

Neste último capítulo chegamos ao coração deste trabalho, a parte mais importante. Momento de analisar detidamente as entrevistas dos pesquisadores e pesquisadoras do campo da educação que foram ouvidas ao longo da segunda fase da pesquisa nacional “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto”. No total 20 pessoas foram ouvidas, todas as entrevistas foram transcritas.

Importante ressaltar que dos 20 pesquisadores e pesquisadoras que responderam o questionário com 17 questões, este trabalho foca na análise apenas das 7 pessoas que atuam, pesquisam e produzem reflexões sobre educação. Os demais também foram lidos e interpretados, porém, para manter o rigor esta etapa da pesquisa utilizou tão somente as considerações deste público, seguindo assim um recorte metodológico pensando no início do trabalho.

Utilizando a Plataforma Lattes foi apresentado um pouco do perfil acadêmico dos 7 entrevistados. Sendo eles/as: Marília Pontes Esposito, Sérgio Haddad (participaram também da entrevista Gabriel Di Pierro e Renato Almeida), Kimi Tomizaki, Ana Karina Brener, Maria Carla Corrochano, Igor Oliveira e Roberta Rosa.

Após esta apresentação entramos na análise das questões, elas também tinham o enfoque na educação. Focando basicamente em 4 questões presentes no roteiro, Como rota para realizar a análise busquei centrar o olhar nas questões que incidem mais diretamente a respeito dos aspectos educacionais das Jornadas, sendo elas: a presença da educação entre as pautas; a presença de jovens, estudantes e profissionais da educação entre ativistas, militantes e manifestantes; a formação política de ativistas e militantes; a formação política propiciada pela participação nas manifestações e pôr fim a influências das Jornadas nas políticas educacionais. De certa forma estas 4 questões vão ao encontro do cerne da pesquisa nacional, podemos chamá-las de temas centrais.

E assim se deu essa importante etapa do presente trabalho, utilizando tabelas para auxiliar na divisão e separação das respostas apresentadas. O uso das tabelas ainda ajuda a compreender e quantificar as percepções deles, fazendo o trabalho fluir melhor, e metodologicamente torna essa etapa mais simples.

E assim, este capítulo ao utilizar as percepções dos pesquisadores, faz cruzamento e aponta situações com total enfoque às questões educacionais presentes nas Jornadas de 2013 no Brasil. Ao passar uma década dos fatos, essa análise é fundamental para compreender melhor

o que aconteceu neste que é o maior levante popular que ocupou as ruas do país, e segue pouco compreendido, e com escassas análises acadêmicas, sobretudo, com o recorte da educação.

Neste capítulo faço a apresentação acadêmica dos pesquisadores e pesquisadoras que prontamente aceitaram falar conosco. Muitos inclusive se esforçam para buscar em suas leituras, em seus escritos e na memória os processos que envolvem aquele ciclo de grandes protestos que tomaram as ruas dos grandes centros e se espalharam também para lugarejos. Ainda apresentarei quais foram as experiências que eles tiveram e suas interpretações sobre as Jornadas. Como dito acima, foquei em 4 questões do roteiro de perguntas semiestruturada³³.

Busquei analisar com cautela as falas transcritas, basicamente passando pelas questões acerca da formação dos militantes e ativistas, a presença ou não das pautas educacionais e os impactos nas trajetórias escolares. Ao final, busco analisar os impactos e possíveis legados das Jornadas nas políticas públicas de educação adotadas naquele momento e nos anos posteriores.

Dito isso, importante ressaltar que antes de adentrar nas análises das interpretações e percepções dos entrevistados, faço um breve relato do caminho que percorri até chegar na pesquisa nacional, afinal, desde jovem tive contato com diversos movimentos sociais, um deles inclusive foi o MPL, quando fui presidente do grêmio estudantil da principal escola estadual de Itu/SP. Momento importante também para detalhar os caminhos que a pesquisa nacional percorreu nestes últimos anos, como ela avançou, como foi construída, afinal foram várias mãos, vários pesquisadores e pesquisadoras se somaram nesta importante pesquisa. Devo ainda reconhecer e agradecer o trabalho e empenho dos colegas, afinal, muitas informações e dados foram coletados por eles e me ajudaram substancialmente em meu trabalho, tornando assim minha caminhada mais leve e produtiva. Ressalto ainda que este trabalho é um dos frutos previstos da pesquisa nacional.

3.1 O pesquisador em formação e a pesquisa nacional sobre as Jornadas de 2013

Aos 11 anos de idade entrei na militância, quando conheci o jornalista e ambientalista Leonardo Morelli. Suas falas articuladas em defesa das águas e do meio ambiente ajudaram a canalizar minhas revoltas, em grande parte vindas da ausência paterna. Em decorrência desta militância, em 2006 fui morar em Itu/SP. Acabei sendo eleito presidente do Grêmio Estudantil

³³ Compreende-se a entrevista semiestruturada como uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 188).

da tradicional Escola Estadual Regente Feijó. Certa vez, um grupo de alunos me procurou para apresentar o Movimento Passe Livre (MPL), encabeçado por Josué Rodrigues, que se tornaria um grande amigo de militâncias e por compartilhar os sonhos de um mundo melhor. Ele havia participado em 2004 do primeiro encontro nacional do MPL realizado em Florianópolis/SC, e seguia muito entusiasmado com o movimento.

Nos anos anteriores estudantes secundaristas que organizavam o MPL em Itu/SP fizeram vários atos na cidade, assim como em outras regiões do Estado e do país, sendo bastante ativos em Sorocaba e Campinas, duas das maiores cidades do interior paulista, além da capital, onde o movimento estava se fortalecendo e ganhando novos adeptos a cada mobilização. Em paralelo, o MPL construía um forte movimento de formação de novos militantes nas periferias, nas escolas secundaristas e cursinhos populares.

Hoje, ao ler e estudar os movimentos sociais, em especial os que lutam por transporte, pelo direito à cidade como o MPL, as pautas e dinâmicas dos movimentos ficam mais nítidas. Mas, em 2006, morando em Itu/SP, época em que a rede mundial de computadores estava se popularizando. Vivíamos a era do Orkut, rede social depois extinta; nela era possível criar “comunidades virtuais”. Tão logo conheci as ideias do MPL, passei a fazer parte de uma comunidade no Orkut que abrigava centenas de outros militantes espalhados pelo Brasil.

Também comecei a ler sobre o movimento, conhecer outros membros, ver os vídeos. Em especial os vídeos sobre a Revolta do Buzu de 2003 e a Revolta da Catraca de 2004 e 2005. Era comum naquela época a gravação de vídeos em “cd’s” que eram emprestados para serem vistos em aparelhos de “dvd”. Era uma maneira de formar novos militantes e popularizar o movimento. Dentro desse processo de formação logo passei a andar com uma mochila grafitada com os símbolos do MPL, em especial a catraca quebrada. Dentro das ações do Grêmio do Regente Feijó, convidar e apresentar as ideias do movimento tornou-se uma tarefa.

Depois de Itu/SP fui morar em Pouso Alegre/MG. Por lá também me tornei presidente do Grêmio do CNEC (Campanha Nacional de Educação Comunitária), escola tradicional da cidade. Novamente tentei organizar o movimento passe-livre na cidade, que também tinha problemas com uma empresa de transporte público que detinha a concessão de serviços há décadas e prestava um péssimo serviço. Por ser uma escola privada, onde era bolsista e logo iria concluir o ensino médio e precisava focar nos vestibulares, afinal a rotina de estudos era bem mais puxada, esse caldo de responsabilidades me impediu de fortalecer o movimento em terras do interior de Minas.

Já em 2008, havia terminado o ensino médio, e comecei a cursar a Faculdade de Direito na Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP, e novamente tive contato com membros do MPL. Participei de algumas atividades, mas o curso me tomava tempo e não me envolvi profundamente nas ações. Em 2013, já formado e morando de volta no interior de Minas, comecei a ver o MPL “puxar” grandes atos em São Paulo. O mote central dos protestos era antigo mas para o momento super atual: o reajuste das tarifas na capital paulista e o direito ao acesso à cidade.

Havia concluído a faculdade e estava trabalhando como Diretor Municipal de Cultura na Prefeitura da minha cidade natal, a pequena e simpática Estiva, conhecida como terra do morango. Aquele ano de 2013 estava diferente, sentia que algo estava para acontecer. Amigos e políticos do Rio Grande do Sul davam notícias sobre a formação do Bloco de Luta pelo Transporte Público na capital gaúcha, a pauta do transporte ganhava força, ainda mais com a vitória do movimento nos tribunais para a redução das tarifas.

Após Porto Alegre/RS, os atos em São Paulo cresceram rapidamente e a repressão policial também. E foram surgindo mais atos em outras cidades. Tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades, a população começou a ir às ruas. Tive a dimensão quando soube que a população da pequena Cambuí/MG, cidadezinha vizinha a minha terra natal, distante poucos quilômetros, havia fechado e travado por algumas horas a rodovia federal Fernão Dias, algo inédito³⁴. Naquela tarde, ao ver os noticiários, as fotos e vídeos de amigos e conhecidos que estavam no “protesto”, senti fortemente que estávamos diante de algo grande, afinal, o movimento havia saído das telas e chegando no interior.

Em 2016 venho morar em Alfenas/MG. Trago vários novos sonhos, metas e desejos, um dos desejos era justamente cursar Ciências Sociais na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Na época da PUC em Campinas/SP tinha amigos e amigas que faziam o curso na UNICAMP, cheguei a assistir aulas no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, me marcaram as aulas do Professor Jesus Ranieri. Estive em dezenas de eventos na UNICAMP e na própria PUC Campinas, sabia que em Alfenas/MG seria uma boa oportunidade fazer o curso, e assim ingressei em 2017 no curso.

³⁴ **Manifestantes fecham a Fernão Dias nos dois sentidos em Cambuí, MG.** G1, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-fernao-dias-nos-dois-sentidos-em-cambui-mg.html> . Acesso em: 5 jan. 2022.

Tão logo comecei o curso na UNIFAL-MG, perguntei aos professores, professoras e aos colegas veteranos sobre grupos de estudos. Soube da existência do Grupo de Estudos sobre a Juventude, coordenado pelo professor Luís Antonio Groppo. Enviei um email me apresentando, pedindo para ter mais informações sobre o grupo e como deveria fazer para participar das reuniões e encontros. De forma muito solícita e, o Professor Groppo fez o convite para conhecer melhor o grupo de estudos e sua dinâmica

Ainda em 2017 participei das reuniões do grupo de estudos. Aos poucos fui lendo os textos, me inteirando dos assuntos e temas debatidos pelos colegas, passei a compreender melhor como era a dinâmica daquele espaço e como a pauta das juventudes era central. Antes, o Grupo havia auxiliado na escrita e sistematização do Plano Municipal de Juventudes de Alfenas e estavam começando a migrar os interesses para a análise das ocupações das escolas secundaristas ocorridas em 2015 e 2016; a própria UNIFAL-MG havia sido ocupada em 2016. As memórias estavam bem frescas.

O Grupo de Estudos era bastante organizado e realizava inúmeras atividades, como exibição de filmes com debates, mesas redondas, além da leitura e debate interno dos textos. Em 2018, já estava bem inteirado das atividades, e ajudei a organizar uma reunião aberta do grupo que debateu os 5 anos das Jornadas de 2013. Do ponto de vista acadêmico, esse foi meu primeiro contato com as Jornadas participando do grupo e abrindo meu leque de leituras, debates e reflexões sobre o movimento, além das minhas próprias leituras avulsas ou trocadas com amigos e amigas que estiveram nas ruas naquele ano.

Neste período da graduação foi bolsista do CNPq no programa de iniciação científica da UNIFAL-MG, participando da pesquisa “Dimensões Educacionais das Organizações Juvenis”, em 2019. Deste belo trabalho coordenado pelo professor Groppo resultou o livro “Coletivos juvenis na universidade e práticas formativas – Política, educação, cultura e religião”, publicado pela editora Pedro & João Editores, em 2020. (Groppo *et al.*, 2020).

Me aproximei ainda mais do professor Groppo, que me deu a honra de ser meu orientador no trabalho de conclusão do curso, em 2022. Nosso grupo estava passando por reformulações, antigos membros se formaram e deixaram e novos vieram fazer parte, um processo natural dentro desta dinâmica acadêmica. A grande novidade que se materializa era que estávamos estudando textos sobre as “Jornadas de 2013”. Estávamos rascunhando os esboços do que seria uma grande pesquisa sobre aquele momento político do país e sobre o movimento que tomou as ruas de centenas de cidades em várias regiões do Brasil em 2013.

Ainda em 2021, saindo da pandemia de covid-19 e prestes a concluir a licenciatura em ciências sociais, comecei a me organizar para participar do processo seletivo do Mestrado em Educação da UNIFAL-MG. Deixei meu tema do trabalho de conclusão do curso e me foquei nas Jornadas de 2013; me atraía muito analisar as pautas educacionais que aparentemente estiveram presentes nas jornadas.

Chamava a atenção aquela dinâmica das ruas de 2013, com predomínio de jovens, numa onda de manifestações que tomaram as ruas e inauguram novas formas de ação coletiva, marcadas por autonomia frente aos partidos políticos e sindicatos e rejeição de lideranças verticalizadas e centralizadoras, constituindo organizações mais abertas e horizontais (Groppo; Silva, 2023). Toda essa energia vinda das ruas, além do meu contato com o MPL ainda adolescente, me marcou muito e me fez ter certeza que havia encontrado o objeto perfeito para analisar dentro do mestrado.

Paralela a minha aprovação no mestrado, a pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto” se materializa, ganhava fomento com a aprovação em órgãos de pesquisa. Coordenada pelo Professor Dr. Luís Antonio Groppo, que também me orientava de forma exitosa, reuniu uma grande equipe com mais de 20 pesquisadoras e pesquisadores, composta por docentes e discentes da própria UNIFAL-MG, além de pesquisadores de outras instituições de ensino superior do Brasil, como a Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e Universidade de São Paulo (USP) vieram fazer parte da pesquisa sobre as jornadas de 2013.

Segundo Groppo e Silva:

[...] o objetivo da pesquisa é compreender a relação das Jornadas com as demandas educacionais, com as experiências escolares de jovens ativistas e militantes, bem como as dimensões formativas dos protestos – ou seja, a formação social e política de jovens suscitada pela participação nas Jornadas de 2013. Para construir tais conhecimentos, a pesquisa pretende dialogar com militantes e ativistas de organizações políticas e movimentos sociais engajados nos protestos de 2013, que eram estudantes do ensino médio, cursinhos pré-universitários ou da educação superior. (Groppo; Silva, 2023)

Utilizando sites de busca acadêmica, ainda em 2022 realizamos a primeira etapa da pesquisa, que constituiu na divisão e realização do levantamento bibliográfico. Os participantes da pesquisa fizeram as buscas utilizando palavras-chave como jornadas de 2013, MPL, pautas

educacionais etc. Ao todo foram encontrados 142 estudos, que passamos a chamar de produtos que tematizam as jornadas de 2013. Estes produtos foram divididos em 5 blocos temáticos, sendo eles: educação, juventude e estudantes, identidade e subjetivação; coletivos e experiências ativistas/militantes; redes sociais e mídias; análises gerais relevantes e outros.

Com esses achados, todos documentados através de fichas criadas pela equipe de pesquisa, foi produzido o artigo “Jornadas de Junho de 2013 e repertórios de contestação: do autonomismo à ambiguidade³⁵” publicado no livro *Movimentos Sociais e Autonomias: Imaginação, experiências e teorias na América Latina*, organizado por Gustavo Oliveira e Monika Dowbor. Ainda foi realizada uma comunicação na 15ª. reunião da ANPed Sudeste, Belo Horizonte/MG, em 2022.

Ainda em 2022, o professor Vinicius Seabra, em conjunto com Luís Antonio Groppo, publicou dois trabalhos. O primeiro intitulado “Representações político-sociais do ativismo estudantil: uma análise da mediatização das Jornadas de 2013 no Brasil”, trabalho que foi apresentado em simpósio. O outro foi “Mediatização e processo formativo no Brasil: sobre a televisão, internet e as Jornadas de 2013”, texto publicado pela editora Pedro & João Editores.

Apresentamos de forma remota na Sessões de Comunicação Oral do Grupo de Trabalho 03: Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos da ANPed, o trabalho “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pesquisa Bibliográfica”. Nos dividimos para apresentar alguns dos resultados da pesquisa. Além de mim, os colegas Vinicius Oliveira Seabra Guimarães (na época na PUC-Goiás), a professora Dra. Josefa Alexandrina da Silva (na época docente da UNIFAL-MG) e o colega Douglas Franco Bortone (então discente do Mestrado da UNIFAL-MG), mostramos os resultados do levantamento bibliográfico sobre as Jornadas de 2013. Importante ressaltar que fizemos as buscas e levantamentos até 2022. No ano seguinte, muitos outros trabalhos foram concluídos e publicados, justamente pelas comemorações dos 10 anos das jornadas de 2013.

Em 2023, após diversas reuniões da equipe da pesquisa foi definido um roteiro contendo 17 questões, a serem aplicadas a pesquisadoras e pesquisadores das Jornadas. As entrevistas deram início à segunda etapa da pesquisa. A primeira pergunta era uma “questão disparadora” que servia para introduzir o tema a partir de algum elemento presente em determinada obra da pesquisadora ou pesquisador que concedia a entrevista; ao final era perguntado sobre outros possíveis entrevistados, causando um efeito “bola de neve”. O questionário com as questões foi

³⁵ Autores/as Luís Antonio Groppo, Gislene da Silva, Emerson Costa Carvalho Souza e Vitória Neres Soares.

previamente aprovado pelo comitê de ética.

Adotamos a modalidade de entrevista semiestruturada, justamente por ser mais apta ao perfil de quem entrevistamos e por permitir uma maior troca de informações entre as partes. Compreende-se esta modalidade de entrevista como uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento” (Laville, Dione, 1999, p. 188). O contato, a abordagem da pessoa entrevistada, a condução da entrevista e as preocupações com a intersubjetividade se baseiam na proposta da entrevista reflexiva segundo Szymanski (2004):

Foi na consideração da entrevista como um encontro interpessoal no qual é incluída a subjetividade dos protagonistas, podendo se constituir um momento de construção de um novo conhecimento, nos limites da representatividade da fala e na busca de uma horizontalidade nas relações de poder, que se delineou essa proposta de entrevista, a qual chamamos de reflexiva, tanto porque leva em conta a recorrência de significados durante qualquer ato comunicativo quanto a busca de horizontalidade. (Szymanski, 2004, pp. 14- 15)

E mais, o grupo que faz parte da pesquisa se reuniu várias vezes, lendo textos e pensando nas questões, se preparando para realizar a aplicação do roteiro de questões. A primeira entrevista foi realizada com a professora Marília Pontes Esposito (em fevereiro de 2023). Esposito é professora de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da USP desde 1981 e com vasta pesquisa em temas ligados às juventudes. Atualmente é professora Sênior da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). Ela gentilmente aceitou ser a primeira, servindo como uma entrevista teste para as demais.

Ao todo foram 18 entrevistas feitas ao longo de 2023: Sérgio Haddad, Roberta Rosa, Paulo Arantes, Olívia Perez, Nildo Viana, Monika Dowbor, Marília Esposito, Maria Carla Corrochano, Marcos Nobre, Marcelo Kurath Silva, Leila Saraiva, Kimi Tomizaki, Igor Oliveira, Giuseppe Cocco, Francisco Tavares, Francisco Foureaux, Bárbara Lou Dias e Ana Karina Brenner. A pesquisa nacional conseguiu ouvir um importante time de pesquisadoras e pesquisadores. Um material riquíssimo foi extraído e transcrito, que certamente subsidiará novos trabalhos. Ouso dizer que esta pesquisa é uma das mais completas e profundas, em se tratando das jornadas de 2023 no Brasil.

Quadro 1- Pesquisadoras e pesquisadores que concederam entrevistas

Nome	Área	Instituição	Estado	Gênero	Raça/cor	Ativista/ militante/ apoiador	Data da entrevista
Marília Pontes Esposito	Educação	Universidade de São Paulo (USP)	São Paulo	Feminino	Branca	Não	10/02/2023
Sérgio Haddad (com Gabriel Di Pierro e Renato Almeida)	Educação	Ação Educativa	São Paulo	Masculino	Branca	Não	24/03/2023
Kimi Tomizaki	Educação	USP	São Paulo	Feminino	Amarela	Não	30/03/2023
Paulo Arantes	Filosofia	USP	São Paulo	Masculino	Branca	Não	04/04/2023
Giuseppe Cocco	Ciência Política	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Masculino	Branca	Ativista Rede universitária	12/04/2023
Ana Karina Brener	Educação	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Feminino	Branca	Não	13/04/2023
Marcos Nobre	Ciência Política	Universidade Estadual de Campinas	São Paulo	Masculino	Branca	Não	14/04/2023
Maria Carla Corrochano	Educação	Universidade Federal de São Carlos	São Paulo	Feminino	Branca	Não	26/04/2023
Igor Oliveira	Educação	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Minas Gerais	Masculino	Branca	Sim Ativista do Tarifa Zero	29/04/2023
Francisco Foreaux	História	UFMG	Minas Gerais	Masculino	Branca	Sim Ativista do Tarifa Zero	29/04/2023
Francisco Tavares	Ciência Política	Universidade Federal de Goiás (UFG)	Goiás	Masculino	Branca	Sim Advogado apoiador	15/05/2023
Nildo Viana	Sociologia	UFG	Goiás	Masculino	Branca	Não	15/05/2023
Leila Saraiva	Antropologia	Universidade Nacional de Brasília	Distrito Federal	Feminino	Branca	Sim Ativista Movimento Passe-Livre	16/05/2023

Monika Dowbor	Ciência Política	Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)	Rio Grande do Sul	Feminino	Branca	Não	23/05/2023
Roberta Rosa	Educação	UNISINOS	Rio Grande do Sul	Feminino	Negra	Não	24/05/2023
Marcelo Kunrath da Silva	Ciência Política	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	Masculino	Branca	Não	25/05/2023
Olívia Perez	Ciência Política	Universidade Federal do Piauí	Piauí	Feminino	Branca	Não	13/07/2023
Bárbara Lou Dias	Ciência Política	Universidade Federal do Pará	Pará	Feminino	Parda	Sim Advogada apoiadora	14/07/2023

Fonte: Pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil”. 2023

Todas as pessoas entrevistadas produziram em algum momento trabalhos sobre a jornadas de 2023 e nestas entrevistas puderam revisitar seus escritos e repensar muitas questões. A pesquisa nacional de forma inédita e pioneira adentrou através das entrevistas em novas conexões e sentidos. Várias das pessoas entrevistadas observam as jornadas passados 10 anos de um novo ângulo, e analisam os impactos das jornadas para o tempo atual. Todas as 18 entrevistas foram realizadas de forma presencial, com pelo menos duas pessoas entrevistadas. As entrevistas foram transcritas e revisadas com tratamento, tornando-se um riquíssimo acervo que a pesquisa pretende disponibilizar para mais pesquisadoras e pesquisadores.

Ainda em 2023 foram realizadas 21 entrevistas com ativistas e militantes que estavam nas ruas em 2013 participando ativamente das jornadas. Nesta terceira fase, estamos ouvindo os protagonistas deste movimento histórico vivido em centenas de cidades brasileiras. Ao todo foram entrevistadas 7 pessoas no Rio de Janeiro, 6 em São Paulo, 4 no Ceará, 3 no Pará, 1 em Minas Gerais. Ainda faltam entrevistas com mais pessoas de Minas Gerais, de Goiás e do Rio Grande do Sul, elas serão feitas em 2024.

Da fase do levantamento da revisão bibliográfica das Jornadas de 2013, feita na primeira etapa da pesquisa, foram produzidos alguns produtos, sendo eles um capítulo de livro já público.

Sendo ele “Subjetivações políticas em campo: itinerários juvenis e as Jornadas de Junho de 2013”, de autoria de Luís Antonio Groppo, Gislene Silva, Josefa Alexandrina da Silva, Luiz Carlos Felizardo Júnior, Marcelo Rodrigues Conceição e Vitória Neres Soares. Publicado pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, na revista Educação e Pesquisa. Além deste capítulo, ainda foram publicados um artigo e dois artigos foram aceitos para publicação.

Da entrevista com pesquisadores e pesquisadoras das jornadas, dentro da segunda etapa da pesquisa dois artigos estão sendo escritos. Dentro da terceira etapa, utilizando as entrevistas com ativistas e militantes um artigo está sendo escrito, dentro de um recorte racial sobre as negras e negros que participaram dos atos das jornadas em 2013.

Até o momento, a pesquisa “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto” já resultou em bons frutos em eventos acadêmicos. Ao todo foram apresentados quatro trabalhos, sendo eles: um trabalho no 21º Congresso Brasileiro de Sociologia em Belém/PA, dois trabalhos no Simpósio Integrado da UNIFAL-MG em Alfenas/MG, resultando inclusive um prêmio de menção honrosa pelo trabalho apresentado.

Também foi apresentado um trabalho na 41ª Reunião Nacional da ANPEd em Manaus/AM, todos em 2023. O trabalho apresentado em Manaus/AM foi um resumo expandido na modalidade trabalho em andamento, que foi escrito por mim e pelo professor Groppo, com o seguinte título: “Dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013: repertórios de contestação e subjetivação política”.

O Professor Groppo, como coordenador da pesquisa, ainda participou de duas palestras para falar sobre os trabalhos que vêm sendo realizados. O primeiro, foi em 21 de setembro de 2023, de forma remota, para comemorar e celebrar os 15 anos do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Culturas Juvenis da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, no Ceará. O título foi "Jornadas de julho de 2013 e Participação Política dos Jovens" na mesa Debates contemporâneos sobre Juventude, com mediação da Professora Doutora Isaurora Martins (GEPECJU/UVA) acompanhada do professor Doutor Rodrigo Mello, também da Universidade Estadual do Vale do Acaraú.

Ainda no Nordeste, na Universidade Federal do Piauí, em Teresina, foi realizado o IX JUBRA-Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira com o tema “Juventudes e outros modos de viver: rebeldias, resistências e autonomias”. O professor Groppo participou no dia 01 de dezembro de 2023 da mesa redonda V Juventudes e Participação Política.

A pesquisa também tem feito divulgação científica, através de publicações em jornais e portais. A primeira foi a publicação da matéria “As jornadas de junho de 2013 – repercussões na formação social e política de militantes e ativistas 10 anos depois” de autoria da professora doutora Josefa Alexandrina da Silva e do professor doutor Luís Antonio Groppo, no jornal online da Universidade Federal de Alfenas³⁶. A segunda publicação foi 06 de julho de 2023, no portal da UNIFAL-MG, desta vez foi um artigo assinado novamente por Josefa Silva e Groppo, com o título “As jornadas de junho de 2013 – repercussões na formação social e política de militantes e ativistas 10 anos depois”³⁷. Nele eles fazem uma apresentação da pesquisa e falam das etapas realizadas e as que ainda seriam percorridas.

A pesquisa ainda contribui para a formação de novos pesquisadores e pesquisadoras do campo da educação. Andréa Benetti foi aprovada no Doutorado da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, com início para 2024. Ela foi membra do grupo de pesquisa sobre juventudes, fez seu mestrado no Programa de Mestrado em Educação da UNIFAL-MG (PPEG). Também me qualifiquei em novembro de 2023 com esse trabalho, fruto da pesquisa. Ainda, a colega Gislene Silva, foi aprovada no Mestrado em Educação da UNIFAL-MG e também faz parte da pesquisa.

Temos ainda discentes que fazem iniciação científica na pesquisa. Inclusive com bolsas pelo trabalho que vem desenvolvendo. Uma delas, a aluna Lívia Penha, do curso de pedagogia da Universidade Estadual de Minas Gerais, campus Campanha/MG. As outras quatro bolsas, duas pelo CNPq e duas pela FAPEMIG estão com alunos e alunas da Universidade Federal de Alfenas/MG. O trabalho dos bolsistas é fundamental para pesquisa, ademais, é uma forma de formar novos pesquisadores e pesquisadoras para o campo da educação.

Por fim, dentro dos resultados, a pesquisa teve uma proposta aprovadas pelo Edital do Programa de Apoio a Eventos no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para realizar em 2024 um Seminário Nacional de Memória das Jornadas de 2013, com previsão para ocorrer de forma presencial em março na Universidade Federal de Alfenas/MG. Para além da importância do evento que está sendo construído, será a

³⁶ GROPPPO, L, A. SILVA, J, A. **As jornadas de junho de 2013 – repercussões na formação social e política de militantes e ativistas 10 anos depois**. UNIFAL-MG, 2023. Disponível em <https://jornal.unifal-mg.edu.br/?p=85580>. Acesso em: 07 jun. 2023.

³⁷ GROPPPO, L, A. SILVA, J, A. **As jornadas de junho de 2013 – repercussões na formação social e política de militantes e ativistas 10 anos depois**. Disponível em <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2023/07/06/as-jornadas-de-junho-de-2013-repercussoes-na-formacao-social-e-politica-de-militantes-e-ativistas-10-anos-depois/>. Acesso em: 07 jun. 2023.

oportunidade de reunir presencialmente dezenas de pesquisadores e pesquisadoras que fazem parte da pesquisa mas que até o momento não se conhecem pessoalmente, afinal, as dezenas de reuniões e encontros da pesquisa são feitas de forma remota.

Com esse breve resumo sobre a pesquisa, temos a dimensão do tamanho dos trabalhos realizados e dos que darão frutos em breve. Da riqueza de materiais levantados, seja na fase bibliográfica, agora com as entrevistas com pesquisadores e pesquisadoras e nas francas entrevistas com ativistas e militantes que estiveram nas ruas em 2013, certamente teremos uma massa documental que irá auxiliar dezenas de outros pesquisadores/as contribuindo imensamente para analisar e refletir sobre o maior evento de ruas desde a redemocratização do Brasil e que ainda segue mal compreendido e em disputa dos seus sentidos e resultados.

Diante destes resultados e dos que virão, a pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política de jovens em protesto” certamente irá atingir todos os resultados esperados apresentados para o CNPq quando da sua aprovação e demais instituições apoiadoras. Dos fecundos levantamentos, seja os biográficos e agora com as entrevistas, certamente haverá subsídios para atingir com louvor os resultados esperados presentes no projeto da pesquisa.

Da massa documental levantada, das entrevistas colhidas e transcritas formará um riquíssimo acervo que terá plenas condições para construção ainda de um site na internet para divulgação da pesquisa, espaço para disponibilização do material coletado ao longo destes intensos meses de dedicação ao tema. Com o zelo e rigor presente em todas as etapas ficará fácil a redação de um livro ou coletânea dos resultados da pesquisa.

Para encerrar o ano de 2023, nos últimos dias foi publicado o artigo científico na Revista Cocar, periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), com o seguinte título do artigo: Jovens, manifestação de rua e protestos em redes: juventudes e educação nas jornadas de 2013; escrito de forma conjunta entre os professores: Dr. Vinicius Oliveira Seabra Guimarães (FAP); Dr. Luís Antonio Groppo (UNIFAL-MG); Dra. Rosane Maria de Castilho (UEG).

Por fim, essa pesquisa vem para trazer mais luz ao maior levante popular que tomou as ruas em centenas de cidades brasileiras ao longo do ano de 2013. Ouvir pesquisadores e pesquisadoras e os ativistas e militantes que foram às ruas é fundamental para compreender, repensar e refletir sobre as jornadas de 2013. Passados uma década dos eventos que ainda

seguem reverberando na sociedade e na política nacional é fundamental para construir novas reflexões que ajudem a olhar as jornadas com novos olhares.

No próximo capítulo será o momento de analisar as entrevistas de pesquisadores e pesquisadoras que estão inseridos no campo da educação para pensar com o recorte do viés da educação quais foram os impactos neste campo tão importante para toda sociedade nas jornadas e depois dela.

3.2 - Quem são os pesquisadores e pesquisadoras

Percorrendo a segunda fase da pesquisa nacional, entre fevereiro e julho de 2023 Ao todo foram realizadas 18 entrevistas, sendo que uma delas foi coletiva, o convidado, Sérgio Haddad, trouxe mais dois pesquisadores para a entrevista: Gabriel Di Pierro e Renato Almeida. Desta forma, totalizando 20 pessoas entrevistadas, conforme o Tabela 1.

Conseguimos ouvir um grande time de pesquisadores/as, produzimos um material riquíssimo que foi extraído e transcrito e que certamente subsidiará diversos novos trabalhos. Ouso dizer que esta pesquisa é uma das mais completas e profundas em se tratando das Jornadas de 2013 no Brasil. Todas as pessoas entrevistadas produziram em algum momento trabalhos sobre as Jornadas de 2013 e nestas entrevistas puderam revisitar seus escritos e repensar muitas questões.

Nossa pesquisa de forma inédita e pioneira, adentrou, através das entrevistas, novas conexões e sentidos. Muitos dos entrevistados/as observam as Jornadas passados 10 anos de um novo ângulo, e todos/as analisam os impactos das Jornadas para o tempo atual. No questionário existem questões sobre as pautas educacionais, sobre a formação dos participantes e sobre os impactos nas políticas educacionais do país, há também uma sobre os legados das Jornadas. Em resumo, essas serão as principais questões que irei analisar e comparar nas entrevistas escolhidas.

Como dito, foram ouvidos em entrevistas 18 pesquisadores e pesquisadoras, todavia, este trabalho concentrou sua análise em 7 deles, usando basicamente o critério de profissionais diretamente envolvidos com educação, seja em sua formação ou área de atuação na época e atualmente. Sendo eles/as: Marília Pontes Esposito, Sérgio Haddad (participaram também da entrevista Gabriel Di Pierro e Renato Almeida), Kimi Tomizaki, Ana Karina Brener, Maria Carla Corrochano, Igor Oliveira e Roberta Rosa. Havia pesquisadores e pesquisadoras vindas

de outras áreas como: filosofia, antropologia, ciências políticas, sociologia.

Antes de iniciar a análise é importante apresentar o perfil dos pesquisadores e pesquisadoras que terão suas entrevistas estudadas nesta etapa do trabalho. Foi utilizada a Plataforma do Lattes para conhecer melhor as pessoas que participaram desta importante fase da pesquisa nacional.

Vamos a elas: Marília Pontes Esposito, da Universidade de São Paulo (USP), não participou ativamente das Jornadas, se declara branca. Possui graduação em Pedagogia pela Universidade de São Paulo (1976), mestrado em Educação pela Universidade de São Paulo (1982), doutorado (1989) e livre-docência em Educação pela Universidade de São Paulo (2000). Em 2019 recebeu o título de Professora Emérita da Faculdade de Educação da USP. Atualmente é professora Sênior da Faculdade de Educação da USP³⁸. Ela reconhece que foi um grande desafio pesquisar as Jornadas de 2013, por precisar fazer um diálogo com grandes pesquisadores.

Sérgio Haddad é assessor especial da Ação Educativa, também branco, e não participou ativamente das ações nas Jornadas. Possui graduação em Economia pela Universidade de São Paulo (1971), graduação em Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade de Educação e Ciências Pinheirense (1971), mestrado em História e Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo (1982) e doutorado em História e Sociologia da Educação pela Universidade de São Paulo (1991). Professor visitante no Centro de Estudos Brasileiros na Universidade de Oxford³⁹. Haddad em 2016 publicou um importante artigo na Revista e-Curriculum, do Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP com título: Novas Formas de Ativismo Social: O que há por trás das mobilizações de rua? Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP). Ele ainda reconhece “claro que eu tinha alguns parâmetros para entender o movimento, havia lido uma série de coisas e etc. Mas eu queria saber a partir deles, como eles pensavam, qual a experiência deles, de que maneira se organizaram” (Haddad, 2023. Dados da entrevista).

Kimi Tomizaki, da Universidade de São Paulo, se declarou como sendo amarela, também não participou ativamente das Jornadas. É professora de Sociologia na Faculdade de Educação da USP e no Programa de Pós-graduação em Educação da mesma unidade (PPGE/FEUSP). Possui mestrado (bolsista CNPq) e doutorado (bolsista Fapesp) pela

³⁸ ESPOSITO, M, P. **Currículo do sistema currículo lattés**. [Brasília], 06 mar. 2024. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 01 fev. 2024.

³⁹ HADDAD, S. **Currículo do sistema currículo lattés**. [Brasília], 10 jan. 2024. Disponível em <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 01 fev. 2024.

UNICAMP e pós-doutoramento (bolsa Fapesp) pelo Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris⁴⁰. Não publicou algo específico sobre as Jornadas, tratou apenas dela de maneira geral.

Ana Karina Brener, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, se declarou como branca, mas também não esteve em atos das Jornadas. Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Educação (ProPEd). Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá (1999), mestrado em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2006) e doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2011). É líder do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UERJ, grupo de pesquisa vinculado ao ProPEd⁴¹.

Maria Carla Corrochano, da Universidade Federal de São Carlos, também branca, não esteve ativamente nas atividades das Jornadas. Professora Associada II do Departamento de Ciências Humanas e Educação (DCHE). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGed-So) e do Mestrado em Estudos da Condição Humana da Universidade Federal de São Carlos/Campus Sorocaba. Graduada em Ciências Sociais (1996) e mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (2001). Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (2008), com um período de estudos realizados junto aos Laboratórios GTM e ULISS, vinculados ao CNRS, Paris. Professora visitante no ICS-ULisboa/ Grupo de Pesquisa LIFE - Percursos de Vida, Desigualdades e Solidariedades (2022)⁴². Escreveu um artigo sobre as Jornadas, seu tema central de estudo é o trabalho.

Igor Oliveira é da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), se declara branco, participou ativamente das Jornadas, era ativista do Tarifa Zero em Belo Horizonte/MG. Possui graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2006), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012) e doutorado em Educação (2017) pela mesma universidade. É membro do Observatório da Juventude da Faculdade de Educação da UFMG. Sua tese de doutorado intitulada: *Sonhos diurnos em meio aos destroços do presente*:

⁴⁰ TOMIZAKI, K. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 09 mar. 2024. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴¹ BRENNER, A, K. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 04 mar. 2024. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 01 fev. 2024.

⁴² CORROCHANO, M, C. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 25 mar. 2024. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 03 fev. 2024,

o movimento Tarifa Zero e a luta pelo direito ao transporte em Belo Horizonte⁴³.

Por fim, Roberta Soares da Rosa se declarou como negra, não esteve nas Jornadas. Atualmente é Professora de Ciências e Biologia na Educação Básica pela Secretaria Estadual de Educação do Rio Grande do Sul (SEDUC/RS). Doutora em Educação Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG em 2022). Mestra em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos (2015). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Coletivo de Educação Popular e Pedagogia Social. Para obter o título de mestra Rosa, em 2015, defendeu a dissertação com o seguinte título: Pedagogia dos Movimentos Sociais: as manifestações de 2013 como espaço de aprendizado.⁴⁴ e realizou a pesquisa participante por meio das redes sociais⁴⁵.

Deste sucinto perfil, percebemos que a maioria dos pesquisadores e pesquisadoras entrevistados são brancos, apenas uma é negra, em sua maioria eles e elas não foram às ruas durante os diversos atos que compõem as Jornadas de 2013 no Brasil, e apenas um deles era militante de um movimento progressista que compôs e auxiliou na organização das ocupações das ruas naquele momento histórico. Em sua maioria, ou melhor, 5 dos pesquisadores (Marília Pontes Esposito, Sérgio Haddad, Kimi Tomizaki, Ana Karina Brener e Maria Carla Corrochano) que tiveram sua entrevista analisada eram professores/as universitários, fazia parte da academia e não tiveram uma ligação direta com os movimentos sociais ou coletivos que foram às ruas, entretanto, certamente por serem docentes, muitos de seus alunos e alunas estavam naquele momento nas ruas, afinal, o perfil dos militantes e manifestantes no início da Jornadas era composto por esse público.

3.3 Qual a interpretação das Jornadas pelos pesquisadores e pesquisadoras da área da educação

Neste momento o trabalho irá esmiuçar as interpretações dos 7 pesquisadores e pesquisadoras utilizando suas entrevistas. Trataremos basicamente de 4 questões presentes no

⁴³ OLIVEIRA, I, T, M. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 16 nov. 2023. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 02 fev. 2024

⁴⁴ ROSA, R. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 15 fev. 2024. Disponível em <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 02 fev. 2024

⁴⁵ Importante registrar que no momento da entrevista a pesquisadora era da UNISINO, e atualmente está lotada na Universidade Federal de Pelotas.

roteiro, lembrando novamente que ele era composto por 17 questões⁴⁶. Como rota para realizar a análise busquei centrar o olhar nas questões que incidem mais diretamente a respeito dos aspectos educacionais das Jornadas, sendo elas: a presença da educação entre as pautas; a presença de jovens, estudantes e profissionais da educação entre ativistas, militantes e manifestantes; a formação política de ativistas e militantes; a formação política propiciada pela participação nas manifestações e por fim a influências das Jornadas nas políticas educacionais. Importante reconhecer e reforçar que estes são basicamente os grandes temas das pesquisas nacionais.

Pela ordem das questões início a análise trago à seguinte questão do roteiro de entrevistas: “Havia pautas ou temas relacionados à Educação nas Jornadas? Caso sim, quais eram e qual era a sua importância?”. Na verdade, a questão trazia três indagações. Sobre a primeira (“havia pautas ou temas relacionados à Educação nas Jornadas?”), observem a Tabela 2, com afirmações dos pesquisadores e pesquisadoras:

Tabela 2 - Grau de importância das pautas e temas educacionais nas Jornadas de 2013 segundo pesquisadoras e pesquisadores da área de educação.

Grau de importância de temas e pautas educacionais	Nomes	Número
Grande	Ana Karina Brenner Igor Oliveira Sérgio Haddad	3
Pequena	Kimi Tomizaki Maria Carla Corrochano Marília Esposito Roberta Rosa	4
Sem importância		0

⁴⁶ Compreende-se a entrevista semiestruturada como uma “série de perguntas abertas, feitas verbalmente em uma ordem prevista, mas na qual o entrevistador pode acrescentar perguntas de esclarecimento”. (Laville; Dione, 1999, p. 188).

Não sabe	0
Total	7

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”

Como vemos para três pesquisadores e pesquisadoras (Ana Karina Brenner, Igor Oliveira e Sérgio Haddad), as pautas educacionais tiveram grande importância nas Jornadas de 2013. Ana Karina Brenner afirma em sua entrevista:

[...] tinha expressões bastante interessantes sobre a base material da escola, era o momento que se dizia que com o estádio não se faz um país, “menos estádio, mais hospitais e mais escolas”, isso estava colocando em questão a base material da escola existência de prédio escolar, existência de escola propriamente, escola, equipamento, quadra essas coisas. (Brenner, 2023. Dados da Entrevista).

A pesquisadora segue exemplificando outras situações, como a ausência de materiais didáticos como livros e uniformes, equipamentos que não eram suficientes ou que ficavam guardados na sala de direção e os alunos não tinham acesso. Trata também da qualidade da merenda escolar, das condições do prédio e da necessidade de bons professores.

Por sua vez, para Igor Oliveira, que em 2013 estava nas ruas fazendo parte do movimento Tarifa Zero em Belo Horizonte, ocorreu um alargamento das pautas educacionais, a começar pelo pedido de melhoria na infraestrutura das unidades escolares e na valorização dos professores/as. Segundo ele, nas manifestações ocorridas na capital mineira, a partir da Assembleia Horizontal Popular, foram separados grupos temáticos com a proposta de enviar pautas ao Governo Municipal e ao Governo Estadual (na época o Governador era Antonio Anastásia, do PSDB, que também era professor universitário). Uma série de propostas educacionais foram debatidas e enviadas aos chefes dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado.

Oliveira ainda ressalta que a presença das pautas educacionais se deu justamente pelo fato de que muitas pessoas ligadas à militância educacional participavam da Assembleia, e levavam consigo um acúmulo institucional de políticas públicas muito consolidado, visto mais nas pautas educacionais e de saúde do que em outras. Com isto, uma das reivindicações ligadas à educação nas Jornadas de 2013 englobava o Plano Nacional de Educação, colocando como

metas melhorias na infraestrutura e valorização dos professores (Oliveira, 2023. Dados da entrevista).

Outrossim, Sérgio Haddad também viu nas Jornadas a presença forte das pautas educacionais, embora com um enfoque diferente. Para ele, a educação aparece como pauta nas Jornadas de 2013 de modo genérico. Mas, apesar disso, a pauta da educação possui toda uma importância, afinal, ao se falar de transporte direto à cidade, se falava também em direito à educação.

De acordo com o que é tratado, as pautas educacionais como meio de mobilização contribuíram para com algumas transformações no cenário paulistano e federal, notem o que ele afirma: “o Estatuto da Juventude foi criado em agosto de 2013 e é um reflexo das Jornadas. Ademais, em se tratando de São Paulo, é dito pelo pesquisador, os jovens estudantes aprenderam que a rua também é um espaço educacional, mesmo que informal” (Haddad, 2013. Dados da entrevista).

Para duas pesquisadoras, as pautas educacionais foram pouco abordadas. Mas, em suas respostas, elas caminham no mesmo sentido apontado por Sérgio Haddad, sobre a relação entre o direito à cidade e o direito à educação. Para Roberta Rosa, “a pauta educacional surgiu de modo secundário através do passe livre. Já que, para acessar a escola e a universidade, os estudantes precisavam da passagem”. (Roberta Rosa, entrevistas, 2023) Já Marília Esposito afirma que a “pauta educacional esteve presente nas Jornadas, visto que segundo ela, a pauta do Passe Livre também é uma pauta educacional, além de ser uma pauta sobre lazer”. Esposito ainda afirma: “a educação foi algo pouco estudado, principalmente em relação às reivindicações presentes na Jornadas de 2013 que obtinham a temáticas “Queremos Educação, Hospitais padrão FIFA” (Esposito, 2023. Dados da entrevista).

A pesquisadora Kimi Tomizaki lembra que as pautas educacionais presentes nas Jornadas também demandavam melhoria da qualidade da educação. Todavia, em seu entendimento o que não se mostrou muito legível foram as demandas do ensino superior. Ressalta que não sabe dizer se a pauta da educação pública engloba todos os níveis educacionais, já que mobilizar pelas causas do ensino superior, principalmente do privado em relação a programas como o ProUni, são lutas fundamentais para essa geração de jovens. Ela é categórica ao afirmar que “as pautas educacionais eram genéricas e não explícitas a ponto de identificar do que realmente se tratava” (Tomizaki, 2023. Dados da entrevista).

Dentre os pesquisadores que acreditam em pequena influência na presença das pautas educacionais nas Jornadas, a professora Maria Carla Corrochano acredita que apareceram mais pautas ligadas à qualidade da educação, quando afirma que

[...] ao se misturar com outras bandeiras, se tornou pouco evidente. Depois disso, em 2015 e 2016 a pauta educacional passou a possuir um papel central abordando assuntos como ações afirmativas, cotas, qualidade e ao mesmo tempo se tinha do outro lado reivindicações contrárias a estes direitos sociais, como cartazes por exemplo contra as cotas, apresentando assim uma ambiguidade (Corrochano, 2023. Dados da Entrevista)

Na primeira etapa da pesquisa, ou seja, na revisão bibliográfica, ficou claro ainda a força da pauta educacional nos cartazes. Naquele momento em que as manifestações se agigantaram, era possível que cada pessoa empunhasse seu próprio cartaz e sua própria pauta, literalmente feitos a mãos, bastava uma cartolina e pinceis (Soares, 2019). A educação, como reitera também na sua entrevista o filósofo Paulo Arantes, terá aí grande força, com demandas diversas, destacando-se, segundo Ana Karina Brener e Igor Oliveira, às tais condições materiais das instituições escolares.

Ainda sobre os cartazes presentes nas Jornadas de 2013 vale ressaltar o belíssimo trabalho intitulado “grafias de junho”⁴⁷ que teve início em 2018. Um projeto colaborativo que busca a reconstituição da memória sobre o maior ciclo de manifestações da história recente do Brasil. O projeto faz parte da pesquisa de doutorado em história das cidades de Roberto Andrés (2023), que após a defesa virou um livro referência para compreender os atos⁴⁸. O banco de dados, como cartazes, faixas, bandeiras, pixações e outras grafias, foi construído de modo livre, sem fins lucrativos e com cessão voluntários de centenas de pessoas e profissionais da imprensa que cobriram os atos em várias partes do Brasil.

O site já foi ao ar, com um acervo de 1.300 fotografias que contém mais de 2.000 cartazes, todos com textos transcritos, além de informações sobre cidade, data e temática. Na temática educação (os autores colocaram a saúde junto) existem mais de 1020 registros; dentre as temáticas é o maior acervo; em segundo com 940 registros vem imagens de grafias sobre corrupção. Ao todo o banco de dados possui 4.828 imagens. O objetivo dos autores é ampliar

⁴⁷ O projeto pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico: <https://www.grafiasdejunho.org/sobre>.

⁴⁸ ANDRÉS, R. **A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

o catálogo para cerca de 15 mil fotografias, além de produzir infográficos e outras funcionalidades para pesquisas. Para Andrés "havia um Brasil em ebulição que buscava se expressar em mensagens" (Andres, 2023)

Há ainda a dimensão ampliada de educação, afinal, temos a educação formal, a informal e não formal. A educação formal, informal e não formal, apesar de suas diferenças, não configura como campos opostos. O estudo de Rosa (2015) sobre o Bloco de Lutas em Porto Alegre evidencia o caráter educativo dos movimentos sociais, como também os estudos de Groppo (2020) sobre o movimento estudantil e as ocupações secundaristas. (Groppo, 2021).

Nessa mesma linha de argumentação, Haddad (2016b) analisou como o processo de formação de militantes do Movimento Passe Livre (MPL) se aproximava da educação popular. Há tanto algo da educação não formal – como os processos planejados de formação de ativistas e militantes, em eventos formativos, estudos e reuniões – como da educação informal – nos inúmeros atos políticos e protestos, eventos organizados com objetivos diversos que o da formação política, mas que têm demonstrado enorme potência para tanto.

Um outro elemento importante, é que as Jornadas de 2013 quebram várias ordens, no sentido de um padrão estabelecido, inclusive no formato dos atos. Antes víamos basicamente sindicatos e partidos políticos nas ruas, com carros de som, bandeiras e faixas com reivindicações. Em 2013, vimos cair essa forma de ir às ruas. Havia um cansaço neste formato. Os atos das Jornadas buscavam distância desses formatos e acabam consolidando novas dinâmicas para ocupar as ruas, e sobretudo as redes sociais. Não vemos mais o clássico caminhão de som e alguém puxando no microfone palavras de ordem para multidão repetir ou simplesmente aplaudir.

Voltando para pautas educacionais, tanto Espósito e Corrochano (2023. Dados da entrevista). responderam uma questão sobre os principais impactos nas políticas educacionais ocasionados pelas Jornadas de 2013 no Brasil. Para Espósito (2023. Dados da entrevista) houve pouca capacidade de resposta.

Eu acho que houve uma ênfase nas políticas identitárias e já que não se conseguia se desenvolver muitas ações que de fato superassem a desigualdade, para a crise econômica em 2014, 2015, eu acho que as políticas identitárias conseguiram muito poder em Brasília. Mas desconhecem a base da sociedade brasileira, que é muito conservadora, então se atacou esse núcleo de achar que podia fazer uma porção de coisas e aí veio aquela educação de gênero, tem a cartilha e vem toda uma reação. Eu acho que vai, digamos assim, logo de cara

em 2014, até na gestão Dilma que as coisas começam a aparecer e não é só na campanha do Bolsonaro. Então aquela escola sem partido. (Esposito, 2023. Dados da Entrevista).

Ela ainda acrescentou o fato de existir uma ilusão do poder:

A gente está em Brasília, a gente pode fazer coisas legais, mas não é que essas coisas não sejam legais, mas acho que tem pouco diálogo com o que está na base da sociedade. Isso eu sempre fui muito crítica desse abandono dessa plataforma do PT que era ligada às prefeituras populares que eu acompanhei, inclusive as prefeituras populares do Araguaia quando eu estive lá, que foram as primeiras (Esposito, 2023. Dados da entrevista).

De fato, observamos poucos impactos reais na Educação após 2013. A presidenta Dilma Rousseff (PT) até buscou responder às demandas por mais investimentos na educação e saúde, afinal, os cartazes pediam Escolas e Hospitais com padrão FIFA, ou seja, com a mesma qualidade dos estádios que haviam sido construídos para receber os jogos da Copa do Mundo. A proposta de Dilma, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, se referia aos usos dos recursos advindos da exploração do petróleo pré-sal. Seria destinado 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.

O projeto final foi aprovado na Câmara em 14 de agosto, depois de ter sido votado no Senado;⁴⁹ Toda a movimentação para aprovação deste projeto veio em resposta aos atos da Jornadas, que ainda ocorriam em várias partes do país. Esta foi a principal proposta para educação então vinda do governo federal.

Apesar da aprovação da lei e de toda esperança de recursos bilionários para educação, os seus impactos efetivos foram logrados. Os cálculos feitos até setembro de 2013, pela consultoria legislativa da Câmara dos Deputados, previam um orçamento inicial na casa dos R\$6 bilhões vindos de royalties do pré-sal para a educação, mas o país havia conseguido aplicar apenas 15% desse valor em 2015. Para complicar, uma pendência judicial contribuiu para a incerteza quanto aos royalties: uma liminar do Supremo Tribunal Federal mantém em suspenso a distribuição dos recursos nos termos definidos pela lei de 2013 (Idoeta, 2016)

⁴⁹ **Dilma sanciona lei que destina royalties do petróleo para educação.** Portal MEC, 2013. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/19056-dilma-sanciona-lei-que-destina-royalties-do-petroleo-para-educacao>. Acesso em: 30 set. 2023,

Em 2022 o presidente Jair Bolsonaro encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei que autorizou a União a vender sua parcela do óleo do pré-sal de contratos de partilha geridos pela estatal no Plano Estratégico Pré-Sal Petróleo S.A (PPSA) e ainda desvincular as receitas que serão obtidas com a venda desses ativos do Fundo Social e deixar de gastar com Educação e Saúde os royalties da exploração e venda do petróleo.

Vale a pena ressaltar, que vemos ocorrer um alargamento do que entendemos por pautas educacionais. O direito à cidade, à livre circulação, também é um componente importante para assegurar o direito à educação. Esposito (2023) abre esse diapasão da compreensão da educação que vai além das salas de aulas, dos espaços formais de educação. Os militantes e ativistas, ao irem para as ruas reivindicar a redução de tarifas, também lutavam para garantir mais acesso a locais que podem ampliar o que Bourdieu (1997) conceitua como capital cultural. Deste modo, o acesso à cidade e seus equipamentos podem certamente melhorar a educação.

Para arrematar, é inegável a dimensão do acesso à cidade, o direito a ela como uma forma de ampliar o acesso aos bens culturais, parques e à livre circulação sem catracas como uma forma prática de ampliar o acesso à educação com o acesso a estes espaços que se mantêm segregados para boa parte da população, em especial aqueles e aquelas que vivem nos extremos, nas bordas das grandes cidades, uma vez que estes equipamentos não estão presentes por lá e sim nos centros. Haverá ainda quem negue a presença de pautas educacionais nas Jornadas, talvez de forma central como a luta inicial da redução de tarifas, todavia, fica cada vez mais cristalino que garantir o direito à cidade em sua plenitude é também uma forma de garantir educação, mesmo que ela não seja formal.

3.4. Como se deu a presença de docentes e jovens estudantes nas Jornadas

Passados 10 anos das Jornadas o debate de quem foi ou esteve nas ruas durante os atos ainda causa bons debates, e certamente será muito difícil cravar o perfil exato de quem esteve. Marcos Nobre (2023. Dados da entrevista) é categórico: “a gente tem poucas pesquisas de caráter nacional que te permitam tirar conclusões de grupos específicos”. Importante registrar que as Jornadas acontecem em tempos diferentes ao longo do Brasil, embora tenhamos mais registros de junho em São Paulo, inclusive com pesquisa sobre o perfil dos manifestantes, algo que não vemos nos demais lugares.

Os sujeitos das Jornadas se caracterizaram em suas primeiras – e menos massivas – fases, como jovens estudantes vindas e vindos das camadas populares: com maior acesso à escolarização, fruto das políticas de massificação da educação básica e superior nos anos anteriores, mas enfrentando diversos e contínuos problemas sociais concernentes à precariedade da vida e à precarização do trabalho. (Groppo *et al.*, 2024).

Um ponto mais pacífico no entendimento dos pesquisadores é a presença da juventude. Para Paulo Arantes (2023. dados da entrevista), referendando interpretação das Jornadas de Rui Braga (2016), entre tais jovens estudantes, jovens do “preariado”, dando vazão radical às suas demandas, a despeito da quase ausência da classe trabalhadora organizada. No conjunto das classes trabalhadoras a ausência de professores e professoras é sentida nas entrevistas da pesquisa nacional.

Mas, afinal, quem estava nas ruas? Na questão 10 de nosso roteiro provocamos os entrevistados e entrevistadas a refletir, todavia, apontamos um foco, fizemos um recorte e apresentamos algumas categorias. A questão era a seguinte: entre as pessoas que participaram das Jornadas - como ativistas, militantes e manifestantes -, como você avalia a presença de jovens, estudantes e professoras/professores?

Em relação aos docentes, dos sete pesquisadores e pesquisadoras, duas pessoas entrevistadas constataram que eles estiveram presentes nas Jornadas (Sérgio Haddad e Kimi Tomizaki), e apenas um afirma que não estiveram (Roberta Rosa,); e quatro pessoas não souberam ou não quiseram responder (Marília Esposito, Ana Karina Brener, Maria Carla Corrochano e Igor Oliveira). Maria Carla Corrochano aponta a ausência dos docentes, dizendo:

Não tenho muita lembrança de ver tanto os sindicatos organizados, a PROESP, o SIANDES do ensino superior, os próprios sindicatos de docentes das universidades, eu não me lembro dessa presença assim tão forte em Junho de 2013 aqui em São Paulo. (Corrochano, 2023. Dados da Entrevista).

Entretanto, para Kimi Tomizaki ocorreu um rito de passagem, com a presença dos filhos e filhas dos colegas docentes; observem seu apontamento:

Teve uma participação muito grande assim, os alunos da USP se engajaram muito fortemente [...] meio que um rito de passagem da classe média alta intelectualizada que era de começar a levar os adolescentes para conhecer as

manifestações, eu vi muito colegas, professores universitários levando os filhos bem mais jovens, tinham uns 14 anos adolescentes mesmo para fazer esse ritual de passagem. (Tomizaki, 2023. Dados da Entrevista).

Sérgio Haddad (2023. Dados da Entrevista) também reforça a percepção de Tomizaki, afirmando que “o professor mais velho estava lá para ver o que os filhos estavam fazendo”.

Passando para a questão das juventudes. Nesta questão sobre a presença de jovens, Corrochano traz algo muito marcante nos jovens que foram às ruas nas Jornadas. As Jornadas de 2013 tiveram papel central na formação política de milhares de jovens, era a primeira vez que estavam em protestos:

Todos os jovens com os quais eu conversava depois nos anos posteriores a 2013, na medida em que eu sempre dei essa disciplina depois, e eu sempre fazia essa pergunta sobre 2013 e 2015, eu sempre fiz as duas perguntas, sempre aparecia alguma coisa de “olha, eu comecei a participar da vida política, ali naquele momento” e eles constituíram a massa mesmo, eu diria a linha de frente dessa batalha nesse contexto, tiveram papel fundamental naquele momento. (Corrochano, 2023. Dados da Entrevista).

Como dito anteriormente, as Jornadas de 2013 cumpriram este papel de despertar e levar milhares de jovens para rua, para uma ação direta de protesto. Sabemos que as Jornadas foram o maior movimento popular no período da redemocratização do Brasil. E para muitos jovens esse momento foi o ápice inaugural de uma cidadania ativa. Entretanto, Corrochano chama a atenção para um outro fenômeno; notem o que ela diz:

Naquele momento já tinha ali uma juventude mais à direita, pouco estudada, com muita pouca visibilidade nas pesquisas, mas que para mim também já estava lá. Então, também não eram somente os jovens da esquerda que estavam lá, pegando os termos do Manheim, não era somente a juventude progressista. (Corrochano, 2023. Dados da Entrevista).

Como dito anteriormente, as Jornadas de 2013 cumpriram este papel de despertar e levar centenas de milhares de jovens para rua, para uma ação direta de protesto. Sabemos que as Jornadas foram o maior movimento popular no período da redemocratização do Brasil. E para muitos jovens esse momento foi o ápice inaugural de uma cidadania ativa, seja ao ir para ruas,

escrever cartazes, mobilizar outros jovens, postar nas redes, uma série de ações que avolumaram e desencadearam nas Jornadas, e como bem disse Corrochano não eram apenas jovens progressistas que tiveram essa iniciativa.

Rosa ainda acrescenta: “[...] acho que tinha os secundaristas do ensino médio (...) eles me relataram que para eles foi transformador porque eles não tinham essa vivência e que eles acabaram participando e se sentindo chamados (Rosa, 2023. Dados da entrevista).

Diante destas manifestações dos pesquisadores e pesquisadoras, percebemos a forte presença de jovens, alguns vindos do ensino médio e outros que já estavam nas universidades. Fica claro ainda a ausência dos professores e professoras, exceto nos atos do Rio de Janeiro, onde uma greve de mais de 100 dias puxada por eles ajudou a engrossar o caldo das Jornadas na capital carioca. Ressalto que o movimento no Rio não foi apontado por nenhum dos 7 pesquisadores e pesquisadoras, entretanto, é um fato que merece registro e menção diante de sua grandiosidade e característica diferente do restante do país, onde ocorreram outras graves e muitas paralisações, mas nenhum como dos cariocas professores e professoras.

Fica claro que no início o movimento foi fundamentalmente juvenil e estudantil, representado por formas de organização autonomista, como os MPL, os Tarifa Zero e o Bloco de Lutas pelo Transporte Público de Porto Alegre, que acabaram se destacando no caldeirão que foram as Jornadas. Todavia, as Jornadas têm camadas. Elas ganham novos sujeitos e pautas, incluindo a extrema-direita oportunista e o redirecionamento dos sentidos do protesto pelos grandes veículos da mídia – em direção a um repertório nacionalista, anticorrupção e antipartido.

Enfim, o que diz Maria Carla Corrochano (2023. Dados da entrevista) pode ser uma boa síntese desse recorte sobre quem estava nas ruas ou sobre os participantes que estavam nos milhares de atos das Jornadas de 2013. Ela afirma categoricamente que “os jovens tiveram um papel central, embora não tenham sido os únicos a participarem”.

3.5. As Jornadas impulsionam a formação política dos militantes e ativistas

Sobre a formação política, o roteiro continha duas questões neste sentido, sendo elas: “Qual era a formação política de ativistas e militantes atuantes nas Jornadas?” e “Qual foi a formação política propiciada pela participação nas manifestações?”. Dos 7 pesquisadores e pesquisadoras, em relação à primeira questão, sobre a formação política de quem foi militante

e ativista das Jornadas, conforme a Tabela 2, as e os depoentes tendem a afirmar que havia uma relevante formação política anterior às Jornadas entre tais sujeitos, mas apenas 2 o fazem de forma taxativa (Corrochano e Marília Esposito)

Por sua vez, outros 3 dizem que parte de tais sujeitos tinha, sim, formação política relevante, mas que parte não tinha (Kimi Tomizaki, Roberta Rosa e Sérgio Haddad). Igor Oliveira respondeu que não tinha prévia formação e não soube responder Ana Karina Brener.

Portanto, na soma pode-se afirmar que os manifestantes tinham uma formação política anterior”. Apenas 1 pessoas considera que os sujeitos das Jornadas não tinham formação política prévia, enquanto 1 pessoa diz que “não sabe” – apesar dela indicar, em sua resposta, que, provavelmente, esta formação política se fazia fora dos partidos tradicionais: “sobre a formação política anterior às Jornadas não sei ao certo, mas posso afirmar, segundo as minhas pesquisas, não haver mais formação política através de partidos”. (Brener, 2023. Dados da entrevista).

Tabela 3 - Formação política de militantes e ativistas antes das Jornadas de 2013, segundo pesquisadoras e pesquisadores

Formação política antes das Jornadas de militantes e ativistas	Pesquisadoras e pesquisadores	n.
Relevante formação	Maria Carla Corrochano	2
	Marília Esposito	
Formação em parte	Kimi Tomizaki	3
	Roberta Rosa	
	Sérgio Haddad	
Sem formação prévia	Igor Oliveira	1
Não sabe	Ana Karina Brener	1
Total	7	

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013”.

Em artigo no prelo, a equipe de pesquisa sintetiza os principais resultados das entrevistas a respeito do tema deste item, conforme citações abaixo:

As respostas à segunda questão foram ainda mais coesas, a respeito da formação política propiciada pelas Jornadas. Apenas uma entrevistada disse não saber responder (Marília Esposito), enquanto todas as outras pessoas reconheceram este ciclo de manifestações como importante formador político. Na comparação entre as respostas à primeira pergunta com a da segunda, temos um importante indicador de que as Jornadas foram um momento rico de formação política das jovens gerações, que foram as mais presentes nas ruas em 2013, ainda que não exclusivamente. A forma de pensar e viver a política é bastante afetada pelas experiências das Jornadas, sendo que a forma como essas experiências foram absorvidas e reinterpretadas pelos sujeitos tiveram impactos relevantes na vida política do país desde então. As Jornadas parecem conter, a julgar por essas respostas, um momento de subjetivação política, quando a política foi vivida como radical experiência do desentendimento ou dissenso, nos termos de Rancière (1996). A análise de um elemento ainda mais interessante pode referendar esta conclusão, a saber, as justificativas para estas respostas e o que elas trazem sobre a formação política (ou sua ausência) antes e durante as Jornadas de 2013 (Groppo *et al.*, 2024)

Notamos claramente neste excerto acerca da formação política dos militantes e ativistas que antes das Jornadas para os entrevistados este momento foi extremamente importante para formação política dos participantes. Dos sete pesquisadores e pesquisadoras apenas uma disse não saber responder, se comparamos com as demais questões é nesta que vemos maior concordância entre eles/as. As Jornadas são notadamente uma “escola de formação política”, de forma intensa e rápida. E com bastante radicalidade, o fato de ir e ocupar as ruas, travar as cidades, enfrentar as forças de segurança ou simplesmente construir seu próprio cartaz configuram esse momento de formação e tomada de consciência para muitos jovens, sobretudo, para aqueles e aquelas que estavam indo pela primeira vez, ou participando de algo tão grande. Desta maneira ficam evidentes como as Jornadas de fato tiveram esse papel formativo na vida de milhares de jovens.

Antes das Jornadas, haveriam “múltiplas fontes de formação” (Marília Esposito) e, “para as Jornadas terem sido o que foram, os militantes e ativistas já eram formados politicamente” (Corrochano, 2023. Dados da entrevista). Entrevistados citaram, entre as fontes de formação, partidos políticos, movimentos sociais, cursinhos populares e até mesmo a família.

Como dito, mais concordância tiveram as pesquisadoras e pesquisadores em relação à importância da formação política durante as Jornadas, inclusive entre quem considerou que a formação política de tais militantes e ativistas começou durante esse ciclo de manifestações. Foi uma formação política (ou socialização política, conceito preferido por Ana Karina Brener) intensa, via ação (Monika Dowbor) e “participação cidadã” (Roberta Rosa), que promoveu a “politização da juventude” e foi o “início de uma vida política” (Paulo Arantes).

Vemos a apresentação de novas formas de se organizar, algumas inclusive levadas para a política institucional, como os mandatos coletivos (Foreaux), fortemente informadas pelo autonomismo, como pontua Igor Oliveira. Estas respostas destacam aspectos progressistas da formação política propiciada pelas Jornadas, tratando da “volta da política às ruas” (Paulo Arantes, 2023) e da oxigenação das práticas políticas pela influência do repertório autonomista.

Já no Tarifa Zero, o que mais me chamou atenção na dimensão educativa, algo muito similar com a Praia⁵⁰, é que foi o primeiro movimento a pautar a questão do transporte no sentido de esclarecer a população, sobre como funciona isso. De trazer uma dimensão educativa mesmo: “Olha, o transporte é uma concessão pública, que tem um contrato tal, que as empresas têm tais obrigações”. O Tarifa Zero fazia isso nas suas mídias próprias e na mídia em geral, ou nas suas ações com a sociedade. (Oliveira, 2023. Dados da Entrevista).

Deste modo, como afirma Kimi Tomizaki, se o MPL conseguiu grande influência na formação política durante as Jornadas, ela não teria sido hegemônica, tendo em vista não apenas o desgaste e as perseguições sofridas, mas também o oportunismo da direita e extrema-direita, que vieram disputar os sentidos dos protestos.

O partido MBL nasceu a partir das Jornadas e obteve este nome com o objetivo de ser confundido com o MPL. Portanto, foi sob essa motivação que o mesmo conseguiu, durante e após as Jornadas

⁵⁰Refere-se ao Movimento Praia da Estação, ocorrido em Belo Horizonte, em 2012, contra decreto municipal que proibia manifestações políticas na Praça da Estação.

realizar, formação política, juntar e arregimentar pessoas. (Tomizaki, 2023. Dados da entrevista).

Das Jornadas surgem novas formas de organizar, e isso é inegável como um novo fazer política, e o se formar politicamente. Em outros aspectos formativos, para além do propriamente político, as e os depoentes citam a criação de coletivos de cultura (Sérgio Haddad). Neste sentido, as influências das Jornadas teriam extrapolado o especificamente político, influenciando valores culturais, inclusive motivando jovens a desenvolver coletivos culturais inspirados pelo autonomismo dos movimentos que convocaram as Jornadas, algo que inclusive já havia aparecido em nossa pesquisa bibliográfica (Lopes, 2019).

O próprio MPL-SP ficou por anos fazendo trabalhos de formação em bairros, em escolas públicas, em cursinhos populares, organizando aulas e debates públicos, exibição de documentários, se debruçou para estudar as planilhas dos custos que compõem as tarifas nos processos de concessões. Todo esse processo é formativo, é político. Milhares de jovens participaram destas ações e dos atos ao longo dos anos anteriores a 2013. Houve sim um processo de formação de lideranças.

Por fim, ao tomarem as ruas centenas de milhares de jovens tomaram consciência do processo, perceberam como o impacto dos custos das tarifas na economia doméstica mensal era pesado. Com ajuda das redes sociais tão presentes se conectaram entre eles, tomaram também este espaço para publicar as ações e ajudar na convocação de outros atos. Esse processo também é um processo formativo.

Longe dos modelos tradicionais de partidos políticos e sindicatos, essa nova forma de se organizar e construir os atos das Jornadas de 2013 se concretizou em uma nova escola de formação política, de forma mais descolada e com alvo certo a própria ida às ruas se tornou o maior processo formativo para milhares de jovens que nunca tinham participado de manifestações. Eles foram e despertaram para levar mais jovens, este é em parte uma síntese desse complexo processo de mobilização que vimos nas Jornadas de 2013 no Brasil, mas que também já havia ocorrido em outras partes do mundo (Groppo *et al.*, 2024).

3.6. Impactos nas políticas públicas educacionais brasileiras

Diante do tamanho das Jornadas, nossa pesquisa nacional formulou uma questão para questionar os entrevistados sobre os impactos dos atos nas políticas educacionais. No calor dos acontecimentos muitos anúncios foram feitos por políticos. Passados 10 anos fica um pouco

mais fácil observar se realmente ocorreu, se realmente tivemos impactos, neste sentido eles podem ser positivos ou negativos como veremos nas análises desta questão feita aos pesquisadores e pesquisadoras realizadas justamente com quem está diretamente ligada ao campo da educação. Apenas para elucidar, a questão em nosso roteiro era a 13ª pergunta com os seguintes dizeres: “no seu entender, quais foram os principais impactos nas políticas educacionais das Jornadas?” Vejamos a seguir o que tivemos de respostas.

Todas as entrevistas reconheceram que houve, sim, impacto das Jornadas nas políticas educacionais. A maioria das entrevistadas reconheceram as influências como diretas (Ana Karina Brenner, Kimi Tomizaki, Maria Carla Corrochano e Marília Esposito), outras três afirmaram que os impactos foram indiretos, conforme a Tabela 4.

A definição do impacto como direto ou indireto foi feita durante a análise, utilizando como critério para considerar como impacto direto a menção explícita a políticas, ações ou cenários educacionais específicos que teriam sido impactados pelo ciclo de 2013. Entretanto, por vezes o limite entre o impacto direto e indireto foi tênue, em especial no que se refere às pautas dos movimentos educacionais (considerado como indireto) e os temas influentes nas políticas educacionais (considerado como direto), que por vezes se tratavam dos mesmos conteúdos – feminismo, antirracismo e inclusão, entre outros. Há de se informar também que algumas entrevistas citaram mais do que um impacto, nem todos classificados apenas como diretos ou indiretos, casos em que na tabela 3 aparecem na categoria impacto direto (Groppo *et al.*, 2024).

Tabela 4 - Reconhecimento de impacto das Jornadas de 2013 nas políticas educacionais por pesquisadoras e pesquisadores

Impacto das Jornadas nas políticas educacionais	Nomes	n.
Direto	Ana Karina Brenner Kimi Tomizaki Maria Carla Corrochano Marília Esposito	4
Indireto	Igor Oliveira Roberta Rosa	3

Sérgio Haddad	
Total	7

Fonte: Pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil”.

Quando se pede aos entrevistados que apontam possíveis impactos notamos olhares bem diferentes sobre esta questão, vejamos alguns pontos citados por eles. Para Roberta Rosa um dos impactos foi o crescimento da extrema direita. Carla Corrochano acredita que as ocupações de escolas nos anos seguintes, maior visibilidade de pautas feministas e LGBTQUIA+. Kimi Tomizaki acredita que houve mais investimento nas políticas educacionais. O mineiro Igor Oliveira atribui como impacto das Jornadas a desestabilização da Nova República e nota ainda a necessidade de novas formas de organização e mobilização, afinal, a direita também esteve nas ruas e conseguiu capitanear muitas vitórias após 2013.

Para Ana Karina Brenner um dos impactos das Jornadas foi a reforma do ensino médio, vinda através de um decreto do Presidente Temer (MDB), sem discussão com a sociedade. Maria Esposito acredita que após os atos ocorreu maior ênfase nas políticas identitárias em várias partes do Brasil.

Voltando para a resposta de Corrochano (dados da entrevista. Ela vai além, relembra das ocupações de escolas em 2015. Acredita que este foi o principal impacto. Segundo ela, houve uma abertura para participação entre jovens. Assim como Esposito, ela também não vê grandes impactos nas políticas educacionais do Brasil:

Se acho que tem ou se teve impacto do ponto de vista de mudanças estruturais na educação, acho que não, mudanças estruturais que digo assim, mudanças de mais vagas, a gente foi numa crise, entrou muito numa. É, mas depois você teve [...] as ocupações, porque eu estudei mais elas, mas fico pensando que uma coisa interessante seria observar que depois das ocupações, o governo do estado de São Paulo, por exemplo, começou a fomentar a constituição de grêmios nas escolas, porém grêmios controlados por ele, por meio da secretaria de educação e pela direção. Será que após Junho de 2013, houve algum tipo de ressonância dessa natureza, algum tipo de controle em termos da participação do jovem dentro das escolas? Podemos pensar também dentro dos próprios movimentos. Como ficou a relação dos adultos das instituições, das escolas, dos sindicatos, dos partidos com os jovens que participaram de 2013, estou fazendo perguntas, mais do que dando respostas. Porque acho que isso seria relevante para pensar também, porque impacto assim depende do que você está chamando de impacto. Você teve um impacto ou movimento

para construção de uma política, você teve a redução da tarifa, teve uma possibilidade maior de circulação, teve uma experiência que marcou esses jovens para a vida toda. Então esse para mim é o maior impacto e de fato acabou redundando nas ocupações, mas também redundou na explosão de uma direita que defende a reforma do ensino médio, que defende cortes na educação e não melhoria, expansão. Então acho que tudo isso, tem muito a ver com Junho de 2013, na verdade com o comprometimento mesmo das políticas de expansão, da educação e de melhoria da qualidade e do aumento de recursos, teve tudo ao contrário, é muito interessante (Corrochano, 2023. Dados da entrevista).

Mesmo não sendo o foco desta pesquisa, a percepção do desdobramento das Jornadas para o fortalecimento dos movimentos conservadores, de direita e extrema direita que nos anos seguintes tomou as redes e elegeu muitos representantes, a começar pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018, é sentida e apontada pelos entrevistados. Esta pesquisa não adentra a analisar e fazer pontuações, considerações, justamente por estar fora do campo de observação e por ser algo complexo que vem sendo esmiuçado por outros tantos pesquisadores. Ficamos no olhar sobre a educação, um tema pouco explorado pela academia.

Esta guinada se deu inclusive no campo da educação, e isso sim neste momento é o foco desta pesquisa. A reação conservadora se faria não apenas por meio dos contra movimentos, notamos uma virada conservadora nas políticas educacionais nos governos que se seguiram ao impeachment de Dilma em 2016, como o Novo Ensino Médio, a Base Nacional Curricular Comum e cortes nos orçamentos educacionais, políticas regressivas que contaram com o apoio de parte relevante da sociedade civil (Corrochano, 2023. Dados da entrevista).

Esses relatos nos levam a considerar a importante hipótese, a ser melhor investigada na continuidade da pesquisa “Dimensões educacionais das Jornadas de 2013 no Brasil, de que as bandeiras de luta e as pautas progressistas levantadas durante as Jornadas teriam sido, nos anos seguintes, suplantadas pelo discurso e pela ação política de grupos de extrema direita, que assumiram o poder, legitimados pelo voto e o apoio de grande parte da sociedade civil.

Além destes legados Corrochano ainda acredita que as jornadas de 2013 serviram para provocar a própria academia, as ciências sociais e o campo da educação.

Nas análises dos movimentos sociais, como olhamos muito fortemente para os movimentos progressistas, do que olhou e tentou entender o que são esses movimentos mais conservadores ou o que o Breno Bringl e outros pesquisadores chamam de contramovimento. É porque, é claro, se você pauta

num movimento que defende o feminismo, você pode ter um contramovimento que aparece ali e vai se contrapor, tudo isso estava lá. Então, eu acho que deu uma chacoalhada tanto no campo político institucional, cultural, na trajetória das pessoas e também na pesquisa, na produção de conhecimento sobre ação coletiva no Brasil, não só no Brasil, mas também para quem estava olhando de fora o país (Corrochano, 2023. Dados da Entrevista).

Esposito (2023) acredita que em um primeiro momento veio muito a euforia e indignação, como se estivéssemos na primavera árabe brasileira. E para outros, todo aquele movimento que estava nas ruas era de direita. Mas, para ela, o debate ainda está sendo feito a respeito dos legados de 2013. Ela acrescenta que o debate tem que ser feito ainda, porque estávamos muito no calor da hora, ou a gente é muito pessimista ou muito otimista sobre os legados.

O que fica evidente nas respostas sobre os possíveis legados é que há uma disputa sobre os sentidos de 2013. Eles não são claros e não existe unanimidade entre pesquisadores e pesquisadoras. E, para alguns, o que colhemos pós Jornadas foi a eleição de um presidente de extrema direita, entretanto, como dito acima, não faremos esta análise nesta pesquisa.

Analisar, compreender e até quantificar os impactos, como dito anteriormente, sejam eles positivos ou negativos, é uma tarefa árdua, e que provavelmente ficará sem uma conclusão unânime, notamos isso nas respostas para esta questão dos entrevistados. Ouso dizer que a eleição da extrema direita com Bolsonaro tornou mais complexo e difícil as análises daquele período. A onda de pessimismo, receio e medo, e - por que não? - de peso na consciência, sobretudo daqueles que subestimaram a força da extrema direita ou a capacidade de um parlamentar tão controverso e sem grandes estruturas ser eleito, pode contaminar o olhar e essa análise, digo, nos sentidos de apurar os tais impactos das Jornadas.

Passados 10 anos muitos acontecimentos no mundo político ainda reverberam, a força das redes sociais que levaram milhões às ruas nas Jornadas também ajudou a dar voz e amplidão aos reclames e pautas desta extrema direita. De toda forma, é inegável também que muitos parlamentares de esquerda, que estavam nas ruas como militantes e manifestantes, emergiram e foram eleitos nos processos eleitorais seguintes.

Estamos longe de findar essa perspectiva dos impactos e legados das Jornadas, anos e mais anos irão se passar e provavelmente não conseguiremos consolidar um entendimento sobre tais questões. Porém isso é bom, o debate não se fecha, assim como os sentidos das Jornadas de

2013 no Brasil seguem em disputas, os impactos e seus legados também seguiram. Isso é parte do processo de reflexão.

Como dito por outros pesquisadores, as Jornadas ainda não acabaram, dessa forma seus impactos e legados ainda seguem. Ao passar dos anos talvez consigamos com mais clareza analisar tais fatos que abalaram o Brasil. Muitas reflexões a quente naquele momento caíram por terra, a começar por aqueles que cravaram o perfil de quem esteve nas ruas. Outros impactos ainda podem surgir, se revelar além destes que os pesquisadores e pesquisadoras apontam ao responder nossa questão. Nossa pesquisa está longe de ousar fechar os tempos de impactos e legados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última parte da dissertação busco estabelecer conclusões a respeito do trabalho e sugerir algumas recomendações para futuros trabalhos relacionados ao tema principal. Inicialmente buscava analisar se haviam pautas educacionais nas Jornadas de 2013. Ao avançar as etapas da pesquisa nacional “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto”. Sendo elas a revisão bibliográfica e as entrevistas com pesquisadores e pesquisadoras, no caso deste trabalho, usamos apenas os profissionais que estão diretamente ligados à temática da educação. Podemos afirmar que sim, havia pautas educacionais nas Jornadas de 2013.

Abrimos o conceito das tais pautas educacionais para um sentido mais amplo, a começar pelo próprio direito ao acesso à cidade como uma forma de educar e ampliar o capital cultural dos indivíduos. No campo da educação formal cartazes e questionamentos em relação aos gastos públicos com os megas eventos em detrimento de investimentos em escolas estiveram presentes em várias partes do Brasil. No Rio de Janeiro ocorreu uma greve de profissionais da educação, mais de 100 dias de paralisação, justamente em luta pela educação. No decorrer do trabalho conseguimos elencar outras pautas no universo da educação.

Ao chegarmos na segunda etapa da pesquisa nacional, analisamos as interpretações e percepções dos pesquisadores e pesquisadoras do campo da educação que foram ouvidos na pesquisa nacional. O questionário (anexo) contém 17 questões, nos focamos em 4 delas, sendo elas: a presença da educação entre as pautas; a presença de jovens, estudantes e profissionais da educação entre ativistas, militantes e manifestantes; a formação política de ativistas e militantes; a formação política propiciada pela participação nas manifestações e pôr fim a influências das Jornadas nas políticas educacionais.

Portanto, ao analisar as respostas das questões concluímos que para os pesquisadores e pesquisadoras havia uma forte presença de jovens e estudantes, em especial do ensino médio e superior. Para eles/as não houve uma grande presença de profissionais da educação entre os participantes dos atos, com exceção do Rio de Janeiro (como citamos anteriormente, a greve da educação). Para alguns dos pesquisadores também estiveram presentes docentes, alguns

inclusive para acompanhar seus filhos/as nos atos. Afirmaram ainda que os sindicatos da categoria educacional pouco se envolveram.

Ainda ficou claro para os entrevistados que as Jornadas de 2013 foram um ambiente fértil para formação política dos participantes, inclusive por ser o primeiro contato, seja com as ruas, os protestos ou com um novo modo de fazer política, muitos jovens tiveram esse primeiro contato direto durante as Jornadas. Essa experiência política dentro e fora do ambiente escolar, afinal, em muitos lugares havia uma preparação prévia para os atos, inclusive com trabalhos de formação (o MPL fez isso ao longo de anos nas escolas e cursinhos populares), configurando uma das hipóteses iniciais deste trabalho, qual seja, dentro das dimensões formativas os pesquisadores reconhecem que as Jornadas de 2013 serviram de espaço de formação social e política para milhões de jovens.

Antes de avançarmos mais nestas singelas considerações, é importante reconhecer que no Brasil e no Sul Global, eventos como a Revolta da Água em Cochabamba (2000) ou as várias edições do Fórum Social Mundial de Porto Alegre/RS também contribuíram para questionar o modelo e os impactos da globalização. Há ainda, muito antes destes dois eventos do início do século XXI, outras revoltas contra o aumento das tarifas dos transportes, como falamos no capítulo primeiro. Ter dedicado um capítulo sobre os movimentos antiglobalização até chegarmos aos novos movimentos, conceituados dentro da ideia de cidadanismo, faz com que esse trabalho tenha mais lastro ao pesquisar e demonstrar uma série de relações entres estes movimentos até chegarmos as Jornadas de 2013 no Brasil.

Analisar dedicadamente em um capítulo os “principais” protagonistas das Jornadas de 2013 foi importante para ampliarmos a dimensão dos atos que ocorreram ao longo de 2013 e até mesmo em 2014, ao contrário da grande mídia e de alguns pesquisadores/as que escrevem análises reduzindo aquele ciclo apenas ao mês de junho. Para além do MPL-SP tivemos muitos outros movimentos e coletivos construindo atos, como em Porto Alegre, já em janeiro de 2013.

Foi importante tratar dos Comitês Populares da Copa do Mundo no Brasil, presentes organizadamente em todas as cidades que receberam jogos, sobretudo para questionar os impactos, a começar pelas remoções forçadas para “limpar” e dar espaço para construir estruturas para estes megaeventos que o Brasil recebeu. Os comitês tiveram grande importância mas seguem sendo inviabilizados e marginalizados, falar deles e mostrar sua importância neste trabalho é uma forma de mostrar que outros movimentos além do MPL já estavam nas ruas bem antes das Jornadas de 2013.

Todavia, voltando para as respostas dos questionamentos, os pesquisadores e pesquisadoras em sua grande maioria apontam como sendo pequeno o grau de importância de temas e pautas educacionais nas Jornadas de 2013. Por outro lado, eles acreditam que houve impacto das Jornadas nas políticas educacionais de forma direta. No campo dos possíveis legados das Jornadas fica evidente nas respostas deles/as que há uma disputa sobre os sentidos de 2013. Eles não são claros e não existe unanimidade entre pesquisadores e pesquisadoras sobre tais legados, não sendo possível apontar um resultado homogeneizador. Há ainda quem acredite que os tais legados não são suficientemente visíveis, mesmo passada uma década das Jornadas.

Merece destaque sobre os legados algo que sai do campo da educação, mas que são importantes. O primeiro, no campo eleitoral, quando muitos jovens foram às ruas para compor a luta política eleitoral, e até foram eleitos/as, inclusive construindo novos modelos de mandatos, como nos casos de bancadas e mandatos coletivos. Vemos também um aumento de lideranças negras nestes espaços institucionais. O segundo ponto dos legados foi o aumento das cidades brasileiras que adotaram o “passe livre”; se em 2013 eram apenas duas, hoje, são mais de 100 cidades.

Importante afirmar que a pesquisa nacional “Dimensões Educacionais das Jornadas de 2013: Pautas educacionais, experiências escolares e formação política dos jovens em protesto” tem grande estatura, e que esta dissertação é fruto dela. Temos uma massa documental colhida que servirá para subsidiar dezenas de outros trabalhos. Quando terminamos todas as etapas, lembrando que este trabalho se concentrou na segunda etapa, poderemos olhar com mais nitidez todos os elementos colhidos e presentes nestas fases.

Ao final é necessário ser sincero e coerente: assim como na revisão bibliográfica em que não encontramos publicações específicas sobre a educação em suas diversas formas e conceitos (cito algumas: educação formal ou não formal), nas entrevistas dos pesquisadores e pesquisadoras temos lacunas. As tais pautas educacionais que muitos acreditam existir, não estavam presentes claramente nas Jornadas, conforme apontamentos de entrevistados que atuam dentro do campo educacional. Também, passados 10 anos, não vemos claramente políticas públicas no campo da educação oriundas como resultados das pressões sociais presentes em 2013.

Todavia, a pesquisa nacional nos revela muitas outras percepções que não puderam ser analisadas neste trabalho, seja por falta de tempo, ou até mesmo por não termos ela concluída

em todas suas etapas. Mesmo assim, até o presente momento temos material suficiente para abastecer e subsidiar novos trabalhos. Compreender ainda mais os atos ocorridos em 2013 no Brasil, mesmo passada uma década, é fundamental para seguirmos fortalecendo a Democracia e nossas instituições. Sobretudo como exercício para aprendermos a ouvir, para termos uma escuta ativa das ruas e suas reivindicações, afinal, o ano de 2013 não acabou, colhemos até hoje muitos aspectos objetivos e subjetivos deste que foi o maior levante popular de nossa história, e um dos maiores acontecimentos da história mundial.

Por fim, concluo e apresento este trabalho com espírito renovado e muito empolgado, não apenas pelo sabor de concluir, mas por perceber que posso buscar e construir trabalhos futuros dentro desta rica temática que tive contato. Seguir pesquisando, refletindo e percebendo novas nuances é um bom combustível para outros desafios que certamente irão se apresentar, sobretudo por termos uma massa documental imensa na pesquisa sobre as Jornadas de 2013 que pode se desdobrar para muitas outras pesquisas. Alçar novos voos em pesquisas sobre educação é mais que um desejo pessoal, com tantas portas que se abriram ajudando a construir essa pesquisa é quase um dever profissional e ético, sobretudo, em respeito a tantos outros colegas que não tiveram esta imensa oportunidade.

REFERÊNCIAS

Agência Estado. **Ato em frente à casa de Eduardo Paes pode se tornar ocupação.** Estado de Minas, 18 ago. 2013. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/08/18/interna_politica,436448/ato-em-frente-a-casa-de-eduardo-paes-pode-se-tornar-ocupacao.shtml. Acesso em: 23 mar. 2024.

ALONSO, A. 2023. **Treze: a política de rua de Lula a Dilma.** 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

ALTMAN, Bruno (org.) **Junho De 2013: a rebelião fantasma.** 1ª ed. São Paulo, Editora Boitempo, 2023.

AMARAL, M, C, do. **A mobilidade da cidade aos pedaços: espaço - tempo - corpo dos deslocamentos em Belo Horizonte.** 2015. Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

ANDRÉS, R. **A razão dos centavos: Crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013.** 1ª ed. São Paulo: Editora Zahar, 2022.

ARANTES, P. Depois de junho a paz será total. In: _____. **O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência.** São Paulo: Boitempo, 2014, p. 353-460.

AVELAR, M. O público e o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie.** São Paulo: Boitempo, 2019, p. 73-79.

Balanco das greves em 2013. DIEESE, 2015. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.html>. 2 ago. 2023.

BERTH, J. **Se a cidade fosse nossa.** 1º ed. São Paulo: Editora Paz & Terra, 2022.

BOITO, A, Jr. **O impacto das manifestações de junho na política nacional.** América Latina em Movimento, 2013. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/active/66136?language=es>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRAGA, R. **A Rebelião do Precariado: Trabalho e Neoliberalismo no Sul Global.** São Paulo: Boitempo, 2017, 1ª ed.

BRAGA, R. **Sob a sombra do precariado**. In: *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* – São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

BRASIL. **Lei nº 7170, de 14 de dezembro de 1983**. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, [1983]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17170.htm. Acesso em: 10 jun. 2023

BRENNER, A, K. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 04 mar. 2024. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 01 fev. 2024.

CANOFRE, F. **Depois de 15 anos, Porto Alegre volta ao Fórum Social com edição que debate democracia e educação**. Disponível em <https://www.geledes.org.br/depois-de-15-anos-porto-alegre-volta-ao-forum-social-com-edicao-que-debate-democracia-e-educacao/>. Acesso em: 13 mar. 2023.

CARIBÉ, D. **Tarifa Zero: mobilidade urbana, produção do espaço e direito à cidade**. 2019. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

CARVALHO, B, P, L. **A “Batalha de Seattle”: um marco do movimento antiglobalização**. *Café História*, 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-batalha-de-seattle-antiglobalizacao/>. Acesso em:

CASTELLS, M. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2021, 8ª ed.

CASTELLS, M. **Ruptura: A crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 1ª ed.

CAVA, B, COCCO, G. (Organizadores). **Amanhã vai ser maior: o levante da multidão no ano que não terminou**. São Paulo: Annablume, 2014.

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Museu do futebol, s.d. Disponível em <https://museudofutebol.org.br/crfb/instituicoes/722620/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Comitê Popular da Copa e Mobilização Nacional Indígena denunciam violência policial. CIMI, 2014. Disponível em: <https://cimi.org.br/2014/05/36122/>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CORROCHANO, M, C. **Currículo do sistema currículo lattes.** [Brasília], 25 mar. 2024. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 03 fev. 2024,

CORROCHANO, C. **Transcrição da entrevista feita com a pesquisadora Carla Corrochano.** [Entrevista cedida a Josefa Alexandrina da Silva] Residência da entrevistadora. {São Paulo} 26 abr. 2023. Acesso em: 02 mai. 2023

Dilma pede, e SP e Rio congelam a tarifa de ônibus para conter inflação Portal G1, 15 de jan. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/dilma-pede-sao-paulo-rio-que-adiem-alta-de-onibus-7304357> . Acesso em: 10 abr. 2023.

ESPOSITO, M, P. **Currículo do sistema currículo lattes.** [Brasília], 06 mar. 2024. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 01 fev. 2024.

ESPOSITO, M. P. **Algumas hipóteses sobre as relações entre juventude, educação e movimento sociais.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 13, p. 73-94, 2000.

ESPOSITO, M. **Transcrição da entrevista feita com a professora Marília Pontes Esposito.** [Entrevista cedida a Luís Antonio Groppo e Nikole de Almeida} USP. {São Paulo}, 10 fev. 2023. Acesso em: 18 fev. 2023.

FREITAS, C; BARROS, D; DEMIER, F. **Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023).** São Paulo: Usina Editorial, 2023.

GALHARDI, R. **‘2013 marcou o fim da Nova República’, diz filósofo sobre Jornadas de Junho.** Istoé, 2023. Disponível em <https://istoe.com.br/2013-marcou-o-fim-da-nova-republica/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GERBAUDO, Paolo. **Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global.** São Paulo, Editora Funilaria, 2022,

GOHN, M, G, da. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis: Vozes, 2014c.

GOMES, L, E. **Junho de 2012: Ascensão e queda do Bloco de Luta.** Sul21, s.d. Disponível em <https://junho2013.sul21.com.br/junho-de-2013-ascensao-e-queda-do-bloco-de-luta/>. Acesso em 23 jan. 2022

GROPPO, L, An. **Dimensões educacionais das Jornadas de Junho de 2013**: repertórios de contestação e subjetivação política. Projeto de pesquisa digital. Alfenas/MG, Universidade Federal de Alfenas, 2021.

GROPPO, L, A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

GROPPO, L. A., SILVA, G, da., ABRÃO, S, G., SILVA, A, da., J., FELIZARDO J, L. C., ALMEIDA, P, M, N., CERVEIRA, S, A., SOARES, V, N. (2024). **Interpretações dos sentidos de Junho: luta de classes, movimentos sociais, multidão, repertórios e subjetivação política**. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, 6(2), 75–97. <https://doi.org/10.14295/reis.v6i2.15566>

GROPPO, L, A. SILVA, J, A. **As jornadas de junho de 2013 – repercussões na formação social e política de militantes e ativistas 10 anos depois**. UNIFAL-MG, 2023. Disponível em <https://jornal.unifal-mg.edu.br/?p=85580>. Acesso em 23 jan. 2022

GROPPO, L, A. SILVA, J, A. **As jornadas de junho de 2013 – repercussões na formação social e política de militantes e ativistas 10 anos depois**. Disponível em <https://www.unifal-mg.edu.br/portal/2023/07/06/as-jornadas-de-junho-de-2013-repercussoes-na-formacao-social-e-politica-de-militantes-e-ativistas-10-anos-depois/>. Acesso em 23 jan. 2022

GREGORI, L, *et al.* **Tarifa zero: a cidade sem catracas**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

HADDAD, F. Prólogo. In: CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 11-14.

HADDAD, S. **Novas formas de ativismo social: o que há por trás das mobilizações de rua? O Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP)**. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v.14, n. 02, p. 572–601, 2016. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/27500>. Acesso em 4 janeiro de 2022.

HADDAD, S. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 10 jan. 2024. Disponível em <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 01 fev. 2024.

HADDAD, S. PIERRO, G, di. ALMEIDA, R. **Transcrição da entrevista feita com os pesquisadores Sérgio Haddad, Gabriel di Pierro e Renato Almeida**. [Entrevista cedida a Nikole,Pereira Mendonça de Almeida e Gislene da Silva e Josefa Alexandrina da Silva] *Ação Educativa*. {Alfenas}, 24 mar. 2023}. Acesso em: 05 abr. 2023.

Homem sai de penitenciária e é preso um dia depois com R\$ 6 mil. Hoje em Dia, 2021. Disponível em: www. hojeemdia.com.br/politica/projeto-do-vereador-leo-burgues-cria-novos-limites-para-manifestac-es-1.21167 Acesso em: 04 ago. 2023

'Indignados' se mobilizam para realizar protestos em 82 países. G1, 2011. Disponível em <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/10/indignados-se-mobilizam-para-realizar-protestos-em-82-paises.html>. Acesso em: 02 mar. 2023.

IDOETA, P, A. **Porque os recursos do pré-sal estão frustrando o setor da educação.** BBC News Brasil. São Paulo. 20 de janeiro de 2016. Disponível em https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_royalties_educacao_pai . Acesso em 20 de janeiro de 2024.

JASPER, J, M. **Protesto: uma introdução aos movimentos sociais.** Tradução: Carlos Alberto Medeiros. 2016, 1ª ed.

JUDENSNAIDER, E; LIMA, L; ORTELLADO, P; POMAR, M. **Vinte centavos: a luta contra o aumento.** São Paulo: Editora Veneta, 2013.

KARINA, A. **Transcrição da entrevista feita com a pesquisadora Ana Karina.** [Entrevista concedida a Flávia Souza, Gislene da Silva e Vitória Neres]. Museu de Artes Contemporâneas. {Niterói}, 13 abr. 2023. Acesso em: 19 abr. 2023.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2008. 5ª ed.

MACHADO, F. T. M.; BALLESTRIN, L.; MENDONÇA, R. F. (Org.). 2022. **Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: EdUERJ.

Manifestantes fecham a Fernão Dias nos dois sentidos em Cambuí, MG. G1, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-fernao-dias-nos-dois-sentidos-em-cambui-mg.html> . Acesso em 5 jan. 2022.

MPL diz que não convocará novos protestos em São Paulo. G1, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/06/mpl-diz-que-nao-convocara-novos-protestos-em-sao-paulo.html>. Acesso em: 22 jun. 2023.

Manifestantes invadem a cobertura do Congresso Nacional. G1, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/06/manifestantes-invadem-cobertura-do-congresso-nacional.html>. Acesso em 5 jan. 2022.

Manifestantes fecham a Fernão Dias nos dois sentidos em Cambuí, MG. G1, 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/sul-de-minas/noticia/2013/06/manifestantes-fecham-fernao-dias-nos-dois-sentidos-em-cambui-mg.html> . Acesso em: 5 jan. 2022.

MANSUR, V. **Cochabamba. Guerra da Água completa 10 anos.** Ecodebate, 2010. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2010/03/01/cochabamba-guerra-da-agua-completa-10-anos/>. Acesso em 25 mar. 2023

MARICATO, E, *et al.* **Cidades rebeldes.** Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do país. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2015. 4ª ed.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular. 2015. 1ª ed.

MARTINS, C, M; CORDEIRO, L. **Revolta popular: o limite da tática.** Passa Palavra, São Paulo, 27 de maio de 2014. Disponível em: www.passapalavra.info/2014/05/95701/. Acesso em: 10 mar. 2024.

MENDES, V. **Junho de 2013 é um mês que não terminou.** São Paulo: BBC, 2018. Disponível em bbc.com/portuguese/brasil-44310600. Acesso em 5 jan. 2022

MENDÉZ, G, L. **A Democracia na praça.** Folha Uol, 2013. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-democracia-na-praca/>. Acesso em: 10 mar. 2023.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. **Roda Viva,** São Paulo: TV Cultura, 17 de junho de 2013. Programa semanal de entrevistas para televisão, transmitido nacionalmente;

NASCIMENTO, S. **As diferenças do terrorismo em Brasília com protestos de 2013 e 2017; entenda.** O Tempo, 2023. Disponível em <https://www.otempo.com.br/brasil/as-diferencas-do-terrorismo-em-brasilia-com-protestos-de-2013-e-2017-entenda-1.2794755> Acesso em: 02 mai. 2023.

NOBRE, M. **Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro.** São Paulo: Todavia, 2022.

Nota de esclarecimento da Justiça Global. Justiça Global, s.d. Disponível <http://www.global.org.br/blog/nota-de-esclarecimento-da-justica-global/>. Acesso em: 20 Mar. 2023.

OLIVEIRA, I, T, M. **Currículo do sistema currículo lattes.** [Brasília], 16 nov. 2023. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 02 fev. 2024

OLIVEIRA, I. **Transcrição da entrevista feita com o pesquisador Igor Oliveira.** [Entrevista cedida a Luis Antonio Groppo] UFMG. {Belo Horizonte}, 29 abr. 2023. Acesso em: 08 mai. 2023.

O que é tarifa zero? Tarifa Zero BH, s.d. Disponível em <https://tarifazerobh.org/> . Acesso em: 10 jun. 2023.

PEREZ, O, C. Relações entre coletivos com as Jornadas de Junho. Opinião Pública – **Revista do CESOP**. vol. 25, nº 3, set.-dez., p. 577-596, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912019253577>

PERONI, V, M, V. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado:** implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livro, 2013.

PINHEIRO JR., A, L. **Narrativas de protesto:** a Copa das Black Blocs. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Biológicas, Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2014. 206 f. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true & id_trabalho=3413243. Acesso em: 4 jan. 2022.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

Por que a guerra da Síria continua após 11 anos? BBC, 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56378202>. Acesso em: 21 mar. 2023.

Pierpaolo Cruz Bottini em entrevista para o Jornal Folha de S. Paulo. Folha de São Paulo, 10 set. 2013. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2013/10/1357740-pierpaolo-cruz-bottini-excessos-paratodos-os-lados.shtml> Acesso em: 02 mai. 2023.

Protestos na Copa das Confederações reuniram 864 mil pessoas. Portal Uol. Disponível em: <https://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/02/protestos-na-copa-das-confederacoes-reuniram-864-mil-manifestantes.htm>. Acesso em: 18 abr. 2023.

Presidente do Egito poderá seguir no cargo até 2030. Estado de Minas, 16 de abril de 2019. Disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2019/04/16/interna_internacional,1046755/presidente-do-egito-podera-seguir-no-cargo-ate-2030.shtml. Acesso: 09 mar. 2023.

RANCIÉRE, J. **A noite dos proletários: arquivos do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROSA, R, S, da. **Pedagogia dos movimentos sociais: as manifestações de 2013 como espaço de aprendizado**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/ RS, 103 f. 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true & id_trabalho=2545839 Acesso em 5 janeiro 2022.

ROSA, R. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 15 fev. 2024. Disponível em <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 02 fev. 2024

ROSA, R. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 15 fev. 2024. Disponível em <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do>. Acesso em: 02 fev. 2024

ROSA, R. **Transcrição da entrevista feita com a pesquisadora Roberta Rosa**. [Entrevista cedida a Luís Antonio Groppo e Nikole Pereira Mendonça de Almeida]. UNISINOS. {Rio Grande do Sul}, 24 mai. 2023. Acesso em: 30 mai. 2023.

SANTINI, Daniel. **Passe livre: as possibilidades da tarifa zero contra a distopia da uberização**. São Paulo. Autonomia Literária. 2019. 1ª ed.

SIMÕES, R. **O que foi e como terminou a Primavera Árabe?** BBC, 2021. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>. Acesso: 20 mar. 2023

SINGER, A. **Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas**. Novos Estudos CEBRAP, n. 97, p. 22-40, 2013.

Tarifação e financiamento do transporte público urbano. IPEA, 2013. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1365>. Acesso em: 25 Mar. 2023.

TOKARNIA, M. **Professores fazem greve por melhores condições de trabalho**. EBC, 2013. Disponível em <https://memoria.ebc.com.br/educacao/2013/04/professores-fazem-greve-por-melhores-condicoes-de-trabalho>. Acesso em: 02 mai. 2023.

TOMIZAKI, K. **Currículo do sistema currículo lattes**. [Brasília], 09 mar. 2024. Disponível em: <https://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>. Acesso em: 01 fev. 2024.

TOMIZAKI, K. **Transcrição da entrevista feita com a pesquisadora Kimi Tomizaki**. [Entrevista cedida a Josefã Alexandrina da Silva] Shopping Frei Caneca – Bela Vista. {São Paulo} 30 mar. 2023. Acesso em: 05 abr. 2023.

ANEXO – Roteiro de entrevista para pesquisadoras e pesquisadores sobre as Jornadas de Junho de 2013

- 1) [Pergunta inicial a partir de produto da pessoa entrevistada]
- 2) Qual foi o assunto ou assuntos que tratou sobre as Jornadas?
- 3) Quais motivos levaram a senhora/ o senhor a pesquisar as Jornadas?
- 4) Qual foi o produto (artigo, capítulo, livro, trabalho em evento, entrevista etc.) mais importante de sua autoria sobre o tema? Por que considera?
- 5) Qual foi a interpretação geral que construiu sobre as Jornadas?
- 6) Você manteria essa interpretação ainda hoje? Comente.
- 7) Você participou das Jornadas, além de pesquisar? Caso sim, o que o moveu a participar?
- 8) Você acha que houve relação entre as Jornadas e as transformações sociais e políticas posteriores? Comente.
- 9) Havia pautas ou temas relacionados à educação nas Jornadas? Caso sim, quais eram e qual a sua importância?
- 10) Entre as pessoas que participaram das Jornadas - como ativistas, militantes e manifestantes, como você avalia a presença de jovens, estudantes e professoras/professores? [explorar para cada uma das categorias]
- 11) Qual era a formação política de ativistas e militantes atuantes nas Jornadas?
- 12) Qual foi a formação política propiciada pela participação nas manifestações?
- 13) No seu entender, quais foram os principais impactos nas políticas educacionais das Jornadas?
- 14) Como você pensa a relação entre o nosso tempo atual e possíveis legados das Jornadas?
- 15) As Jornadas de 2013 impactaram a eleição do presidente em 2018 e também o processo de ascensão da direita no Brasil?

Questões informais [não gravar, anotar]

- 16) Com base nas questões que fizemos e no tema da pesquisa, você indicaria alguma pesquisadora/algum pesquisador para entrevistarmos?
- 17) Você tem sugestões de pessoas que foram ativistas e militantes em 2013 para entrevistarmos? Têm contatos ou quem teria o contato dessas pessoas?